

HUMANUM



HUMANUM

Instytut Studiów Międzynarodowych
i Edukacji w Warszawie

12 (1) / 2014

CZASOPISMO INDEKSOWANE
NA LIŚCIE CZASOPISM
PUNKTOWANYCH MNiSW
(5 PKT., CZĘŚĆ B, NR 1401)

CZASOPISMO NAUKOWE
HUMANUM POWSTAŁO
W 2008 ROKU

CZŁONKAMI REDAKCJI
I RADY NAUKOWEJ SĄ
UZNANI BADACZE Z POLSKI
I ZAGRANICZY

HUMANUM

MIĘDZYNARODOWE STUDIA SPOŁECZNO-HUMANISTYCZNE
INTERNATIONAL SOCIAL AND HUMANITIES STUDIES

INSTYTUT STUDIÓW MIĘDZYNARODOWYCH I EDUKACJI HUMANUM

KOLEGIUM REDAKCYJNE | Editorial boards:

Redaktor Naczelny / Chief Editor
prof. dr hab. Paweł Czarnecki

Sekretarz redakcji / Assistant editor:
Andrzej Goworski

REDAKTORZY TEMATYCZNI | Section Editors:

prof. dr hab. Ireneusz Świtała
prof. dr hab. Miroslav Kelemen
prof. dr hab. Aneta Majkowska

REDAKTORZY JĘZYKOWI | Language Editors:

Język polski: dr Paweł Panas
Język angielski: Andy Ender MA, dr Marcin Łączek
Język słowacki: Mgr. Andrea Gieciová-Čusová
Język czeski: PhDr. Mariola Krakowczykóvá, Ph.D.
Język rosyjski: Andrey Stenykhin MA

REDAKTOR STATYSTYCZNY | Statistical Editor:
doc. dr Kiejstut R. Szymański

REDAKTOR TECHNICZNY | Technical Editor:
Marta Panas-Goworska

OPRACOWANIE GRAFICZNE, SKŁAD I ŁAMANIE |
Graphic design: Andrzej Goworski

RADA NAUKOWA | Scientific Council:

Przewodniczący / Chairman: J. E. Bp Prof. ThDr.
PhDr. Stanislav Stolarik, Ph.D. (Słowacja)

CZŁONKOWIE | Members:

Dr h.c. prof. Ing. Jozef Živčák, Ph.D. (Słowacja),
Dr h.c Prof. Daniel J. West Jr. Ph.D. FACHE, FACMPE
(USA), prof. PhDr. Anna Žilová, Ph.D. (Słowacja),
Prof. Devin Fore, Ph.D. (USA), Doc. PaedDr. Tomáš
Jablonský, Ph.D. prof. KU (Słowacja), Prof. zw. dr hab.
Wojciech Słomski, Prof. MUDr. Vladimír Krčmery
DrSc. Dr h.c. Mult. (Słowacja), Prof. Ing. Alexander
Belohlavek, Ph.D. (USA), prof. h.c. doc. MUDr. Maria
Mojžešova, Ph.D. (Słowacja), Prof. dr hab. Ewgenii
Bobosow (Białoruś), Prof. PhDr. Vasil Gluchman,
CSc. (Słowacja), ks. Prof. PhDr. Pavol Dancak, Ph.D.
(Słowacja), Doc. PhDr. Nadežda Krajčova, Ph.D.
(Słowacja), Prof. RNDr. Rene Matlovič, Ph.D. (Słowac-
ja), JUDr. Maria Bujňakova, CSc.(Słowacja), Prof.
dr hab. Nella Nyczkało (Ukraina), Prof. dr hab. Jurij
Kariagin (Ukraina), PhDr., Marta Gluchmanova,

Lista recenzentów | List of reviewers:

znajduje się na stronie www.humanum.org.pl
oraz na końcu ostatniego numeru
w danym roczniku | *list of reviewers available at*
www.humanum.org.pl and in the last issue of volume

Adres redakcji i wydawcy | Publisher: Instytut Studiów Międzynarodowych i Edukacji Humanum,
ul. Złota 61, lok. 101, 00-819 Warszawa www.humanum.org.pl / Printed in Poland
Co-editor – International School of Management in Prešov (Slovakia)
© Copyright by The authors of individual text

ŻADEN FRAGMENT TEJ PUBLIKACJI NIE MOŻE BYĆ REPRODUKOWANY, UMIESZCZANY W SYSTEMACH PRZECHOWYWANIA INFORMACJI LUB PRZEKAZYWANY
W JAKIEJKOLWIEK FORMIE – ELEKTRONICZNEJ, MECHANICZNEJ, FOTOKOPII CZY INNYCH REPRODUKCJI – BEZ ZGODNY POSIADACZA PRAW AUTORSKICH
WERSJA WYDANIA PAPIEROWEGO HUMANUM MIĘDZYNARODOWE STUDIA SPOŁECZNO-HUMANISTYCZNE JEST WERSJĄ GŁÓWNA

ISSN 1898-8431

Czasopismo punktowane Ministerstwa Nauki i Szkolnictwa Wyższego w Polsce. Lista B, 5 pkt, poz. 1401
The magazine scored by Ministry of Science and Higher Education in Poland. List B, 5 points, pos. 1401

12 (1) / 2014



Spis treści

RAMIRO DÉLIO BORGES DE MENESES: O infinito segundo Hilbert: da análise matemática à filosofia	5
MICHAELA LAPOŠOVÁ: Prejavy ideového pluralizmu a indoktrinácie vo filozofii Štefana Polakoviča a Maximiliána Chladného-Hanoša v rokoch 1939-1945	19
MAŁGORZATA DOBROWOLSKA: Flexibility as a complex and unclear psychological phenomenon	29
О. В. ЧЕРНИШ: Поняття та системні чинники формування конкурентоспроможності вищого навчального закладу	39
RAMIRO DÉLIO BORGES DE MENESES: A Hospitalidade como parusia segundo Derrida	47
STANISLAVA LIŠTIAK MANDZÁKOVÁ, DAGMAR MARKOVÁ: Informovaný súhlas o sexualite u osôb s mentálnym postihnutím v etických kontextoch	59
PAWEŁ CZARNECKI: Sociálna disfunkcia a príbuzné pojmy	69



Ramiro Délio Borges de Meneses

Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte
Gandra – Paredes, Portugal
E-mail: ramiro.meneses@ipsn.cespu.pt

O infinito segundo Hilbert: da análise matemática à filosofia / *Hilbert's Paradox of the Grand Hotel – mathematical analysis of philosophy*

Abstract

According to Hilbert the infinite is a regular idea, and a very important role in mathematics plays, because there are new possibilities according to logic foundations and philosophical implications to the infinite languages, from mathematic to philosophy by the Hilbert's formalism.

Key words: continuity, infinite, Hilbert, Cantor, mathematical analysis, and logical foundations

INTRODUÇÃO

O significado de infinito em Matemática ainda não foi inteiramente esclarecido. Na verdade, o infinitamente pequeno e o infinitamente grande são excluídos da Análise, segundo Weierstrass, na medida em que as proposições que lhes dizem respeito são reduzidas a relações entre grandezas finitas. Porém, o infinito comparece nas sucessões numéricas infinitas que definem os números reais sendo apreendido como totalidade presente, acabada e autónoma.

Dessa forma pode o infinito reinserir-se na teoria de Weierstrass sem ser colhido pela agudeza da sua crítica. Portanto, é o problema do infinito que nos incumbe esclarecer definitivamente no sentido indicado. E assim como nos processos de passagem ao limite do cálculo infinitesimal, o infinito, no sentido do infinitamente pequeno e do infinitamente grande, mostrou-se como modo de falar, assim devemos reconhecer o infinito no sentido de totalidade, onde figura nas demonstrações como algo meramente aparente. As operações com o infinitamente pequeno foram substituídas por processos finitos, os quais produzem o mesmo resultado e conduzem às relações formais. Também os métodos de inferência com o infinito devem geralmente ser substituídos por processos finitos que produzem exactamente o mesmo resultado, isto é, argumentos e métodos que permitem obter fórmulas e teoremas.¹

¹ Cf. HILBERT, D., BERNAYS, P. – Die Grundlagen der Mathematik, Springer-Verlag, Berlin, Band I, 1914, 6-10.

Também antigas objecções que, há muito tempo, supúnhamos resolvidas reaparecem em novos trajes. Novamente, algumas mentalidades aceitam que, mesmo que se possa introduzir um conceito sem o risco de contradições e que se possa provar isso, ainda assim não é certo o direito de ser introduzido. Foi exactamente a objecção que, a seu tempo, prevaleceu contra os números imaginários, quando se dizia: que o seu uso não nos conduzirá a contradições. Porém, a sua introdução não está justificada, pois as grandezas imaginárias não existem. Ora, para verificarmos a legitimidade em introduzir novo conceito, além de provarmos que é consistente, o único critério que ainda podemos impor é a aplicabilidade deste. Na verdade, a aplicabilidade é necessária e constitui a mais alta instância.

Desde sempre, o infinito agitou o espírito da humanidade, mais profundamente que outra qualquer questão. Dificilmente encontraremos outra ideia que tenha estimulado a mente de forma tão proveitosa. Porém, o infinito necessita de esclarecimento mais do que outro qualquer conceito.²

1.1 – A continuidade é a primeira impressão que temos dos conceitos naturais e da matéria. Quando consideramos um pedaço de metal ou o volume de um fluido, temos a impressão de que eles são ilimitadamente divisíveis e que uma parte qualquer, por menor que seja, gozará das mesmas propriedades. Mas, em qualquer lugar no qual se refinaram adequadamente os métodos de pesquisa na Física da Matéria se encontraram limites à divisibilidade, que não decorrem da insuficiência das nossas tentativas, mas da natureza das coisas. Consequentemente, a tendência da ciência moderna pode ser compreendida como emancipação do infinito pequeno em vez do antigo princípio: *Natura non facit saltus*. Mas afirmar-se-á o contrário: *a natureza dá saltos*.

É sabido que toda a matéria se compõe de pequenos elementos (os átomos), da combinação e da união dos quais procede toda a variedade de matéria macroscópica.

Mas a física não se deteve na teoria atômica da matéria. No final do século passado apareceu a teoria atômica da electricidade à primeira vista mais estranha. Enquanto até então a electricidade passava por um fluido e a sua imagem era a de um agente que opera continuamente, agora também se mostra constituída de electrões positivos e negativos.

E o resultado final, em cada caso, é que, na realidade, não se encontra em lugar algum um contínuo homogéneo que admita a divisibilidade, realizando o infinitamente pequeno.

A divisão infinita de um contínuo é apenas uma operação mental. É uma ideia, refutada mediante a observação da natureza e através das experiências da física e da química.³

Novamente é a ciência moderna, especialmente a Astronomia, que introduz essa

² Cf. HILBERT, D. – “Ueber das Unenliche”, in: *Mathematische Annalen*, 95 (Berlin, 1925) 161.

³ Cf. HILBERT, D. – “Über den Begriff der Klasse”, in: *David Hilbert – Gesammelte Abhandlungen*, Band III, Springer-Verlag, Berlin, 1970, 81-93.

questão e que procura resolvê-la não através dos recursos insuficientes da especulação metafísica, mas mediante motivos amparados na experiência e na aplicação das leis naturais. Aqui também foram encontradas grandes objeções ao infinito. A geometria euclidiana conduz necessariamente à admissão de que o espaço é infinito. Embora a geometria euclidiana seja, na verdade, uma construção e um sistema consistente, não implica que vigore na realidade. Isto (se o espaço real é ou não euclidiano) pode ser determinado por observação e pela experiência. As tentativas de provar a infinitude do espaço contêm gravíssimos erros. Pelo facto de por fora de uma parte do espaço haver mais espaço decorre, apenas, que o espaço será ilimitado, mas não que seja infinito! Porém, finito e ilimitado são qualidades que não se excluem. A pesquisa matemática fornece o modelo natural do mundo finito na denominada geometria elíptica. E a renúncia à geometria euclidiana já não é hoje uma especulação puramente matemática ou filosófica, pois também chegamos a isso por outra via que, originalmente, não se relaciona com a questão da finitude do universo. Einstein mostrou a necessidade de abandonar a geometria euclidiana. Apoiado na teoria da gravitação, ele também se referiu a questões cosmológicas e mostrou que é possível haver um Universo finito.

1.2 – A finitude da realidade foi estabelecida em duas direcções: tanto para o infinitamente pequeno quanto para o infinitamente grande. Todavia, pode ser verdade que o infinito possui um lugar bem justificado no nosso pensamento e que desempenhe o papel de um conceito indispensável. Observemos, pois, como o infinito se comporta na ciência matemática e, por agora, interroguemos a mais pura e mais ingénua proliferação do espírito humano a Teoria dos Números. Tomemos uma fórmula da variedade de fórmulas elementares, por exemplo:

$$1^2 + 2^2 + 3^2 + \dots + n^2 = \frac{1}{6}n(n+1)(2n+1).$$

Como podemos substituir n por qualquer número inteiro, por exemplo, por $n = 2$ ou $n = 5$. Esta fórmula pode tomar uma infinidade de valores e isso é, evidentemente, a principal qualidade desta. Portanto, ela fornece a fórmula que representa a solução de um problema aritmético e que exige uma ideia própria para a sua prova, enquanto as igualdades numéricas especiais

$$1^2 + 2^2 = \frac{1}{6} \cdot 2 \cdot 3 \cdot 5$$

$$1^2 + 2^2 + 3^2 + 4^2 + 5^2 = \frac{1}{6} \cdot 5 \cdot 6 \cdot 1$$

se podem verificar pelo cálculo, não oferecendo qualquer interesse especial.

Obtemos uma interpretação distinta e completamente singular, bem como a apreensão dos princípios do conceito de infinidade, por meio do método dos elementos ideais. Já, na geometria elementar do plano, o método dos elementos ideais encontra aplicação. Nesse contexto, somente os pontos e as rectas do plano são objectos originalmente reais e efectivamente existentes. Para eles vigora, entre outros, o axioma da associação: por dois pontos passa sempre uma única recta. Daqui decorre que duas rectas intersectam-se, no máximo, num ponto. Todavia não vigora o teorema de que duas rectas se intersectam sempre num ponto, já que

as duas rectas podem ser paralelas. Sabemos que, introduzindo elementos ideais, são pontos infinitamente afastados. Assim, conseguimos obter o teorema de que duas rectas se intersectam num e só ponto como verdade universal.⁴

Assim como em Geometria utilizamos uma infinidade de rectas paralelas entre si, para definir um ponto ideal, em certos sistemas, utilizamos uma infinidade de pontos ideais para definir um *número ideal*. E este é o emprego mais genial do princípio dos elementos ideais. Em geral, se isso ocorre no interior de um corpo de números algébricos, reencontraremos as simples e bem conhecidas leis da divisibilidade, vigentes para os habituais números inteiros 1, 2, 3, 4, Aqui já estamos no domínio da Aritmética Superior.

Aproximemo-nos agora da mais bela estrutura da Matemática, e da mais ramificada, a Aritmética. Todos sabem o papel decisivo que o infinito aí desempenha e que a Análise Matemática, de certo modo, constitui uma sinfonia do infinito.

Os avanços vigorosos, obtidos pelo cálculo infinitesimal, devem-se principalmente à operação com sistemas matemáticos de uma infinidade de elementos. Tal como foi fácil identificar o “infinito” como “muito grande”, logo surgiram inconsistências como os denominados paradoxos do cálculo infinitesimal já parcialmente conhecidos na antiguidade pelos sofistas. Foi fundamental que se reconhecesse a impossibilidade de serem estendidos ao contexto do infinito muitos teoremas válidos para o contexto finito, como a parte é menor que o todo, a existência de mínimo e a comutabilidade da ordem das parcelas ou dos factores de uma soma ou produto. No início deste discurso, referi que, graças especialmente à perspicácia de Weierstrass, essas questões foram plenamente esclarecidas. Hoje em dia, a Análise é um regulamento infalível, não só no seu domínio mas tornou-se instrumento prático para o uso do infinito.⁵

Mas a Análise não nos conduz à compreensão da natureza do finito. Pelo contrário, isso só nos foi facilitado por uma disciplina, situada mais perto do modo filosófico de considerar as coisas, que foi convidada a lançar uma nova luz sobre todas as complexas questões sobre o infinito. Esta disciplina é a teoria dos conjuntos, criada por Cantor, que dá lugar à teoria dos números transfinitos, a qual constitui o próprio núcleo da doutrina deste matemático. Ela parece-me a mais admirável fluorescência do espírito matemático e mesmo uma das mais altas façanhas da actividade intelectual. O que é, então, esta teoria?

Se quisermos caracterizar, em poucas palavras, a nova concepção do infinito sugerida por Cantor, poderemos dizer que na Análise lidamos apenas com o infinitamente pequeno e o infinitamente grande, conceitos limitantes, como alguma coisa que está a tornar-se e a aparecer. Lidamos com o denominado “infinito potencial”. Este manifesta-se, quando, por exemplo, consideramos a própria totalidade dos números 1, 2, 3, 4, ... como unidade acabada ou quando consideramos os pontos de um segmento como totalidade de coisas que existem todas em simultâneo. Esse

4 Cf. HILBERT, D. BERNAYS, P. – Die Grundlagen der Geometrie, Teubner, Stuttgart, 1968, 20-25.

5 Cf. LORTA, G. – Storia della Matematica, Società Tipografia Editrice Nazionale, 3 Volume, Torino, 1933, 16-29.

tipo de infinito é designado infinito actual.

Já Frege e Dedekind, altamente estimados pelos seus estudos acerca dos fundamentos da matemática, tinham usado o infinito actual, independentemente um do outro, para fundar a Aritmética, sem quaisquer intuições ou experiências, baseadas somente sobre a pura lógica, fazendo apenas uso de deduções puramente lógicas. Dedekind esforçou-se por derivar a noção de número finito, de modo puramente lógico pelo emprego essencial do conceito de conjuntos infinitos, em vez de obtê-la pela intuição. Porém, Cantor configurou o conceito de infinito actual. Contemplemos os dois exemplos de infinito:

1. $1, 2, 3, 4, \dots, n, n+1$
2. Os pontos do segmento de 0 a 1 ou, equivalentemente, a totalidade dos números reais entre 0 e 1.

É perfeitamente natural tratar estes exemplos do ponto de vista do seu tamanho. Mas este tratamento revela resultados surpreendentes que para os matemáticos de hoje em dia são familiares. Consideremos o conjunto de todos os números racionais, isto é, de todas as fracções: $\frac{1}{2}, \frac{1}{3}, \frac{2}{3}, \frac{1}{4}, \dots, \frac{3}{8}, \dots$. Demonstra-se que, na perspectiva da pluralidade, este conjunto não é maior que o conjunto dos números inteiros. Dizemos que os números racionais podem ser contados de modo habitual, isto é, são numeráveis. E o mesmo ocorre com o conjunto das suas raízes, portanto com o conjunto de todos os números algébricos. O segundo exemplo é análogo ao primeiro. Surpreendentemente, o conjunto de todos os pontos de um quadrado ou de um cubo não é maior que o conjunto dos pontos do intervalo de 0 a 1. E o mesmo facto acontece com o conjunto das funções contínuas. Quem pela primeira vez examinasse estes aspectos poderia concluir que, pela perspectiva da pura pluralidade, haveria apenas um único infinito. O que é falso! Os conjuntos, nos dois exemplos, não são equivalentes. Pelo contrário, o conjunto (2) não é numerável. Logo, é maior que o conjunto (1). Aqui se insere o que é novo e característico da teoria de Cantor.⁶

Cantor edificou, com grande sucesso, a teoria dos números transfinitos e criou um cálculo perfeito para eles. Finalmente, graças ao importante trabalho de Frege, Dedekind e Cantor o infinito foi elevado ao trono e saboreou o instante do mais elevado triunfo.⁷

A reacção não tardou a chegar e mostrou-se dramática. Tudo foi exactamente análogo ao que ocorreu durante o desenvolvimento do cálculo infinitesimal. No entusiasmo da descoberta de novos e importantes resultados, os matemáticos prestaram pouca atenção à legitimidade dos métodos dedutivos. Com efeito, o mero emprego das definições e dos métodos dedutivos que, gradualmente, se tornaram habituais, produziram contradições, originando paradoxos na teoria dos conjuntos, que aos poucos se tornaram cada vez mais graves. Foi o caso de uma contradição encontrada por Zermelo e Russel, cuja divulgação na comunidade matemática

6 Cf. FRAENKEL, A. – *Essays on the Foundations of Mathematics*, At the Magnes Press, Jerusalem, 1966, 309-311.

7 Cf. FREGE, G. – *Kleine Schriften, Zweite Auflage*, G. Olms-Verlag, 1990, 163-166.

teve efeito devastador. Perante esses paradoxos, Dedekind e Frege renunciaram ao seu ponto de vista e abandonaram a polémica. Dedekind hesitou por longo tempo em permitir uma nova edição de seu notável ensaio “Was sind und was sollen die Zahlen”. Também Frege reconheceu como errónea a inclinação do seu livro “Grundgesetze der Arithmetik”, tal como confessou no seu epílogo. E os mais veementes ataques foram dirigidos, dos mais diversos lados, contra a doutrina de Cantor. A reacção foi tão violenta que mesmo os conceitos mais comuns e proveitosos, e os métodos dedutivos mais simples e importantes da Matemática, foram atacados tendo o seu emprego sido ilícito. Na verdade, não faltaram defensores do pensamento clássico. Porém, as suas acções de defesa foram muito débeis e, além disso, não se concentraram nos pontos vitais. Foram propostas numerosas e variadas explicações para os paradoxos.⁸

1.3 – Devemos reconhecer que não é suportável por muito tempo a situação em que hoje nos encontramos perante os paradoxos. Poderemos perguntar: Se na Matemática, que se constitui como modelo de certeza e de veracidade, as construções conceituais e as inferências, por todos amplamente aprendidos, ensinados e usados, conduzem ao absurdo, então onde se encontrarão a certeza e veracidade, que o pensamento matemático recusa? Existe porém uma via plenamente satisfatória para enfrentar os paradoxos sem trair esta ciência.

Os desejos e atitudes, que nos ajudaram a encontrar esta via e que nos mostram a direcção a tomar, foram:

1. Onde quer que haja esperança de salvação, iremos investigar cuidadosamente definições proveitosas e métodos dedutivos. Iremos cuidar deles, ampará-los e torná-los úteis;

2. Devemos estabelecer para toda a matemática a mesma certeza pelas nossas deduções como se apresenta na Aritmética, sobre a qual ninguém alimenta dúvidas e na qual contradições e paradoxos decorrem apenas do nosso descuido.

Só alcançaremos estes objectivos depois de elucidarmos completamente a natureza do infinito.

Até aqui verificámos que o infinito, na verdade, não se encontra na realidade, sejam quais forem as experiências e as observações e seja qual for a ciência a que recorramos. Será o pensamento acerca das coisas tão discrepante dessas coisas? Poderá o processo de pensar ser tão diferente do actual? Em suma, poderá o pensamento estar tão afastado da realidade? Pelo contrário, não é claro que, quando acreditamos reconhecer a realidade do infinito, em qualquer acepção, apenas nos deixamos induzir pela circunstância de termos encontrado dimensões grandes ou pequenas e que tão frequentemente ocorrem na realidade? E a dedução lógica, alguma vez nos enganou ou nos abandonou, quando a empregámos em coisas ou em acontecimentos reais? Não, a dedução lógica é imprescindível. Ela induz-nos em erro apenas quando aceitamos definições arbitrárias, em especial aquelas que envolvem uma infinidade de objectos. Então, aplicamos a dedução lógica de modo

⁸ Cf. RUSSELL, B. – “Les Paradoxes de la logique”, in: *Revue de Métaphysique et de Morale*, 14 (1906) 60-63.

inadmissível, isto é, não atendemos as condições evidentemente necessárias ao seu emprego. E, quanto ao reconhecimento de que tais condições existam e de que devam ser observadas, encontramos de acordo com os filósofos, sobretudo Kant. O pensador de Koenigsberg achava – e isto constitui uma parte integrante da sua doutrina – que a Matemática dispõe de um conteúdo consolidado independentemente da lógica e que, por isso, jamais poderá ser fundada apenas sobre a lógica, motivo pelo qual os esforços de Frege e de Dedekind seriam malogrados.

Como condição adicional para usar a dedução lógica e realizar operações lógicas algo deve ser dado como certos objectos concretos extra-lógicos, presentes intuitivamente na experiência directa, antes de todo o pensamento. Para que as deduções lógicas sejam certas, devemos estar aptos a ver cada aspecto destes objectos e as suas propriedades, diferenças, sequências (e as proximidades devem ser dadas) juntamente com os objectos, como algo que não pode ser reduzido a algo mais e que não requer qualquer redução. Esta é a filosofia que se considera necessária à Matemática e, geralmente, a todo o pensamento, a todo o entendimento e a toda comunicação científica. Na Matemática, e de acordo com esta teoria, são objecto da nossa consideração os próprios símbolos, cuja estrutura é imediatamente reorganizada.

Consideremos a natureza e os métodos da Teoria dos Números como finita. Certamente que ela é constituída mediante estruturas numéricas obtidas através de considerações materiais e intuitivas. Porém, a Matemática não consiste unicamente em equações numéricas, nem tão pouco pode ser reduzida a elas. Podemos afirmar que ela é instrumento quando aplicada aos números inteiros e produz equações numéricas correctas. Para realizar tal investigação, dispomos apenas do mesmo método concretamente finito, como foram usados na construção da própria Teoria dos Números, para derivar as equações numéricas. Esta exigência científica pode de facto ser encontrada, isto é, será possível obter por métodos puramente intuitivos e finitos, exactamente como instituímos a verdade na Teoria dos Números, determinando também aqueles juízos que garantem a validade do instrumento matemático.⁹

Na Teoria dos Números, teremos os símbolos numéricos

1, 11, 111, 1111,

onde cada símbolo é reconhecível pelo facto de conter somente a “unidade”. Estes símbolos numéricos, que são eles mesmos a nossa matéria, não têm qualquer significado. Mas requeremos em adição a estes símbolos, mesmo na Teoria Elementar do Número, outros símbolos que têm significado e que servem para facilitar uma comunicação. Por exemplo, o símbolo 2 é usado como abreviatura para o símbolo numérico 11 e o símbolo 3 como abreviatura para o símbolo numérico 111. Além disso, usamos símbolos como +, = e > para comunicar.

Logo, $2 + 3 = 3 + 2$ pretende comunicar que $2 + 3$ e $3 + 2$, quando as abreviaturas são levadas em conta. São o mesmo símbolo numérico, ou seja, o símbolo

⁹ Cf. HARDY, G. H.; WRIGHT, E. M. – An introduction to the Theory of Numbers, fifth edition, Clarendon Press, Oxford, 2002, 1-10.

11111. Similarmente $3 > 2$ serve para comunicar o facto de que o símbolo 3, isto é, 111 é maior do que o símbolo 2, isto é, 11, ou seja, que o último símbolo é uma parte apropriada do anterior.

Usamos também letras a, b, c para uma comunicação. Assim $b > a$ significa que o símbolo numérico b é maior do que o símbolo numérico a . Deste ponto de vista, $a + b = b + a$ significa o facto de que o símbolo numérico $a + b$ é o mesmo que $b + a$. O conteúdo deste significado pode também ser provado com dedução material. De facto, este tipo de tratamento intuitivo pode levar-nos longe.

Mas poderemos dar um exemplo onde este método intuitivo é ultrapassado. O maior número primo conhecido tem 39 dígitos:

$$p = 170\ 141\ 183\ 460\ 469\ 231\ 731\ 687\ 303\ 715\ 884\ 105\ 727.$$

Por um método bem conhecido, devido a Euclides, podemos dar uma prova que remete para dentro da estrutura finita e da proposição que, entre $p + 1$ e $p! + 1$, existe pelo menos um “número primo”. A própria proposição encaixa-se na aproximação finita e a expressão “existe” serve apenas para abreviar a expressão: é certo que $p + 1, p + 2, p + 3 \dots$ ou $p! + 1$ são números primos.

Além disso, existe um número primo tal que:

1. $> p$ e ao mesmo tempo é
2. $\leq p! + 1$.

Estamos aptos para formular um teorema que defini e somente uma parte do que o teorema de Euclides expressa, ou seja, o teorema que diz “existe um número primo maior do que p ”. Embora este teorema seja muito mais fraco em termos de conteúdo – afirma somente parte do teorema – a passagem do teorema de Euclides a este parece completamente inofensivo.

A proposição “existe” com determinada propriedade encontra-se em perfeita conformidade com a nossa aproximação finita. Mas uma proposição, como ambos $p + 1$ ou $p + 2$ ou $p + 3 \dots$ ou (sem fim) ..., tem determinada propriedade. É ela mesmo um produto lógico infinito. Do nosso ponto de vista, uma proposição existencial da forma “existe um número com determinada propriedade” tem somente a significância de uma proposição parcial, isto é, considera-se como parte de uma proposição determinada. Um formulário mais preciso pode, entretanto, ser desnecessário para muitas finalidades.

A análise de uma proposição existencial, cujo conteúdo não possa ser expresso por uma disjunção finita, leva-nos ao infinito. Similarmente, negando uma proposição geral, isto é, que se refere a símbolos numéricos arbitrários, expressa uma proposição do transfinito. Por exemplo, se a é um símbolo numérico, então $a + 1 = 1 + a$ é universalmente verdadeiro, sendo na nossa perspectiva incapaz da negação finita. Veremos isto melhor se considerarmos que este resultado não pode ser interpretado como conjunção de muitas equações numéricas infinitas por meio de “e”,

mas somente como julgamento hipotético que afirma algo para o caso, quando um símbolo numérico é apresentado. Consequentemente, não podemos discutir uma equação tal como a referida anteriormente, onde um símbolo numérico arbitrário ocorre. Tal argumento, sendo uma aplicação da lei do terceiro excluído, fica na pressuposição que o resultado da validade universal de tal equação é capaz de negação.¹⁰

Se permanecermos dentro do domínio das proposições finitas, temos, como regra, leis lógicas complicadas. A sua complexidade torna-se não maneável quando as expressões “tudo” e “existe” são combinadas e quando ocorrem em expressões dentro de outras. Em resumo, as leis lógicas que Aristóteles ensinou e que os homens usaram desde sempre, começaram a pensar-se que não se mantinham. O Filósofo ficou-se por uma semântica lógica na *Analitica Prior*, sem possibilidade de uma sintaxe. Poderíamos, naturalmente, desenvolver as leis lógicas que se mantêm para o domínio das proposições finitas. Mas não adiantaria nada desenvolver tal lógica, porque não queremos deixar de usar as leis da lógica de Aristóteles.

1.4 – Refira-se como $i = \sqrt{-1}$ foi introduzido para preservar, na forma mais simples, as leis da Álgebra (por exemplo, as leis sobre a existência e número das raízes de uma equação). Os factores ideais foram introduzidos para preservar as leis da divisibilidade para todos os números algébricos (por exemplo, um divisor ideal comum para os números 2 e $1 + \sqrt{-5}$ foram introduzidos, embora tal divisor não existe) e similarmente para manter as regras formais simples da lógica ordinária de Aristóteles ao suplementar as proposições finitas com proposições ideais. É um pouco irónico que os métodos dedutivos, que Kronecker atacou, sejam as contrapartes exactas de que Kronecker admirou tão entusiasticamente no trabalho de Kummer na Teoria dos Números, considerando-se como realização mais elevada da Matemática.¹¹

É notável também como facto prometedor que para obter proposições ideais necessitamos somente, para continuar numa forma natural e óbvia, do desenvolvimento que a teoria dos fundamentos se tem submetido. Certamente, devemos aperceber-nos que mesmo a matemática elementar vai além do ponto de vista da intuitiva Teoria dos Números, como a temos interpretado. Não inclui o método da computação algébrica com letras. As fórmulas foram usadas exclusivamente para uma comunicação da Teoria dos Números. As letras traduzem símbolos numéricos. Na Álgebra, consideramos expressões contendo letras como estruturas independentes que formalizam teoremas materiais da Teoria dos Números. No lugar das proposições sobre símbolos numéricos, temos fórmulas que são elas mesmas os objectos concretos do estudo intuitivo. No lugar da prova material do número teórico, temos a derivação de uma fórmula, através de outra, de acordo com regras determinadas.

Daqui, como vemos na Álgebra, ocorre um proliferação de objectos finitos. Até

10 Cf. KREISEL, G.; KRIVINE, J. L. – *Éléments de Logique Mathématique*, Dunod, Paris, 1967, 18-26.

11 Cf. BAKER, A. – *Transcendental Number Theory*, Cambridge University Press, Cambridge, 1975, 24, 48, 53.

agora os únicos objectos eram os símbolos numéricos como 1, 11, ..., 11111. Só estes eram os objectos do tratamento material. Mas a prática matemática vai mais além, mesmo na Álgebra. Certamente, mesmo quando do nosso ponto de vista finito uma fórmula é válida relativamente ao que significa, por exemplo,

$$a + b = b + a$$

onde a e b são símbolos numéricos particulares. Não obstante, preferimos não usar esta forma de comunicação, mas substituí-la pela fórmula:

$$a + b = b + a .$$

Esta última fórmula não está em nenhuma comunicação imediata de alguma coisa com significado. Será simplesmente uma determinada estrutura formal, cuja relação às últimas proposições finitas serão:

$$2 + 3 = 3 + 2 ,$$

$$5 + 7 = 7 + 5 ,$$

consiste no facto de que, quando a e b são substituídos na fórmula pelos símbolos numéricos 2, 3, 5, 7, as proposições finitas são obtidas. Assim, concluímos que a , b , $=$, $+$, assim como toda a fórmula $a + b = b + a$, não significam nada sozinhas e não mais do que os símbolos numéricos. Ainda assim podemos derivar dessa fórmula outras fórmulas a que atribuímos o significado, ou seja, interpretando-as como comunicações de proposições finitas. Generalizando esta conclusão, concebemos a matemática como suporte de dois tipos de fórmulas. Primeiramente, aquelas a que as comunicações importantes de proposições finitas correspondem; e, em segundo, outras fórmulas que não significam nada e que são as estruturas ideais de uma teoria. Em Matemática encontramos proposições finitas que contêm apenas símbolos numéricos, por exemplo:

$$3 > 2, 2 + 3 = 3 + 2, 2 = 3 ,$$

que do nosso ponto de vista finito são imediatamente intuitivas e percebidas sem recurso a qualquer outra coisa. Estas proposições podem ser negadas verdadeira ou falsamente. Pode-se aplicar a lógica de Aristóteles sem restrições, sem ter precauções especiais. O princípio da não-contradição mantém-se para elas, isto é, a negação de uma destas proposições e da própria proposição não podem ser ambas verdadeiras. *Tertium non datur* mantém-se para elas, isto é, uma proposição ou a sua negação é verdadeira. Para dizer que uma proposição é falsa, será equivalente dizer que a sua negação é verdadeira. Em adição a estas proposições elementares, que não apresentam problemas, também encontramos mais proposições finitas. Surgem proposições finitas que não poderiam ser divididas em proposições parciais. Finalmente, introduzimos proposições ideais, para que as leis ordinárias da lógica se mantivessem universalmente. Mas como estas proposições ideais, ou seja, as fórmulas não significam nada, dado que não expressam proposições finitas e as operações lógicas não podem ser materialmente aplicadas, enquanto elas podem ser proposições finitas. É, assim, necessário formalizar as operações lógicas

e as provas matemáticas. Esta formalização implica traduzir relações lógicas em fórmulas. Daqui, em adição aos símbolos matemáticos, devemos também introduzir símbolos lógicos:

$$\cdot \quad \vee \quad \rightarrow \quad \sim$$

(e) (a) (implicação) (negação)

Além das variáveis matemáticas a, b, c, \dots vamos ter também variáveis lógicas, ou seja, variáveis proposicionais A, B, C, \dots ¹²

Felizmente a mesma preestabelecida harmonia que observamos como operativa na história do desenvolvimento da ciência, que ajudou Einstein, dando-lhe o cálculo invariante já totalmente desenvolvido para a teoria gravitacional, vem também à nossa cabeça. Encontramos o cálculo lógico já trabalhado com certo avanço. Para falar a verdade, o cálculo lógico foi desenvolvido originalmente de um ponto de vista completamente diferente. Os símbolos lógicos foram originalmente introduzidos a fim de se transmitir conhecimento. Ainda é consistente com o nosso ponto de vista finito negar todo o significado aos símbolos lógicos, tal como negamos o significado aos símbolos matemáticos e declarar que as fórmulas do cálculo lógico são proposições ideais que não significam nada sozinhas. Possuímos, no cálculo lógico, uma linguagem simbólica que poderá transformar proposições matemáticas em fórmulas e expressar a dedução lógica por meio de procedimentos formais. Em analogia à transição da Teoria de Números material à Álgebra formal, tratamos agora os sinais e os símbolos de operação do cálculo lógico pela abstracção do seu significado. Assim obtemos finalmente, em vez do conhecimento matemático material que é comunicado na língua ordinária, apenas um conjunto de fórmulas contendo os símbolos lógicos que são gerados sucessivamente de acordo com certas regras. As regras onde as fórmulas são derivadas de outras, correspondem à dedução material. A dedução material é substituída por um procedimento formal governado por regras. A transição rigorosa de um tratamento simplista para um formal é efectuada. Consequentemente, para ambos os axiomas (que mesmo assim é visto ingenuamente como verdades básicas, têm sido tratados por muito tempo na axiomática moderna como meras relações entre conceitos) e para o cálculo lógico foi suposto originalmente para ser uma língua diferente.

Certas fórmulas que servem como base para a construção da estrutura formal da matemática são chamados de “axiomas”.¹³

1.5 – No aspecto filosófico, a expressão da sucessão dos números naturais (1, 2, 3, ...) não apresenta um fim, visto que depois de cada “número natural” há outro (sucessor primário) onde esta sucessão possui infinitos elementos.

Com efeito, a sucessão dos números naturais constitui o exemplo mais simples do que chamamos o infinito matemático. Pode considerar-se que se trata de um “infinito potencial” – por maior que seja um número natural, há sempre outro depois dele – por oposição ao chamado “infinito actual”, conceito que intervém sempre que, num raciocínio haja que atender “simultaneamente” a todos os elementos de um conjunto não finito. Assim, os dois graus analógicos de “infinito” possuem um

¹² Cf. LEWIS, C. I.; LANGFORD, H. – *Symbolic Logic*, 2^o edition, Dover, New York, 1939, 10-16.

¹³ Cf. POPPER, K. – “New Foundations for Logic”, in: *Mind*, 56-57 (1947) 48.

elemento comum, no âmbito da quantidade abstracta, referindo-se como propriedade formal de um conjunto finito devido à sucessão numérica.

A existência do “infinito actual” (aleph-zero) tem sido objecto de alguma contestação quer para filósofos, quer para matemáticos. Na verdade, foi sempre um conceito que dominou toda a Matemática, tendo desempenhado um grande papel importante a moderna teoria dos conjuntos criada por Cantor.¹⁴

Contudo, já a propósito desta teoria (dos conjuntos) se viu como caracterizar os conjuntos: qual o significado que passaram a ter frases como dois conjuntos têm o mesmo número de elementos. Assim, afirmações como o todo é maior ($>$) do que as partes, que valiam para conjuntos finitos, deixaram de ter sentido para conjuntos, que são “infinitos”, precisamente como resultado de novas definições.

Mas, o uso não orientado do conceito de conjunto depressa conduziu a alguns paradoxos, sendo o primeiro apresentado por Russel, em 1901, que obrigara a outra revisão crítica dos fundamentos da Matemática, com o objectivo de encontrar para o raciocínio formal, uma base lógica que se possa mostrar isenta de contradições.

Na linha de uma reflexão sobre o “infinito”, quando D. Hilbert julgava estar à beira de provar a consistência da Aritmética, surgiu, em 1931, o teorema de Gödel a mostrar que se uma teoria é não contraditória e admite um modelo, que contenha o sentido formal do infinito e da aritmética elementar, então existem, nessa teoria, proposições que não são “decidíveis”, quer dizer: nem demonstráveis nem refutáveis. Daqui o interesse do infinito no sentido lógico e no domínio da gnoseologia.¹⁵

Com efeito, em 1963, chegou-se à conclusão que, tal como foram possível criar no século XIX geometrias não-euclidianas, não aceitando o quinto postulado das rectas paralelas de Euclides, também será possível desenvolver uma teoria não-cantoriana dos conjuntos, alterando um dos axiomas da teoria o chamado “axioma da escolha”, o qual poderá ser substituído pela negação da hipótese do contínuo.

Mas, se a intuição criadora continuará a ser um elemento vital de toda a Matemática, não menos o será no caso do Infinito.¹⁶

Tal como o contínuo e a densidade, o infinito é uma propriedade formal do número. Desde os números naturais até aos complexos esta qualidade está presente (secundária), porque existe formal e transcendentemente no pensamento do matemático, podendo ou não fundamentar-se na realidade.

Para uma adequada noção de infinito e para uma reflexão sobre as relações entre o finito e o infinito seria necessária uma filosofia que conjugasse as proposições de Platão, Aristóteles, Plotino e S. Tomás de Aquino, N. de Cusa e da filosofia do espírito, que unisse a participação, a causalidade, a analogia e a teoria do acto e da potência.

14 Cf. KURATOWSKI, K.; MOSTOWSKI, A. – Set Theory, North-Holland Publishing Company, Amsterdam, 1968, 61, 68, 86, 169, 173, 179, 182, 188, 191, 195, 206.

15 Cf. GONSETH, F. – Philosophie mathématique, Hermann, Paris, 1939, 25-27.

16 Cf. KAUFMANN, F. – Das Unendliche in der Mathematik und sein Ausschaltung, Deuticke, Wien, 1930, 40-68.

Só uma autêntica metafísica do acto de ser resolveria as antinomias aparentes e mostraria que a transcendência da acção humana implica, no seu movimento, a transcendência metafísica do acto de ser. Além do horizonte que a Matemática nos abre sobre o infinito, necessariamente surgem as perspectivas necessárias, sobre os aspectos ontológicos e gnoseológicos, que afectam o mundo do “Infinito”.¹⁷

O matemático de Koenigsberg colocou, de forma adequada, as relações entre lógica e a matemática e seguiu de perto o pensamento do filósofo de Koenigsberg (1724-1804), ao afirmar que a matemática não se fundamenta somente na lógica. Fala-nos de uma lógica conectiva – *inhaltliche logik* – ou de uma “lógica real” que assegure a exactidão da nossa dedução.³⁴ A matemática não poderá ser somente fundamentada pela lógica, mas necessita dos fundamentos gnoseológicos e ontológicos, para caracterizar ora o valor e limites das proposições formais, ora o grau de perfeição ou o existir das mesmas.

Assim, o *princeps mathematicorum* retém que a matemática seria como um albergue com dois tipos de fórmulas. Primeiramente com comunicações intuitivas de asserções finitas. Em segundo lugar, com fórmulas que podem significar pouco, mas constituem a estrutura ideal das teorias matemáticas.

Finalmente, dizer que Hilbert termina por salientar que o “infinito matemático” (potencial e actual) se apresenta como a ideia orientadora no sentido kantiano. Assim, Hilbert optou pelo “formalismo” em Matemática perante o logicismo e o intuicionismo.¹⁸

CONCLUSÃO

Quando Cantor descobriu os números transfinitos, chamados números de segunda classe, a pergunta que se levantou imediatamente, é se este método transfinito de contagem permite definir conteúdos conhecidos da outra parte que não são contáveis em sentido ordinário.

Se os pontos de um intervalo, isto é, os números reais, podem ser contados por meio de uma tabela dada previamente então surgirá o famoso problema do contínuo que Cantor colocou. Embora alguns matemáticos pensassem que poderiam dispor deste problema, negando a sua existência, as seguintes observações mostram quão errado eles estavam: o problema da continuidade é ajustado fora de outros problemas pela sua beleza. Mais, oferece a vantagem sobre outros que reúnem estas duas qualidades: por um lado, métodos novos são requeridos para a sua solução, desde que métodos velhos não resolvam, por outro, a solução própria é de grande importância por causa dos resultados a serem obtidos.

O resultado principal é que o infinito não se encontra realizado em lugar algum. Nem existe na natureza nem fornece uma base legítima para o pensamento racional. Contrariamente às antigas aspirações de Frege e de Dedekind, adquirimos a convicção de que, como condição prévia à possibilidade, são indispensáveis certas

17 Cf. MANNO, A. G. – Filosofia della Matematica, natura e fondamento della matematica, Marzorati Editore, Milano, 1972, 196-198.

18 Cf. MANNO, A. G. – Filosofia della Matematica, 206-207.

representações e certos juízos intuitivos de que a lógica sozinha não é suficiente. As operações com o infinito podem ser feitas com o finito.

Se, de acordo com Kant, entendemos por ideia um conceito da razão que transcende toda a experiência e mediante o qual o concreto é preenchido no sentido da totalidade, poderemos dizer que ao infinito resta, pura e simplesmente, o papel de ser uma ideia na qual podemos acreditar sem hesitação.



Michaela Lapošová

Inštitút filozofie, FF PU v Prešove
Ul. 17. novembra 1
080 78 Prešov, Slovakia

Prejavy ideového pluralizmu a indoktrinácie vo filozofii Štefana Polakoviča a Maximiliána Chladného-Hanoša v rokoch 1939-1945 / *Manifestations of ideological pluralism and indoctrination in philosophy of Štefan Polakovič and Maximilián Chladný-Hanoš between 1939-1945*

Abstract

This article is an attempt to clarify the situation after the rise of Slovak State. Its politics, ideology and philosophy of nation. It is focused on philosophy of Š. Polakovič and M. Chladný-Hanoš from the perspective of dogmatism and pluralism in their thoughts. The paper analyse ‚ideology of slovakian national socialism‘, which is faced with ‚Christ’s nationalism‘ and ‚German national socialism‘.

Key words: nation, state, christianity, ideology

V období predmníchovskej Československej republiky nastala z hľadiska novej indoktrinácie filozofie špecifická situácia. Niektoré filozofické smery, resp. koncepcie boli pod vplyvom oficiálnej „čechoslovakistickej“ politiky (osobitne *masarykizmus*), niektoré (najmä *slovenský novotomizmus*) rozvíjali napr. svoju koncepciu *národa* v intenciách národno-emancipačnej ideológie Hlinkovej slovenskej ľudovej strany. Poukazuje na to tiež J. Balážová, keď konštatuje, že v predmníchovskej ČSR „aj filozofické myslenie ako súčasť myšlienkového diania na Slovensku bolo výrazne ovplyvnené úsilím o emancipáciu slovenského národa a rozvíjalo sa ako súčasť národno-politických a národno-obrodeneckých programov“ (Balážová, 1998, s.146).

Netreba strácať zo zreteľa skutočnosť, že Slovensko sa – vďaka feudálnemu dedičstvu z čias Uhorska – ocitlo v spoločnom štáte s Českom, v zjavne nerovnoprávnom postavení. Paternalistický prístup vládnucej českej buržoázie – presadzujúcej politiku „čechoslovakizmu“ – sa čoskoro „podpísal“ pod otvorenie „slovenskej

otázky“, ktorá napokon vyústila až do „česko-slovenského rozkolu“ (M. Hodža). Súčasne sa však žiada poznamenať, že „štátna ideológia I. ČR, založená na ideí čechoslovakizmu, našla svojich obhajcov a aktívnych propagátorov i medzi slovenskou inteligenciou (vrátane niektorých predstaviteľov dobovej slovenskej filozofie- pozn. autor), pričom slovenskí čechoslovakisti obraňovali svoj postoj Masarykovou ideou malého národa“ (Balážová, 1998, s.148).

V „zajatí“, či aspoň v „službách“ ideológie sa teda v predmníchovskej Československej republike neocitla len slovenská náboženská filozofia (a osobitne jej koncepcia *národa*), ale tiež filozofia zdôrazňujúca „čechoslovakizmus“ na českej i slovenskej strane.

Iná situácia nastala po vzniku samostatného Slovenského štátu (14. 3. 1939), kedy sa nielen oficiálna politika a ideológia tohto štátu, ale tiež *filozofia národa* na Slovensku zásadne mení, a to najmä pod vplyvom spojenectva vojnového slovenského štátu s hitlerovským Nemeckom.



Ako v každej ideológii, tak aj v ideológii slovenského (vojnového) štátu, sa na rôznej úrovni (a rôznym spôsobom) prelínali idey filozofické, teologické, politické, sociologické, etické, atď. Niet pochybností o tom, že dominantné miesto v tejto ideológii patrilo (od jej vzniku až do konca) ideám kresťanského náboženstva a osobitne ideám obsiahnutým v teológii, vo filozofii a v sociálnej doktríne svetového katolicizmu.

Oficiálnou ideológiou vojnového slovenského štátu bola ideológia *slovenského národného socializmu* a jej najpodstatnejšou súčasťou bola koncepcia kresťanského, resp. „Kristovho nacionalizmu“.

Napriek tomu, že viacerí bádatelia zdôrazňujú „priamu“ nadväznosť uvedenej ideológie na ideológiu *nemeckého národného socializmu* žiada sa poznamenať, že medzi týmito ideológiami neboli len zjavné analógie, ale tiež výrazné diskrepancie, odlišnosti a nezhody.

Slovenský národný socializmus sa hlásil ku kresťanstvu a dostával aj prívlastok „kresťanský“. Nemecký národný socializmus kresťanstvo nerešpektoval, ba dokonca bol pápežom Piom XI. označený za „novopohanstvo“. Rovnako možno diferencovať aj medzi slovenským „kresťanským nacionalizmom“ a nemeckým nacizmom.

Hlavný predstaviteľ slovenského vojnového štátu – Jozef Tiso (1887-1947) spoluutváral koncepciu *kresťanského nacionalizmu* už počas predmníchovskej Československej republiky. Uvedená koncepcia nadväzovala na štúrovskú národno-emancipačnú iniciatívu.

Kresťanský nacionalizmus mal byť pôvodne *stmelujúcim* prvkom ideológie všetkých slovenských autonomistov. Kalkuloval jednak s ideou „Kristovej lásky“

k vlastnému národu a jednak so všeobecne postulovaným prikázaním: „Miluj svojho bližneho ako seba samého“. Zrejme aj z tohto dôvodu sa – pôvodne – v koncepcii kresťanského, či „Kristovho nacionalizmu“ nezdôrazňoval ani jeho konfesionálny, teda katolícky rozmer.

Koncepcia slovenského „kresťanského nacionalizmu“ vyplývala z Tisovho chápania *národa*, ako spoločenstva ľudí, ktorí sú: „jedného pôvodu, jedného telesného typu, jednej povahy, jednej minulosti, jednej reči, jedných obyčajov, jednej kultúry, rovnakých cieľov a tvoria na súvislom území organický celok“ (Polakovič, 1941, s.45). Takto chápaný *národ* má – podľa *Tisovej náuky* – transcendentný pôvod. Je špecifickým produktom „Božej kreativity“ a v hierarchii hodnôt stojí nad človekom – jednotlivcom. Láska k vlastnému národu – v takto chápanom nacionalizme – nevyklučovala úctu k iným národom, ale skôr naopak, rešpektovala právo všetkých národov na vlastnú (samostatnú) existenciu, atď.

Po vzniku samostatného Slovenského štátu (v r. 1939) sa však uvedené chápanie kresťanského nacionalizmu zjavne radikalizovalo. Poukazuje na to aj J. Balážová, keď v súvislosti s analýzou Tisovho chápania kresťanského nacionalizmu, napísala: „Myšlienka národnej jednoty, podrobenie sa jednotlivca záujmom celku s prihliadnutím na vodcovský princíp v takto organizovanom národnom celku, nevyhnutne viedla k totalitnému chápaniu národa“ (Balážová, 1998, s.151).

Napriek tomu, by sa však ani *totalitná verzia* Tisovho kresťanského nacionalizmu nemala (z čisto ideologického hľadiska) stotožňovať s víziou hitlerovského nemeckého nacizmu, a to hneď z niekoľkých dôvodov: nemecký nacizmus bol ako taký *antislovenský*, *antisemitský* a v konečnom dôsledku aj *antikresťanský*. Ako to zdôrazňuje aj T. Münz: „forsiroval nemeckú národnú cirkev, odtrhnutú od Ríma a kresťanstva vôbec, hovoril o národnom náboženstve...zavádzal nové sviatky, za právo pokladal len to, čo prospievalo nemeckému národu, zavrhol všeľudskú kresťanskú lásku a bol v každej súvislosti proti nadnárodnému univerzalizmu, na ktorom si katolicizmus tak zakladal“ (Münz, 1998, s.156)¹.

Slovenský kresťanský nacionalizmus – na rozdiel od nemeckého nacizmu – neabsolutizoval ani význam *národa* a štátu ako nejakých definitívnych, či *konečných útvarov*, lebo tak nad národom, ako aj nad štátom „tróni“ ich tvorca – Boh. V tomto kontexte treba vnímať aj skutočnosť, že „všetci autori obdobia Slovenského štátu, ktorí písali o nacionalizme...hlásali, že národovosť je v súčasnosti len prechodná hodnota smerujúca k ešte vyššej pozemskej hodnote, ktorou je humanita, a ktorá spojí všetkých ľudí na najvyššej úrovni. Tak si to napokon žiadal aj katolícky univerzalizmus“ (Münz, 1998, s.158).

Problematiku indoktrinácie filozofie na Slovensku počas vojnového Slovenského štátu komplikuje viacero skutočností. Samotná katolícka filozofia tu totiž mohla byť (a vo viacerých prípadoch aj bola) jednak pod vplyvom (a dokonca i v „službách“) *ideológie slovenského národného socializmu* a jednak sa „tlaku“ zo strany

¹ Z tohto hľadiska neprekvapuje, že pápež Pius XI. už v roku 1937, nemecký národný socializmus – v encyklike „Mit brennender Sorge“ (O postavení katolíckej cirkvi v Nemecku) – odsúdil ako „novopohanstvo“.

tejto ideológii bránila tým, že sa odvolávala na ideové východiská a hranice katolíckeho (teologicko-filozofického) *univerzalizmu*. Zatiaľ, čo prvá podoba indoktrinácie bola charakteristickou pre J. Tisu a čiastočne aj Š. Polakoviča, druhú orientáciu (v katolíckom tábore) reprezentoval najmä Maximilián Chladný-Hanoš.

Dokladá to aj známa diskusia o tzv. „nacionálnej otázke“, ktorá sa rozprúdila aj na stránkach *Filozofického zborníka* v roku 1943. Uvedenej diskusii predchádzalo vydanie troch prác o *kresťanskom nacionalizme*: 1. výberu z Tisových prác, ktorý vyšiel pod názvom *Tisova náuka* (Bratislava 1941, ed. Š. Polakovič), 2. Polakovičovej práce *K základom Slovenského štátu* (Turčiansky sv. Martin 1939) a jeho následnej štúdie *Ideové piliere slovenského národného socializmu* In: *Slovenské pohľady*, roč.57, 1941, č.1, s. 30-43), 3. práce Maximiliána Chladného-Hanoša s názvom *Láska k národu* (Turčiansky sv. Martin 1941).

Konštatovali sme už, že podstatnou súčasťou ideológie vojnového Slovenského štátu bolo Tisovo chápanie kresťanského nacionalizmu zdôrazňujúce nielen existenciu samostatného Slovenského štátu, ale tiež jeho politický program (a vôbec systém) slovenského národného socializmu. Vojnový „slovenský štát sa podľa nemeckého vzoru stal diktatúrou s jednou ideológiou, jednou stranou a jedným vodcom“ (Münz, 1992, s.24).

Napriek tomu, že J. Tiso sa *programovo* hlásil k téze o tom, že medzi „nacionálne podloženým socializmom a kresťanstvom... nesmie byť rozkol“ (*Tisova náuka*, 1941, s.177), v konkrétnej politickej praxi uvedenú tézu – viackrát – doslova ignoroval. Stalo sa tak najmä vtedy, keď Hitlera verejne prezentoval ako „legendárneho bojovníka“, ktorí vraj spravodlivo mení pomery medzi národmi v „rozdelenej Európe“, keď neváhal ospravedlňovať jeho agresívnu expanziu na Východ i na Západ s údajným cieľom „spájať“ oddelené európske národy v zmysle tzv. „etnickej komasácie“, atď. (*Tisova náuka*, 1941, s.180-181).

Uviedli sme už, že Tisove názory na problematiku *národného socializmu* i *kresťanského nacionalizmu* vybral a zostavil do podoby *Tisovej nauky* Štefan Polakovič. Napriek tomu, že sám na tieto názory nadväzoval, neznamená to, že sa so všetkými aj bezvýhradne identifikoval.

V zhode s Tisovými názormi bol Polakovič pri koncipovaní pôvodnej verzie kresťanského nacionalizmu, pri zdôrazňovaní samostatnosti slovenskej štátnosti ako aj formulovaní *ideových pilierov* slovenského národného socializmu. Súčasne však treba dodať, že sa nestotožňoval ani s Tisovým tolerovaním nemeckého agresívneho expanzionizmu, ani s jeho „oslavovaním“ Hitlera, ako „legendárneho bojovníka“... za prirodzenoprávnu... etnickú komasáciu európskych národov“, ktorá „spravodlivo mení národnostné pomery v novej Európe... Naopak... vydal brožúru *Warum eine freie Slowakei?*, v ktorej... odsudzuje teóriu o poslaní jedného národa vládnuť nad druhým z titulu jeho fyzickej prevahy, zamieňanie moci s právom a iné názory, ktoré zastával aj nemecký nacizmus“ (Münz, 1992, s.24).

Svoje názory na kresťanský nacionalizmus a slovenský národný socializmus – obšiahnuté v práci *K základom slovenského štátu* – Š. Polakovič označil, resp. charak-

terizoval ako „slovenskú štátnu filozofiu“ (Polakovič, 1939, s.8). Poplatnosť tejto „filozofie“ ideológii nemeckého a slovenského národného socializmu pritom vyjadril – azda najkoncentrovanejším spôsobom - v štúdií s názvom *Ideové piliere slovenského národného socializmu*.

Hneď v úvode tejto štúdie Š. Polakovič konštatuje: „Ak si všimneme dôkladne základné princípy nemeckého národného socializmu a porovnáme ich s kresťanským dedičstvom nášho ducha, skonštatujeme, že niektoré princípy národného socializmu sú veľmi zdravé a že sú to tie, ktoré podstatne charakterizujú národný socializmus a ktoré neprijať by bolo prejavom nepochopenia doby“ (Polakovič, 1941, s. 30).

V záujme objektívnosti však treba dodať, že nešlo tu o mechanické, či výslovné epigónske preberanie princípov nemeckého národného socializmu. Samotný Polakovič, totiž, v zápätí poznamenáva, že niektoré – z týchto princípov – „nášmu duchu nezodpovedajú, lebo sú plodom čisto nemeckej duchovnosti a ako svojrázny nemecký prvok, vyrastený na nemeckej pôde, je neprenosný, a preto túto druhú časť ideovej náplne integrujeme z vlastného ideového fondu“ (Polakovič, 1941, s. 30).

Medzi princípy, ktoré sú spoločné slovenskému a nemeckému národnému socializmu Polakovič zaraďuje: *vodcovský princíp, princíp ľudovosti štátu, princíp skutkovosti, princíp obetavosti a všeobecného dobra, princíp celku* a ďalšie.

Vodcovským princípom „reaguje národný socializmus“ – podľa Polakoviča – „proti parlamentárnemu zriadeniu štátu, ktorého nositeľom bol demokratický liberalizmus²... Podstatou vodcovského princípu je, že na čele štátu stojí vodca... v rukách vodcu je sústredená najvyššia, ničím neohraničená moc pre uskutočňovanie všeobecného dobra. V jednom národe môže byť len jedna vôľa a jeden prejav tejto vôle, vodca“ (Polakovič, 1941, s.30-31).

V súvislosti s *princípom ľudovosti štátu* Polakovič zdôrazňuje, že „národný socializmus vychádza v chápaní štátu z prirodzene daného spoločenstva, duchovnej a krvnej pospolitosti, ktorou je národ... teda... národ vzatý ako krvné a kultúrne osudové spoločenstvo“ (Polakovič, 1941, s. 33).

Charakterizujúc *princíp skutkovosti* Polakovič konštatuje, že „národný socializmus a fašizmus vychádzajú z poznania dynamičnosti bytia a života, a preto ich základnou smernicou sú skutky a zas skutky... je lepšie konať ako hovoriť“ (Polakovič, 1941, s. 34).

Zaujímavým spôsobom vymedzuje *princíp obetavosti a všeobecného dobra*. V tejto súvislosti vyjadril aj svoj názor na citlivý problém *vojny*, pričom – okrem iného – napísal: „Niekedy je vojna nevyhnutná, a to vtedy, keď treba zachraňovať hodnoty, ktoré sú väčšie než všetky hrôzy vojny a než život človeka... Chcieť teda za

² Akoby na okraj k tomu Polakovič dodáva, že „parlamentarizmus pre svoje známe chyby (neúčelnosť, korupčnictvo, nedbanie na záujmy ľudu, nezodpovednosť, atď.) nielen sa prežil, ale stal sa nenávidenou štátnou formou. Slabosť vlád v rozličných štátoch... vynuovali si vládu silnej ruky, ktorá berie na seba zodpovednosť za vykonané alebo nevykonané činy“ (Polakovič, 1941, s. 30).

každú cenu pokoj, t. j. bezvojenný stav, i za cenu odňatia neodcudziteľných práv, je zločinom na prirodzenom zákone... pod pojem všeobecného národného dobra patrí často i pojem vojny... národný socializmus prenáša sa od dobra jednotlivcov k dobru národa ako celku a žiada od nich najvyššie obete v prospech tohto celku, ktorý tu bude žiť i vtedy, keď súčasnej generácie už nebude“ (Polakovič, 1941, s.34-35).

Na *princíp obetavosti a všeobecného dobra* nadväzuje *princíp celku*, ktorý je spoločný ako nemeckému tak i slovenskému národnému socializmu. Tento princíp sa – podľa Polakoviča – prejavoval už v Hlinkovej zásade: „Všetko pre národ, nič pre seba“. Polakovič však tejto zásade vytyka „subjektívne znenie“ (obsiahnuté vo formulácii „nič pre seba“) a navrhuje: „namiesto tohto subjektívneho znenia zaviesť objektívne znejúcu zásadu (ako znie i nemecká): *Dobro národa nadovšetko*“ (Polakovič, 1941, s.37).

V zápätí však Polakovič upozorňuje, že na ideológiu národného socializmu sa vzťahuje aj tzv. „národnosocialistický princíp svojráznosti“ v dôsledku čoho „v nemeckom národnom socializme sú niektoré svetonáhľadové vložky, ktoré robia národný socializmus v Nemecku *nemeckým*, čiže spôsobujú, že pre ich ideovú tvárnosť možno si ich predstaviť len na pôde Nemecka... Slovenský národný socializmus, dostáva svoju svetonáhľadovú tvárnosť z pokladov dedičných hodnôt slovenských, ktorých nositeľom je naša kultúrna tradícia a zmýšľanie nášho ľudu“ (Polakovič, 1941, s. 41).

V tejto súvislosti, národnosocialistickú svojráznosť slovenského národného socializmu, Polakovič exemplifikuje najmä na dvoch princípoch: 1. princíp tradície, 2. princíp hierarchie hodnôt. *Princíp tradície* zdôvodňuje – okrem iného – slovami: „ak tradícia je pevným cementom národa, jeho nehybným podstavcom, tak túto tradíciu treba i uskutočňovať, t.j. dať jej všetky možnosti uplatnenia a vplyvania na súčasný život... Slovenský národný socializmus musí sa stať oddaným služobníkom a uskutočňovateľom slovenskej tradície tak ideovej, ako aj faktovej. Zo stránky ideovej vernosť k tradícii kresťanskej jasne vyplýva z prejavov našich vedúcich. Táto vernosť ku kresťanskej tradícii... musí sa prejavovať vo faktoch... sú u nás inakšie pomery ako boli v Nemecku... Kým v Ríši a v Rakúsku robotnícka vrstva bola odcudzená nielen Cirkvi, ale i Bohu bývalými sociálnodemokratickými a komunistickými nadháňачmi, ktorí zas našli pôdu pripravenú protestantizmom, u nás robotnícke masy nemali sa kedy odcudziť Bohu a Cirkvi“ (Polakovič, 1941, s.37-38). Z uvedeného robí Polakovič záver, že práve zachovávanie kresťanského dedičstva (ako jadra národnej tradície Slovákov) je najvyšším „príkazom“ slovenského národného socializmu.

Neprekvapuje, že tento „príkaz“ našiel svoje dominantné miesto aj v *princípe hierarchie hodnôt*, kde sa Polakovič dokázal dištancovať aj od tak preferovanej (a postulovanej) „hodnoty“ nemeckého národného socializmu akou bola *rasa*. Dokladajú to aj tieto jeho slová: „V nemeckom národnom socializme spomínajú sa ako základné hodnoty tieto: rasa, pôda, práca, ríša, a češť. Tieto hodnoty i my uznávame za veľmi dôležité: i pre nás fyzicky zdravé pokolenie, láska k hrude slovenskej, starosť o prácu, oddanosť k štátu a národná češť majú svoju veľkú cenu. Tieto hod-

noty však zaradujeme medzi ostatné hodnoty na miesto, ktoré im prislúcha podľa prirodzených noriem, no za absolútne najvyššie ich nepokladáme. Najvyššou hodnotou pre nás je Ten, od ktorého pochádza všetko bytie a život a ku ktorému speje celé stvorenie. K tomuto absolútnemu bodu vesmíru je zameraný každý človek bez rozdielu ako k svojmu definitívnemu cieľu“ (Polakovič, 1941, s.41).

V analyzovanej štúdií Polakovič zjavne rešpektuje „svojráznosť slovenskej verzie národného socializmu, a to tak vo vzťahu k problematike dobového chápania *rasizmu*, ako aj uznávania hodnôt a práv iných národov. Svedčí jednak o tom skutočnosť, že samotný pojem *rasa*³ nahrádza slovným spojením *fyzická zdatnosť* a jednak jeho – vtedajšie presvedčenie. že: „slovenský národný socializmus rešpektuje život a ostatné hodnoty iných národov, nemá dobyvačných úmyslov, lež všetku svoju energiu, ide venovať tvorbe hospodárskeho a sociálneho blahobytu“ (Polakovič, 1941, s. 43).

Uvedli sme už, že diskusiu o „nacionálnej otázke“ (a tým aj podobách indoktrinácie počas vojnového Slovenského štátu) ovplyvnili tiež názory Maximiliána Chladného-Hanoša obsiahnuté v jeho práci *Láska k národu* (1941).

Nazdávame sa, že už na jeho prístupe k *riešeniu* tzv. „nacionálnej otázky“ a vôbec jeho chápaní kresťanského nacionalizmu, možno exemplifikovať zaujímavú skutočnosť, totiž to, že aj keď dvaja autori, t.j.: M. Chladný-Hanoš i Š. Polakovič, hovoria takmer „to isté“, pričom používajú aj takmer „tie isté“ pojmy, nie je to „to isté“.

Príčin tejto skutočnosti je nepochybne viac. Dve sú však – podľa nášho názoru – dominantné. Prvou príčinou sú rozdielne filozofické východiská ich chápania *národa* (i *riešenia „nacionálnej otázky“*), druhou je rozdielna podoba indoktrinácie ich filozofickej koncepcie.

Obaja vyššie uvedení autori privítali vznik samostatného Slovenského štátu a obaja rešpektovali jeho kresťanské ideologické piliere, či základy. Symbolicky možno dokonca konštatovať, že obidvom „ležal“ osud slovenského národa (úprimne) na srdci. V konkrétnej snahe – spoločensky a politicky – ovplyvniť tento osud sa však zjavne odlišovali. A odlišovali sa už v základných ideových východiskách, ktoré sa postupne premietli aj do odlišných podôb indoktrinácie ich „nacionálnej“ koncepcie.

Zatiaľ, čo Š. Polakovič pristupoval aj k *riešeniu „nacionálnej otázky“* z pozície blondelizmu (t.j. filozofickej koncepcie francúzskeho filozofa Maurice Blondela), M. Chladný-Hanoš uplatňoval takmer ortodoxné stanoviská novotomizmu. „Ak Polakovič doťahoval svoje myslenie až k slovenskému národnému socializmu a v jeho rámci až k nacionalistickej, politickej a ideovej diktatúre, Chladný-Hanoš zostával na pozíciách katolíckeho univerzalizmu, do ktorého včleňoval aj slovenský nacionalizmus. O národnom socializme nehovoril a zdá sa, že ho ani neprijímal“ (Münz, 1992, s.23).

3 Na okraj sa žiada pripomenúť, že keď už aj použije pojem „*rasa*“, ako je tomu napr. v diele „K základom slovenského štátu“, tak na rozdiel od vtedy oficiálnej nemeckej koncepcie, neváha napísať, že „všetky rasy a všetky národy sú rovnocenné, a to na základe práva prirodzeného“ (Polakovič, 1941, s.61).

Primárne pozadie názorov M. Chladného-Hanoša na problematiku *národa* tvorilo, resp. predstavovalo učenie katolíckej cirkvi, z ktorého – podľa neho – vyplýva, že ako človek, tak aj národ je produktom Božej kreativity, že ako človek, tak aj národ majú svoj „najpôvodnejší pôvod“ v Bohu a jestvujú predovšetkým z jeho vôle. Boh stvoril svet i človeka z „lásky“ a Boh prikázal aj človeku, aby miloval svojho bližného ako seba samého. Láska človeka k iným ľuďom a teda aj k svojmu národu a iným národom „prameni“ už z Božieho plánu so svetom v dôsledku čoho je sui generis „posvätnou“ (porovnaj Chladný-Hanoš, 1941, s.32 a nasledujúce).

Od takto chápaného *národa* a takto chápanej lásky k *národu* odvodzuje aj svoje chápanie kresťanského nacionalizmu, ktoré odlišuje tak od „nemeckého nacizmu“ ako aj „sovietskeho komunizmu“. Opiera sa pritom o encykliky pápeža Pia XI. – „Divini Redemptoris“ (*O bezbožníckom komunizme*) a „Mit brennender Sorge“ (*O postavení katolíckej cirkvi v Nemecku*).

Z pozícií uvedených encyklík odmieta tak nekresťanský nemecký nacizmus, ako aj ateistický komunizmus, resp. „slobodomurársky“ kozmopolitizmus a liberalizmus. Bližšie sa však politickým charakteristikám týchto „nekresťanských“ ideológií nevenuje. Bližšie sa nevenuje ani tzv. *etatizmu*, ktorý v duchu Hegelovej filozofie štátu a práva povyšuje štát nad jednotlivého človeka i nad národ. M. Chladný-Hanoš naopak zdôrazňuje, že národy plnia v dejinách významnejšie poslanie než štáty, zároveň sa však „dokazuje“, že aj nad najpočetnejšími národmi a najväčšími štátmi stojí univerzálne kresťanské náboženstvo a osobitne „všeobecný, resp. univerzálny katolicizmus“.

Tým, že sa M. Chladný-Hanoš politickým dimenziám kresťanského nacionalizmu „vyhýba“, nadobúda aj indoktrinácia v prípade jeho koncepcie iný charakter než tomu bolo napríklad v koncepcii Š. Polakoviča. Zatiaľ, čo Š. Polakovič je – vo vyššie analyzovaných prácach – pod zjavným vplyvom politickej ideológie vojnového Slovenského štátu, M. Chladný-Hanoš sa pohybuje v hraniciach oficiálnej ideológie svetového (*všeobecného*) katolicizmu, ktorý rešpektuje národnú rôznorodosť, a teda odmieta tzv. „totalitný nacionalizmus“, v ktorom aj *láska k národu* stráca svoj kresťanský charakter a zmysel. Na ilustráciu pritom neváha uviesť aj „nekresťanskú“ *Lásku k národu*, ktorá sa prejavila v nemeckom nacizme (Chladný-Hanoš, 1941, s.103).

M. Chladný-Hanoš nevyzdvihuje ani potrebu „násilnej“ jednoty obyvateľov vojnového Slovenského štátu. Naopak: „jeho stanovisku skôr zodpovedá národná pestrosť po každej stránke. Fašizmus a nacizmus si všima len okrajovo a len ako súdobé nacionálne hnutia, o slovenskom národnom socializme vôbec nehovorí, nezdvôrazňuje potrebu jednoty slovenského národa, jednej strany, jedného vodcu. Poslaním každého národa (a teda aj slovenského) je jednak prejavovať božiu múdrosť a bohatstvo, jednak pretvárať sa podľa ideálu dobra... národ nepotrebuje nevyhnutne aj štát, lebo jeho poslanie je kultúrne⁴ a nie politické“ (Münz, 1992, s.28).

4 Národ M. Chladný-Hanoš definuje ako „ľudské spoločenstvo, ktoré na základe kultúrnej jednotnosti prejaví vôľu, aby ho pokladali výslovne za osobitný národ“ (Chladný-Hanoš, 1941, s.32).

Z uvedeného vyplýva, že už v názoroch na koncepciu kresťanského nacionalizmu (a predovšetkým na politické dimenzie tejto koncepcie) vytvorili sa počas vojnového Slovenského štátu dve základné (ideové) línie: jednu možno odvodiť z *Tisovej náuky*, resp. z jej Polakovičovej prezentácie, druhú z práce M. Chladného-Hanoša s názvom *Láska k národu*. Spolu s T. Münzom si myslíme, že „len línia Chladného-Hanoša v slovenskom nacionalizme za Slovenského štátu sa uberala zlatou strednou cestou... Uznávala realitu slovenského národa, hlásila sa k nemu... no nevyzdvihovala jeho jednotu na úkor prirodzenej diferenciacie všetkých zložiek jeho života. Nepodľahla nacionalistickej ideológii HSES, ktorú táto strana prevzala z nacizmu a iba sa snažila prikryť ju plášťom kresťanstva, čím ho skompromitovala. Nepodľahla žiadnej politickej ideológii, a preto si zachovala charakter kresťanského nacionalizmu. Naproti tomu tisoovsko-polakovičovská línia... uprednostňovala jednu stranu, obmedzovala slobody, okliešťovala prirodzenú životnú pestrosť, provokovala šovinizmus“ (Münz, 1992, s.29).

Koncepcia kresťanského nacionalizmu v názoroch Š. Polakoviča a M. Chladného-Hanoša „vyvolala“ už v roku 1943 – na stránkach Filozofického zborníka – zaujímavú diskusiu na tému: *Nacionalizmus ako ideológia*.

LITERATÚRA

1. Balážová, J.: Tradicionalistická katolícka koncepcia národa a nacionalizmu na Slovensku v prvej polovici 20. storočia. In: *Filozofia*, roč. 53, 1998, č. 3.
2. Chladný-Hanoš, M.: *Láska k národu*. Turčiansky sv. Martin 1941.
3. Münz, T.: Nacionálna otázka u katolíckych teológov za Slovenského štátu. In: *Filozofia*, roč. 47, 1992, č. 1.
4. Münz, T.: Filozofické základy ideológie slovenského štátu. In: *Filozofia*, roč. 53, 1998, č. 3.
5. Polakovič, Š.: *Tisova náuka*. Bratislava 1941.
6. Polakovič, Š.: Ideové piliere slovenského národného socializmu. In: *Slovenské Pohľady*, roč. 57, 1941.
7. Polakovič, Š.: *K základom Slovenského štátu*. Turčiansky sv. Martin 1939.



Małgorzata Dobrowolska

Silesian University, Institute of Psychology, Poland
E-mail: malgorzata.dobrowolska@us.edu.pl

Flexibility as a complex and unclear psychological phenomenon

Abstract

Many theoreticians and practitioners are inspired by the current situation on the labour market and, in particular, flexibility of employment as an atypical form to analyse broadly understood theme of flexibility. Requirements of this non-traditional form of making a living make an employee acquire a permanent capacity to adjust to multifaceted changes of irregular frequency. This relatively permanent tendency may be the result of a longer exercise, be formed due to regularly repeating operations or be intrinsic capacity manifested in a meta-ability responsible for optimal for an individual use of psychosocial domains due to a situational context (which is a cognitive, emotional and behavioural potential). In the first case, we are dealing with a cognitive habit performing an economic function, liberating the mind from controlling operations resulting from cognitive schemes that can be automated. However, excessive leaning toward habits leads to impoverishment of cognitive processes, automation of performed actions, mental laziness and emotional depletion. This effect is shown in a later section describing the area of flexibility qualified as pathological. The article presents the results of research on a sample of $n=2118$ flexible employees, using a tool devised by the author of the paper - Personal Flexibility Auto-perception Tool.

Key words: non-traditional forms of making a living, flexibility

INTRODUCTION. PROBLEMS WITH THE TERMS AND METAPHORS OF FLEXIBILITY

Among the overlapping concepts that interact with one another within the broadly understood flexibility issue the most important are: vividness, tenderness, stiffness and metamorphosis.

Often the concepts of flexibility and vividness are applied interchangeably and treated as synonyms. When we try to define these two concepts, using scientific terms, we learn very quickly that this is not the case. Flexibility and vividness, although form a kind of continuum of the same dimension, describe two completely different phenomena. Physicists divided solid matters with respect to their properties into three groups: resilient matter, i.e. flexible one, vivid matter and fragile matter. Flexibility in the sense is understood as capacity to return to original shape

and dimensions, after the cause of deformation is removed. The essence of vivid matter is a capacity to keep changes of the form after the cause of deformation is removed. While fragile matter get damaged and dissociated after some force is imposed on them. Rigidity of matter is about, in the nutshell, inability to change shape due to high endurance to the applied force or immediate destruction.

There is one more term that does not appear in the realm of technique but in natural sciences. The term refers to a saltatory and to a large extent “radical” transformation, i.e. metamorphosis.

The author chooses not to quote the basic dictionary definitions, although from the point of view of a full understanding of the said notions it is important to point at the fact that they “meet” in the form of many various similar and synonymous terms (e.g. variable, vivid, flexible, shrinking, firm, springy, soft, spongy, shapeable, forgeable, etc.) and the their application in many, often very different from each other, areas of life: For example, metal ductility and intellectual vividness, etc. This could be a proof of practical relevance of this family of concepts, but on the other hand, it complicates their use and defining in a given scientific discipline, in this case, the discipline of human actions and behaviours.

Flexibility as a complex and unclear psychological phenomenon provokes on the relatively high level of abstraction to attempt to use metaphors explaining this phenomenon.

The author (cf. 2011, 2012) presents her own concepts of flexibility understood as: (a) a cognitive habit, in psychology a typical phenomenon of acquisition of psycho-social competences; (b) psychosocial meta-capacity; she uses a metaphor of device for this purpose; (c) basic psychological dimension, using a metaphor of a layer flexibility map; (d) ability to revert to an original psychological state using a physical metaphor; (e) protection of the structure of “self” using a metaphor of a computer cleaning software.

When it comes to technical analogies and a physical metaphor, flexibility, in this respect, is about capacity to behave in way that is different from the previous or a typical one (in technology it is a capacity to take shape that is different from a typical one), and then returning to the original one (in technology we are talking about shape). In another words, it is an ability to act in a way that is different from a “typical” one. Such different behaviour is caused by “external forces”, after the forces in question cease to act, the behaviour disappears, in accordance with the principles of physics. On the other hand, vividness is the ability of “distortion” or a permanent change of behaviour, which in technology is the permanent change of shape, without an option to return to the original state. Focus on these two terms is sufficient in the context of human behaviour and provides inspiration for clarification and their definition in the psychological context. Technical definitions shall be treated as material for comparison, however without far-fetching comparisons and analogies. It is assumed, therefore, that a technical distinction should be maintained: flexibility vs. vividness, and define these two concepts in terms of human behaviour, without insisting on looking for literate similarities between a man and a spring, in spite of the observed analogy between the two.

With respect to a psychological analysis of functioning of an individual, while keeping the analogy of flexible matter the author (2011, 2012) analyses flexibility, vividness and fragility taking into account three psychological dimensions: own or forced activity as a response of an individual to the emerging changes in one's external environment, subjectively perceived effort at the time of an activity of an individual and the effect of this activity.

Personnel flexibility is the ability to adapt to new conditions, easy adaptation to the changing environment. Following synthesis of *flexibility*, it can be understood in the following ways: (a) cognitive habit; (b) ability to revert to the original psychological state (physical metaphor) c) meta-ability (metaphor of a tool); (e) defensive mechanism (metaphor of cleaning mechanisms). *Flexibility* could be defined as the ability to behave temporarily in a way that is different from the typical one. Such different behaviour is caused by "external forces", which stops after their termination. In the light of the above, *flexibility* can be understood as adaptation resulting from activities of an individual, carried out in way that is natural to him/her, without experiencing any effort at the time of the activity and in a subjective opinion of an individual not causing any adverse and lasting changes.

Personal vividness is a psychological sensitivity to changes, capacity to adapt to a new environment and constant changes in the environment. This relatively permanent tendency can be caused by a longer practice and be created by regularly repeated actions or activities. It may also be an inborn ability manifesting itself in a meta-ability responsible for optimal use of potential (cognitive, emotional and behavioural one) of human beings, taking into account a situational context. In the first case, we are dealing with a *cognitive habit*, which liberates the mind from controlling operations resulting from foreseeable and automatable cognitive schemes. *Vividness* is adaptation to changes resulting from one's own activity or forced by external circumstances, with a subjectively experienced effort at the time this activity, resulting in permanent changes, but not necessarily negative ones. *Vividness* results from speculations on *flexibility*, from the assumption, that no matter is utterly flexible. Limitation for flexibility is a regulatory role of memory, effects of changes in one's psyche resulting from experience of an individual.

Personal stiffness is a personal inability to adapt to changes of irregular frequency and multi-faceted nature; it is a forced activity of a subject as a response to changes; at the time of this activity effort is subjectively experienced (and the situation itself is perceived as difficult), subjectively causing permanent and mostly negative changes (adverse effects included in the destructive ones). The effect of positive changes which are an exception may be metamorphosis achievable thanks to saltatory transformation of mental structures and eventually their changes. Destruction, on the other hand, it is the result of a break-down of mental structures caused by outside pressures. *Stiffness* is the opposite of flexible and vivid behaviour.

Metaphor is linked to the personal flexibility understood in layer terms. It is understood as continuum, in which flexibility is the ability of a subject, whereas vividness, metamorphosis and destruction are its characteristic features. Featured

layers of theoretical, pathological and psychological flexibility provide new diagnostic and psychological capabilities of the analysed phenomena. A theoretical postulate for the theoretical flexibility is the fact that no matter is completely flexible. A limitation for a personal flexibility is a regulatory role of memory, which allows in this respect for creation of a model pattern of flexibility solely as a theoretical construct. The consequence of this is, that there are always some countable borders of both flexibility, vividness and fragility. Therefore one of the possible description of flexibility would be a fraction of forces affecting an individual, with the highest intensity are understood as traumatic through the structure of "self" understood as durability of this structure.

Pathological flexibility describes a range within which external changes regardless of benefits for an individual, both positive and negative, appear periodically or chronically and do not cause changes in the structures of "self" and are not registered and approved for a cognitive analysis in any possible ways. For instance, in this way you can explain the phenomenon of inability to learn; automatism of behaviour deprived of emotions, resulting from over-practice; psychotic disorders.

The area of psychological flexibility is possible thanks to the role of defensive and cleaning programmes (see: Cleaning program metaphor). Vividness is the area where the task of flexibility as the meta-ability is management of the whole potential of an individual (see: tool metaphor). Metamorphosis is possible thanks to saltatory transformations of the content of the structure of "self", as the result of its changes. Destruction, on the other hand, is the result of a break-down of mental structures caused by outside pressures.

The third vision of flexibility is a metaphor of a tool, a capacity for self-programming understood as a meta-driver and is related to the idea of a "tool depot", meta-function of mind that thanks to the access to the whole cognitive, behavioural and emotional potential of a given individual is responsible for a choice of an adequate "tool" - ability to respond to a situation in which a subject finds itself. Flexibility being a meta-ability is responsible for a maximum capacity of a subject to interact with its surroundings.

With respect to the role of human memory that limits understanding of flexibility the author suggests one more metaphor of a cleaning software.

Flexibility understood in this way constitutes a set of processes affecting human actions that is not subordinate to human consciousness. It is a layer of a hidden part of psycho composed of dynamic psychological processes, which cannot be controlled, since they are not subject of cognition.

These processes are of a defensive character for "self". First of all they are to block emotional tension caused by external pressure, which might have a permanent impact on the structure of "self" and damage it. In behaviour of a subject it is manifested by lack of resistance against experienced reality and perceived sense of readiness to act regardless the requirements of a situation. Taken to extreme - in colloquial language it may be manifested in various utterances, such as: "I am not afraid of

this”, “who, if not me”, “I can cope”, “this problem is not a problem”, regardless if the situation is perceived as new one (according to Tomaszewski’s classification this is a difficult situation), or a known one - it is not perceived as difficult and/or impossible. To measure this aspect one can use the questionnaire method. The second task of the analysed processes is to reduce and sooth emotions (mostly fear and anger) generated by internal conflicts or changes in the environment, reduce emotional tension that might permanently deform the structure of “self” or expose it to damage in the course of any activity. Another task of the said processes is responsible for elimination of all the experience of an individual that might have a negative impact on the structure of “self”, that is to say cause any changes in its structure eliminating (deleting) at the same time emotional tension (analogically to deleting computer files).

ATTEMPTS TO OPERATIONALISE FLEXIBILITY

It seems that personal flexibility is biologically conditioned. Human beings have genetic abilities to adjust to many situations, tasks and environments, which most probably are absent among other species. Cognitive processes, intelligence, capability to learn and ‘self-programming’ are biological attributes located at the core of flexibility. We are dealing here with a biological paradox, which is expressed in the fact that “we are permanently programmed to be flexible”. Flexibility is innate on the one hand, and on the other hand it is programmable, learnable. One of the important issues concerning flexibility is its relation to internal physical-and-psychological structures. It seems that when it comes to individuals, the less stable and permanent notions they have in their minds, the more flexible they are. These may be permanent and established values, assessments, attitudes, habits, etc.

According to the author the most important transmitters of flexibility are as follows: Creative thinking, rapid response to change, openness to change, adaptability, interdisciplinary - mental openness, moving in different directions, social competence, emotional control, smooth switching to different styles of behaviour, ability to operate in unclear and stressful situations (cf. Dobrowolska, 2011, 2012).

At this point it is worth returning to the issue of programming. Allport (after: Hall, Lindzey, 2001) recognized personality as a dynamic psychophysical system that determines the way of adjusting. Pulakos and others (2000) define eight dimensions of adaptation behaviour: coping with difficulties, threat, crisis; coping with stressful situations at work; creativity and creative problem solving; coping in new and insecure, difficult to predict situations; acquisition of competences, knowledge and awareness of organizational procedures; adaptive skills in interpersonal relationships; ability to adapt to organisational culture; adaptive skills to physical professional environment.

Adaptation to organizational culture consists of four phases: euphoria, cultural shock, adaptation to new conditions and new culture, state of equilibrium (Hofstede, 2000, p. 305).

Adaptation of a subject and the environment is compatibility, coherence between all of the components of the interaction (Caldwell and others, 2004). There are

many dimensions of adaptation: requirements of an organization - capabilities of an object; needs of an employee - offer and resources of an organization; values and objectives of a subject - values and purposes of an organization (e.g. Cable, DeRue, 2002).

An interesting use of the phenomenon of personal flexibility seem to be its use in professional counselling, in particular in analysing professional predispositions with respect to optimal forms of employment. Personal flexibility as a psychological dimension allows for adequate selection of employees for typical and atypical forms of employment. What is more, it may justify a high level of job satisfaction among employees employed under flexible forms by their own choice (not as a response to structural unemployment).

This is also of relevance for individual adaptive programs, the effectiveness of which is based on meeting the needs of an employee at all the subsequent stages of introducing him to an organization - both the physical conditions, such as security, health and safety at work, etc., and the socio-economic - team-work, and social-and-economic ones, such as recognition for work (Davis, 2003). Ashworth and others (1998) proved in their research that there is a positive relationship between an institutionalised socialisation and adaptation of an employee. This applies to adaptive and orientation programmes, impact of a supervisor, who is both a tutor and an instructor, socialisation of a group through acquisition of both formal and informal norms.

Consequences of adaptation are also involvement in professional work and organisational matters, satisfaction, intention to remain in an organization - these are key pros of well prepared impacts of introducing employees to work. Flexibility can also be treated as a part of a psychological immunity and in this sense its practising allows for a global improvement of psychosocial functioning of individuals. Piaget (1981) points out that adaptation takes place, when a subject adjusts to requirement of surroundings, an organism is transformed due to an impact of the environment, and a change in itself is positive for the both parties. This trend of adjusting is a natural and inborn for all living creatures.

The term adaptation, adaptation to work, or a professional adaptation is a natural process in each professional work (Reber, 2000). The first one is the process of achieving adequacy with one's professional environment (Dawis, 2000). Mutual requirements are correlated with mutual potentials, which allow for gaining and maintaining adequacy. Adaptation is accomplished by one of the four changes: needs of an individual, skills of a subject, organizational reinforcement and requirements of an organization. When an individual makes changes in the environment, this is an active adaptation, whereas adaptation within oneself is a reactive adaptation. Flexibility is an ability to cope in a situation of inadequacy (lack of adjustment) before adaptation activity, perseverance on the other hand is a state of remaining in the inadequacy and not giving up (Dawis, 2000).

The process of adapting to work is a professional socialisation, irrespective of forms of employment it applies to each professional experience (Hornowska, Paluchows-

ki, 2001). Davis (2003) distinguishes between four phases of adaptation process: prior to employment, a trial period, a proper professional adaptation, evaluation. The proper adaptation involves adaptation in the environment, in a given organization and a specific job. The first one is fostered by actions that increase awareness of risks, information about possible difficulties and delivery of knowledge on ways of coping with difficulties. The other one is fostered by understanding of mission, goals, objectives of an organization, getting acquainted with organizational culture. The third one is fostered by giving an employee adequate competences to experience work in a given environment, tools and other resources. Finally let us come back to proactiveness. Bateman and Crant (1993) defined persons with a tendency to activity and to affect the environment with a simultaneous resistance to environmental influences as proactive. They have a capacity to seize opportunities and possibilities and are characterised by an initiative, they do not give up while pursuing their aims, they have impact on the surrounding world, identify and remove difficulties, they support themselves by creation of conditions to effectively change their surrounding rather than adjusting to it (after: Bańka, 2005, p. 7).

This is an interactive assumption, people's behaviour that has an impact on the environment, a mutual interaction. Proactiveness means a capacity to have an impact on the environment and shaping it to the extent that transgresses a capacity to shape the environment. Proactiveness is something more than simply adaptation, because at the end of the day this is a proactive behaviour that reshapes the environment (Maddi, 1989). This is an intentional, independent, active and causative action (Bateman, Crant, 1993). The distinctive feature of the proactive is an initiative that generates changes, without being dependent on others. This is an approach that creates a change rather than anticipates it. It is more about creation of future, than about predicting it. According to Bateman and Crant (1993) such individuals can be characterised by seven points: Proactive persons seek opportunities to change through their own activities and actions. They go beyond standard limitations of the environment and derive benefits of its reshaping. Proactive persons set effective and change-oriented objectives, they are focused on maximizing objectives performance, their achievements open new action paths and new dependencies, qualitative effort is undertaken that is related to crossing borders; proactive people anticipate problems and take corrective measures, they use information feedback. Proactive people have tendency to do various things, different from actions taken by other people, they are constantly focused on solving problems and reaching set goals, they do not bound by limitations. Proactive people are people of action, willing to take care of their own life being aware of risks and responsibility; proactive people are stubborn and are prone to stick to their own plans. They are persevering; they change their tactics when surrounding conditions call for it; proactive people reach goals, they have real achievements and make a lot changes. They are more adaptable and flexible. There are four approaches to personal aspects of protectiveness: as a personality, as a personal initiative, as self-efficacy and as a responsible involvement (Crant, 1995, 1996, 2000) (all after: Bańka, 2005, pp. 8-12). Proactive personality that is the tendency to intentional and causative changes in the environment. There are individual differences in the proactive personal disposition, measures focused on a change in the environment, relatively in-

dependent of environmental conditions and forces (Bateman, Crant, 1993). Personal initiative is a model of behaviour with self-initiative approach to work that exceeds formal requirements, assigned tasks and obligations (Frese and others, 1996). It contains five components of proactive behaviour: personal initiative is consistent with the mission of an organisation, it is focused on long-term objectives, it is an activity oriented on activity and objective, it is continued regardless of adverse circumstances, it is an activity that is spontaneous and proactive. Self-efficiency is a construct formulated on the basis of the research of Parker (1998). It defines a perceived ability to deal with proactive set of tasks that exceed assigned requirements of a role; it is about coping with dynamics of the environment. Responsible commitment is a concept of proactiveness formulated by Morrison, Phelps (1999). It is an idea that organizations need people who are willing to take up challenges, consisting of introduction of constructive changes accompanied by effort of actions focused on functional changes (after: Bańka, 2005, pp. 12-14).

PRESENTATION OF THE AUTHOR'S RESEARCH

Flexible employees have been divided into 9 professional groups, each of them with more than 200 people. The featured groups were as follows: 12.1 % working for a specified period of time; 13.2% working part-time; 10.7% working on contract; 10.3% of the self-employed; 10.4% of teleworkers; 10.4% working under a substitute work contract; 12.4% of temporary workers; 10.0% of seasonal workers; 10.5% of the employed in the social economy.

The respondents were adults of different ages, although all the respondents were in the so-called age a professional activeness, working age from 18 to 60 years for women and up to 65 years for men. 7% of the respondents were 18- 24 years old. The largest group - 42% are persons aged 25-34. 34% of the respondents are 35 to 44 years old. Another 12% of the respondents are between 35 -44 years, while 5% of the respondents were 55-65 years.

An average age in the analysed group was 36, and the median was 35 years. The youngest respondent was 18 years old, and the oldest 65 years old. The distribution of results in the Polish sample of the tested fits fully into the *European characteristics of flexible employees*, which describes them as rather young, with an average period of employment in an organization - less than five years (Nollen, 1996).

A variable *personal flexibility* is dependent on education and occupation. The higher education, the higher level of flexibility. The same applies to a post - the higher in the organizational structure, the more flexibility is exhibited. Other social-and-demographic variables do not reveal any connection.

A statistically significant relation between education and a personal flexibility has been demonstrated: the relation confirmed by Kruskal -Wallis test: Chi-square (df 2) = 37.307; $p < 0.001$). The higher education, the higher results on the scale of a personal flexibility: in the group of the analysed with education below secondary schools: the median = 161; among people with secondary education: the median

= 162; among people with a university degree: the median = 168. There is also a statistically significant relation between profession and the results on the scale of a personal flexibility, the results of the Kruskal- Wallis test: Chi-square (df 4) = 34.243; $p < 0.001$. People who work at higher and more prestigious positions score higher results than those further down the hierarchy. In the group of executive directors, CEOs and business owners: the median = 168. In the group of specialists and freelancers as well as technicians and civil service officials: the median = 167. In the group of trade and services workers: the median = 162. The group workers: the median = 161.

The average score on the scale of a personal flexibility in the analysed group of flexible employees was 165.21 with the variable scope ranging from 63 to 230. The median was 166, which means that half of the analysed scores below 166 points. Skewness becomes negative, but much less than zero, which indicates that there is no asymmetry of distribution. Kurtosis is positive, which points at the fact, that the distribution is slender – there is too much values centred around the average.

The results obtained on the flexibility scale with respect to forms of employment have been analysed. Variance analysis was possible since its assumptions had been met (after rejection of the outliers). The variance analysis has shown that a form of employment significantly differentiates the test results on the scale of a personal flexibility: $F(8,2105) = 3.937$; $p < 0.001$. The results of the survey show that the highest results on the scale of a personal flexibility are achieved by the self-employed (an average 171.79), while the lowest results are achieved by seasonal workers (on average 160.40).

Average values in all the subgroups are in accord with sten norms and fall within average values, which proves only vividness of behaviour, not its flexibility. *Personal vividness* is described in the theoretical part is a psychological sensitivity to changes, capacity to adapt to a new environment and constant changes in the environment. *Vividness* is adaptation to changes resulting from one's own activity or forced by external circumstances, with a subjectively experienced effort at the time this activity, resulting in permanent changes, but not necessarily negative ones (compare: Dobrowolska, 2011, 2012).

The relatively highest scores on the scale of a personal flexibility in comparison with other groups are obtained by the self-employed and the employed in the social economy. Whereas the highest score is found in the group of seasonal workers, which may constitute a proof of a tendency to a personal stiffness understood as an inability to adapt to changes of irregular frequency and multi-faceted nature; it is a forced activity of a subject as a response to changes; at the time of this activity effort is subjectively experienced (and the situation itself is perceived as difficult), subjectively causing permanent and mostly negative changes (adverse effects included in the destructive ones). Stiffness is the opposite of flexible and vivid behaviour (see: Dobrowolska, *ibid*).

REFERENCES

1. Ashforth, B., Saks, A., Lee, R. (1998). Socialization and newcomer adjustment: the role of organizational context. *Human Relations*, 51(7), 897-926.
2. Bańka, A. (2005). Psychologia pracy. W: J. Strelau (red.), *Psychologia. Podręcznik akademicki. Jednostka w społeczeństwie i element psychologii stosowanej* (s. 281 – 320). Gdańsk: Gdańskie Wydawnictwo Psychologiczne.
3. Bateman, T.S., Crant, J.M. (1993). The proactive component of organizational behaviour. *Journal of Occupational Behaviour*, 14, 103-118.
4. Cable, D., DeRue, D.S. (2002). The convergent and discriminant validity of subjective fit perceptions. *Journal of Applied Psychology*, 87(5), 875-884.
5. Caldwell, S., Herold, D., Fedor, D. (2004). Toward an understanding of the relationship among organizational change, individual differences, and changes in person-environment fit: a cross-level study. *Journal of Applied Psychology*, 89(5), 868-882.
6. Crant, J.M. (1995). The proactive personality scale and objective job performance among real estate agents. *Journal of Applied Psychology*, 80(4), 532-537.
7. Davis, P. (2003). *Adaptacja zawodowa*. Warszawa, Wydawnictwo „PETIT”
8. Dawis, R.V. (2000). Work adjustment theory. W: A. Kazadin (red.), *Encyclopedia of psychology*. New York: Oxford University Press.
9. Dobrowolska, M. (2011). Flexible form of employment in view of unemployment problems in middle age/Elastyczne formy zatrudnienia wobec problemów bezrobocia późnej dorosłości. Kraków: Wydawnictwo Uniwersytetu Jagiellońskiego.
10. Dobrowolska, M. (2012). Człowiek i elastyczne formy zatrudnienia - wybrane problemy. *Czasopismo Psychologiczne*, 2(18), 195 – 203.
11. Dobrowolska, M. (2014). On the issues of employment flexibility. *Research and conclusions*, Wydawnictwo Difin, Warszawa.
12. Frese, M., Kring, W., Soose, A., Zempel, J. (1996). Personal initiative at work: Differences between East and West Germany. *Academy of Management Journal*, 39, 37-63.
13. Hofstede, G. (2000). *Kultury i organizacje. Zaprogramowanie umysłu*. Warszawa, PWE.
14. Hornowska, E., Paluchowski, W.J. (2001). Rozwój zawodowy - podstawowe założenia. W: S. Witkowski (red.), *Sukces w zarządzaniu. Problemy organizacyjno – zarządcze i psychospołeczne*. Wrocław: Prace Naukowe Akademii Ekonomicznej we Wrocławiu, nr 900.
15. Morrison, E.W., Phelps, C.C. (1999). Taking charge at work: Extra-role efforts to initiate workplace change. *Academy of Management Journal*, 42, 403-419.
16. Nollen, S. D. (1996a). *Managing contingent workers: how to reap the benefits and reduce the risks*. New York: American Management Association.
17. Piaget, J. (1981). *Równoważenie struktur poznawczych*. Warszawa: PWN.
18. Pulakos, E., Arad, S., Donovan, M., Plamondon, K. (2000). Adaptability in the workplace: development of a taxonomy of adaptive performance. *Journal of Applied Psychology*, 85(4).
19. Reber, A.S. (2000). *Słownik Psychologii*. Warszawa: Wydawnictwo Naukowe SCHOLAR.
20. Reber, A.S. (2000). *Słownik Psychologii*. Warszawa: Wydawnictwo Naukowe SCHOLAR.



О. В. Черниш
(O. W. Czernisz)

Київський національний університет технологій
та дизайну (Kyiv National University of Technologies
and Design, Ukraine)

Поняття та системні чинники формування конкурентоспроможності вищого навчального закладу / *Pojęciowe oraz strukturalne czynniki tworzenia konkurencyjności jednostek nauczania wyższego*

Abstract

В статті висвітлено основні підходи до визначення поняття «конкурентоспроможність вищого навчального закладу (ВНЗ)», різні методологічні підходи та методи оцінки конкурентоспроможності ВНЗ. Визначені чинники формування конкурентних переваг вищого навчального закладу.

Key words: конкуренція, вищий навчальний заклад, конкурентоспроможність ВНЗ, вища освіта, ринок освітніх послуг, чинники конкурентоспроможності ВНЗ

Постановка проблеми. Стратегічні завдання побудови конкурентоспроможної економіки потребують формування адекватного трудового потенціалу на всіх її рівнях. Ефективність економіки будь-якого суспільства в першу чергу визначається якістю наявних трудових ресурсів та способом їх включення у виробництво, адже основною продуктивною силою є людина, здатна до засвоєння вже накопичених знань, пошуку та освоєння нових а також прийняття нестандартних рішень. Курс на перебудову ринкової економіки, взятий Україною на початку 90-х років ХХ ст., об'єктивно потребує створення конкурентного середовища в країні, що, у свою чергу, породжує необхідність досягнення конкурентоспроможності суб'єктами господарювання.

Ступінь розвитку ринку освітніх послуг, складність роботи на ньому, орієнтація діяльності будь-якої організації значною мірою обумовлюється особливостями конкурентного середовища.

Аналіз останніх досліджень і публікацій Серед практиків сучасної вищої освіти можна відмітити М. З. Згуровського, В. С. Журавського, В. Г. Кременя, С. М. Ніколаєнка. Теоретико-методологічним засадам розвитку системи державного управління та її механізмів присвятили свої праці В. Б. Авер'янов, В. Д. Бакуменко, В. С. Воронін, М. В. Гаман, В. М. Лобас, В. І. Луговий, В. М. Князєв та ін.

Невирішені частини проблеми. Незважаючи на підвищений інтерес дослідників до проблеми формування конкурентоспроможності вищих навчальних закладів та чинників, що її забезпечують, це питання залишається недостатньо вивченим і потребує подальшого дослідження.

Метою статті є обґрунтування сутності поняття конкурентоспроможності вищого навчального закладу та визначення основних чинників її забезпечення.

Виклад основного матеріалу. Кардинальні соціально-економічні перетворення в Україні впливають на становлення та розвиток ринку освітніх послуг. Поступово долаються суперечності між сучасними вимогами суспільства й освітою (її стратегією, змістом, тощо), створюються нові типи навчальних закладів та впроваджуються нові форми навчання, розширилась академічна свобода навчальних закладів [1, 96].

Крім того, прийняття нового Закону України «Про вищу освіту», який набрав чинності 06.09.2014 року, можна розглядати як переломний момент в розвитку не тільки сфери вищої освіти, але й економіки та інших сфер суспільного життя. Новий Закон безумовно наближає вищу освіту в Україні до європейських стандартів і підвищує конкурентність вищих навчальних закладів та науки в цілому, а також ставить за мету децентралізацію управління системою освіти та забезпечення зв'язку ринку освітніх послуг з вимогами сучасного ринку праці [2].

Нині вищі навчальні заклади стали повноправними суб'єктами ринкової економіки, отримавши право самостійно визначати напрями свого розвитку, цілі й методи їх досягнення [3]. Останнім часом, коли система вищої освіти потрапила в поле конкурентної боротьби, вищий навчальний заклад розглядається таким же суб'єктом ринкових відносин, як і більшість підприємств і організацій, що функціонують у сфері виробництва товарів і послуг.

Суб'єкти ринку освітніх послуг, як і учасники будь-якого іншого ринку, перебувають у стані конкуренції. Виходячи із змістовного значення самого терміна "конкуренція", який означає змагання, суперництво, зіткнення, сьогодні конкуренцію називають основою, енергією розвитку ринкової економіки, обов'язковою умовою розвитку в цілому при постійній зміні складу її суб'єктів.

Конкуренція як економічний процес може розглядатися на декількох рівнях:

- мікроекономічний рівень (конкуренція між викладачами кафедр, навчальних закладів);
- мезоекономічний рівень (конкуренція регіональна);

- макроекономічний рівень (конкуренція на національному ринку освітніх послуг);
- міжнародний рівень (конкуренція на міжнародних ринках освітніх послуг).

На кожному рівні розгляду конкуренції ступінь її розвиненості визначається, з одного боку, наявністю певного конкурентного середовища, з іншого – конкурентоспроможністю учасників ринкових відносин.

Досить низький рівень оплати праці викладачів призводить до того, що багато з них змушені працювати на двох чи навіть трьох роботах, щоб отримати достатній для нормального існування дохід. А отже, досить часто викладач державного вищого навчального закладу працює за сумісництвом (чи з погодинною оплатою праці) в приватних ВНЗ. В результаті підвищеного навантаження та браку часу викладачі не мають змоги належним чином займатись науковою та науково-методичною роботою. Крім того наслідком такої ситуації з оплатою праці викладачів в Україні спостерігається вплив найконкурентоспроможніших працівників. Карпачова Н. І. головними причинами, що змушують освітян та науковців залишати свою роботу та країну, вважає, по-перше, мізерну заробітну плату; по-друге, різке падіння престижу роботи вчених та педагогів в суспільстві; по-третє, погіршення умов для

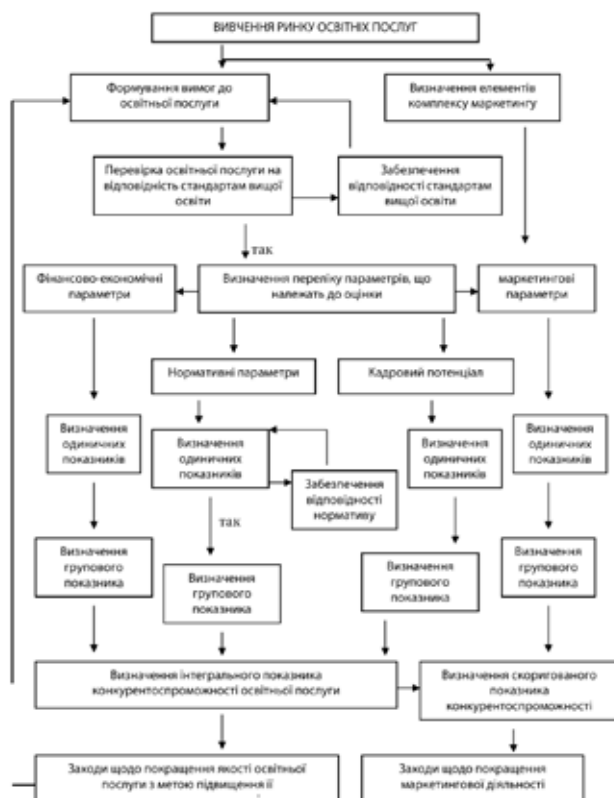


Рис 1. Схема визначення конкурентоспроможності освітньої послуги (розроблено автором)

нормальної діяльності або неможливість реалізації себе [4].

Так, Н.І. Пащенко визначив конкурентоспроможність ВНЗ як потенційні можливості з надання відповідного рівня освітніх послуг, що задовольняють потреби суспільства при підготовці висококваліфікованих спеціалістів, та забезпечується розробкою, створенням та реалізацією науково-методичної та науково-технічної продукції як на сучасному етапі, так і в майбутньому [6]. Дане визначення відображає інтереси зацікавлених сторін, але не розкриває потенціал власне ВНЗ через сукупність наявних у нього ресурсів, лідерство та системи управління. Надання освітніх послуг не визначає достатній рівень конкурентоспроможності ВНЗ та не виявляє його здатності до протистояння реальним конкурентам на ринку освітніх послуг.

Конкурентоспроможність – це комплексна категорія, її переваги остаточно проявляються у сфері реалізації товарів та послуг завдяки конкурентним перевагам у всіх ланках суспільного виробництва, у тому числі значною мірою за рахунок структурної перебудови і дієвої політики суспільних інститутів.

Конкурентоспроможність освітньої послуги – це сукупність якісних та вартісних характеристик специфічного товару “освітня послуга”, що забезпечують задоволення конкретних потреб споживачів (вартість послуги, якість, відповідність встановленим нормам та стандартам, імідж навчального закладу, мода на професії, географічний чинник тощо).

Конкуренція виявляється у поведінці виробників освітніх послуг – навчальних закладів. Дослідження показали, що основними об’єктами конкурентної боротьби у сфері вищої освіти є абітурієнти; висококваліфікований професорсько-викладацький склад; фінансові ресурси, зокрема, кошти державного бюджету; іноземні студенти, як можливість позиціонування вищого навчального закладу на міжнародному ринку освітніх послуг [7, с.115-116].

За визначенням І.Б. Романової конкурентоспроможність – це «властивість вищого навчального закладу, яка визначає частку релевантного ринку освітніх послуг, що належать даному ВНЗ, та можливість протистояти перерозподілу ринка на користь інших конкурентів [8]. Зауважимо, що дане визначення не дозволяє враховувати показник економічної діяльності ВНЗ, що відображає його дійсний стан та перспективні можливості досягати конкурентних переваг на визначених сегментах ринку.

Конкурентоспроможність вищого навчального закладу, за визначенням Р.О. Фатхутдінова, проявляється через процес підготовки спеціалістів, які в змозі вести конкурентну боротьбу на внутрішньому та зовнішньому ринку праці; спроможність розробляти конкурентні інновації у сфері освіти; вміння вести ефективну політику в усіх сферах своєї діяльності» [9]. Частково погоджуючись з даним визначенням зауважимо, що для підготовки кваліфікова-

ного спеціаліста, конкурентоспроможного на ринку праці, ВНЗ повинен не тільки мати достатньо ресурсів, а й уміти ними правильно управляти.

Конкурентоспроможність ВНЗ, за визначенням О. Древаль та О. Павленко повинна характеризуватися не лише фінансово-економічними, маркетинговими, матеріально-технічними, кадровими і соціальними показниками, а й конкурентоспроможністю випускника на ринку праці [10].

Відповідністю (або невідповідністю) суб'єкта конкуренції умовам ринкового середовища визначається рівень його конкурентоспроможності, яка проявляється в ефективності суб'єкта щодо конкурентів та споживачів продукції. У найзагальнішому визначенні конкурентоспроможність характеризується як набір переваг, використання яких дозволить посісти вигідну позицію серед виробників послуг. Конкурентоспроможність освітньої послуги в такому розумінні можна визначити як рівень її привабливості для споживачів, які здійснюють свій вибір, спираючись на власний інтерес та систему індивідуальних переваг. У цьому випадку критерієм вибору тієї чи іншої послуги, а практично – вищого навчального закладу та спеціальності, може бути імідж навчального закладу, мода на професії, вартість пропонованої послуги, географічний чинник тощо [7, с. 116].

В економічній теорії розрізняють порівняльні та конкурентні переваги. Перші забезпечуються традиційними джерелами і факторами (трудовими ресурсами, природними запасами, капіталом), що виявляються щодо вищих навчальних закладів у кваліфікації персоналу, його матеріально-технічній базі. Конкурентні переваги базуються на розвинутому інноваційному середовищі, цілком оригінальних організаційно-інституціональних формах, унікальності товару і технологій і у сфері вищої освіти реалізується через викладання курсів із застосуванням новітніх знань та інформації, використання сучасних методик, нових форм навчання, зокрема дистанційного, диференціацію послуг, привабливі програми додаткового сервісу, рекламну діяльність тощо. Ці конкурентні переваги є перехідними від цінової до нецінової конкуренції, за якої роль ціни на послуги не зменшується, проте першочергова увага приділяється унікальним властивостям товару (послуги), його високій якості та функціональним характеристикам як джерела формування конкурентних переваг [7, с. 116-117].

Отже, конкуренція серед вищих навчальних закладів – нормальний процес, викликаний дією ринкових механізмів, а також основний принцип діяльності сучасних університетів. Проте, необхідно відзначити, що якщо на заході конкурентні відносини у сфері освіти розвинені досить добре, то в Україні їх становлення лише відбувається.

Аналіз сучасної конкурентної ситуації дозволяє констатувати таку її особливість, як запозичення елементів неантагоністичності, співробітництва і взаємодопомоги у відносинах суб'єктів. Цю тенденцію дослідники пояснюють не відмовою від принципів індустріалізму, а тим, що в сучасній еко-

номіці неокласичне уявлення про мету конкуренції – максимізацію прибутку – модифікується в диверсифікований інтерес капіталу до зростання та розвитку [11]. При цьому тенденцію до співробітництва і взаємодопомоги суб'єктів конкуренції не варто розглядати як альтруїстичну, соціологічну чи культурологічну, оскільки вона має економічне підґрунтя: співпрацюючи, економічні суб'єкти досягають суттєво вищих результатів, ніж тоді, коли застосовують лише конкурентні стратегії [7, с. 120].

Загострення конкуренції між ВНЗ на ринку освітніх послуг є наслідком зростання кількості вищих навчальних закладів і зменшення кількості їх споживачів, що зумовлено демографічним спадом в країні та у світі, який у свою чергу є наслідком впливу великої кількості чинників: економічної кризи, погіршення екологічної ситуації, культурними традиціями тощо.

Сьогодні для забезпечення стійкості освітнього закладу в економічних умовах, що постійно змінюються, ВНЗ повинні безпосередньо відстежувати стан ринку вищої освіти, оцінювати свою позицію, діагностувати запити споживачів (абітурієнтів) та реагувати на коливання попиту. Поява великої кількості недержавних навчальних закладів зробила цю проблему ще актуальнішою. Освіта перетворилась на бізнес, що призвело до значного посилення конкурентної боротьби в системі вищої освіти [12].

Таким чином, конкурентоспроможність об'єктів господарювання складається з комплексу наявних конкурентних переваг. Для забезпечення конкурентоспроможності вищих навчальних закладів, крім того, необхідно визначати та формувати комплекс конкурентних переваг, який забезпечить їх ефективне функціонування.

В результаті проведеного дослідження встановлено, що управління конкурентоспроможністю ВНЗ являє собою певний аспект освітнього менеджменту, спрямований на формування, розвиток та реалізацію конкурентних переваг, стимулювання щодо збагачення потенціалу (кадри, матеріально-технічне забезпечення, інформатизація, зв'язок з громадськістю та інше) та забезпечення стійкої позиції ВНЗ у конкурентному середовищі. Конкурентне середовище охоплює при цьому сукупність об'єктів та чинників ринку, які впливають на стосунки між навчальним закладом та замовниками.

Система чинників, які визначають конкурентоспроможність ВНЗ, запропоновано класифікувати на внутрішні, що характеризують потенціал та ефективність процесу адаптації до конкурентних умов, та зовнішні, які відображають сукупність тих умов, до яких адаптується ВНЗ (Рис.2.). До підсистеми зовнішніх чинників віднесено: соціально-культурні, демографічні, фінансово-економічні, політико-правові, ринкові (вплив внутрішнього та зовнішнього ринку вищої освіти) та чинники безпосереднього оточення (конкуренти, постачальники, споживачі), а до підсистеми внутрішніх – ресурсно-інформаційне забезпечення, інноваційну діяльність ВНЗ, матеріаль-

но-технічний потенціал, маркетингову та стратегічну політику, людський капітал, імідж ВНЗ.



Рис. 2. Системні чинники, що впливають на конкурентоспроможність вищого навчального закладу

Чинники, що впливають на рівень конкурентоспроможності вузу, неоднакові за своєю природою, характером і ступенем дії, тому аналізу механізму їхнього впливу на конкурентні позиції навчального закладу повинна передувати відповідна класифікація.

Висновки. Отже, в умовах розвитку освітнього простору кожний ВНЗ повинен самостійно діагностувати та оцінювати чинники, які мають вплив на конкурентні переваги і його становище у конкурентному середовищі. Процес підвищення конкурентоспроможності потребує врахування специфіки взаємозв'язку як між елементами організації, так і з їх оточенням, і являє собою процес прийняття рішень (включаючи цілі, методи, плани) по досягненню цілей підвищення конкурентоспроможності.

Підсумовуючи все вищевикладене, можна зробити висновок, що рівень конкурентоспроможності ВНЗ в кожний конкретний момент часу визначається спільною дією ряду чинників. Аналіз наукової літератури свідчить про відсутність комплексних досліджень чинників конкурентоспроможності ВНЗ й недостатню розробку проблеми їх виявлення й систематизації. У ході дослідження встановлені основні чинники, що впливають на рівень конкурентоспроможності ВНЗ. Конкурентоспроможність ВНЗ є динамічною характеристикою, і для прийняття більш ефективних управлінських рішень її необхідно кількісно вимірювати, що є об'єктом подальшого дослідження автора.

ЛІТЕРАТУРА

1. Грішнова О. А. Освіта як чинник людського розвитку і економічного зростання України // Демографія та соціальна економіка. – 2004. – №1-2. – С. 93-101.
2. Закон України “Про вищу освіту” від 1.07.2014. [Електронний ресурс]. – Режим доступу: <http://zakon4.rada.gov.ua/laws/show/1556-18/page3>.
3. Пузанков Д.В., Рябов В.Ф., Мамонтов А.Н. Базисные и индикативные показатели реализации стратегических приоритетов развития университета // Университетское управление: практика и анализ. – 2002. – № 4 (23). – С. 51 – 60.
4. Ромащенко К.М. Ринок освітніх послуг вищої школи як фактор конкурентоспроможності національної економіки / Ромащенко К.М. // Ефективна економіка. – 2014. - №5. [Електронний ресурс]. – Режим доступу: <http://www.economy.nayka.com.ua/?op=1&z=3014>
5. Черниш О.В. Особливості становлення ринку освітніх послуг конкурентному середовищі / О.В. Черниш // Економічні аспекти проблем розвитку вищої освіти в Україні: монографія / за заг. ред. д.е.н., проф., чл.-кор. НАПН України І.М. Грищенко. – Хмельницький: ХНУ, 2010. – 478 с.
6. Пащенко Н.И. Конкурентоспособность вузов и стратегии их деятельности в условиях региональной конкуренции : дис. канд. экон. наук / Н. И. Пащенко. Уфа, 1999.
7. Яковенко Л.І., Пащенко О.В. Економічні основи модернізації вищої освіти в умовах становлення економіки знань / Лариса Іванівна Яковенко, Олександр Володимирович Пащенко. – Полтава : Скайтек, 2011. – 216 с.
8. Романова И.Б. Управление конкурентоспособностью высшего учебного заведения / И.Б. Романова. – Ульяновск : Средневож. науч. центр, 2005.
9. Фатхутдинов Р.А. Управление конкурентоспособностью вуза / Р.А. Фатхутдинов // Высш. образование в России. – 2006. – № 9. – С. 37–38.
10. Древаль О. Ю. Вплив факторів інноваційного розвитку на управління конкурентоспроможністю ВНЗ / О. Ю. Древаль, О. О. Павленко // Вісник СумДУ. Серія Економіка. – 2009. – № 2. – С. 5-9.
11. Гордеев В. А. К прогнозу трансформации конкуренции в условиях постмодерна / В. А. Гордеев // Философия хозяйства [Текст] : альманах / ред. Ю. М. Осипов ; Моск. гос. ун-т им. Ломоносова. – М. : Изд-во Центра обществ. наук и эконом. фак. МГУ, 2004. – № 5 (47). – 2006. – 304 с. – С. 276–284.
12. Кельчевская Н.Р. Оценка экономической устойчивости государственного вуза // Университетское управление: практика и анализ. – 2002. – №4 (23). – С. 5-23.



Ramiro Délio Borges de Meneses

Instituto Superior de Ciências da Saúde – Norte
Gandra – Paredes, Portugal
E-mail: ramiro.meneses@ipsn.cespu.pt

A Hospitalidade como parusia segundo Derrida / *Hospitality as a “parusia” according to Derrida*

Abstract

Unconditional hospitality is not only exposure to the coming of that coming, which is welcomed. It will be a hospitality that gives what she has, what has not as its own. Thus, it is hospitality as impossible. Does the impossible and is not only impossible, as an invitation to do what is impossible. Therefore, the absolute hospitality requires that I open in “chez moi” and that gives me not only abroad, but also the absolute Other, unknown, anonymous, and I give place, that lets you come, come and let have a place in the place that offers you, without asking reciprocity, not even your name. The law of unconditional hospitality commands unconditionally, without power over the visitor arrives or absolute. This form of hospitality, Derrida means of hospitality for visitors, as opposed to normative or conditional hospitality, which follows the logic of the call. Hospitality is deconstruction and deconstruction is hospitality. The pure and unconditional hospitality, hospitality itself opens, is open to the advance which is neither expected nor invited, who arrives as absolutely foreign visitor in arriving unidentifiable and unpredictable, as absolutely other. Call it the hospitality of visitation. Derrida refers to conditional hospitality such as that offered by the law, politics, sociology, etc. There is, indeed, on a hospitality and ad extra, which is narrated by an exemplary and provocative tale of favor in the way according to the Good Samaritan. The hospitality consists in welcoming the Other, strange, under the same roof, and be vulnerable at home, as Martha welcomed Jesus into his home. Meanwhile, the hospitality is set on a background aretologic and can set up a trust relationship between the guest and host. Hospitality is the output of the proper place to seek the stranger-Other accepted.

Key words: Derrida, hospitality, alerity, parusie

INTRODUÇÃO

A hospitalidade, segundo Derrida, será, em primeiro lugar, a exposição incondicional e incalculável ao que “acontece”, à vinda do que vem, antes de “quoi” (que) ou “quiconque” (qualquer um). Logo, o “que quer que seja” é o acontecimento singular, surpreendente, excecional, excessivo e inapropriável do que acontece. A este, Derrida chama “tout autre” (totalmente outro) ou “autre absolu” (outro absoluto), porque absolutamente único e separado do horizonte intencional e do tempo cronológico. Acolhê-lo seria acolher para lá da capacidade

do “acolhimento”, seria acolher mais do que é possível “acolher”. Logo, a hospitalidade é um “Unterkunft” (acolhimento) do que “há- de vir” (*adventum*). A desconstrução, como experiência de alteridade radical, será hospitalidade.¹

Como diz Derrida, aprender a viver deveria significar aprender a morrer, a ter em conta, para a aceitar, a mortalidade absoluta, sem salvação, nem ressurreição, nem redenção, nem para si nem para o Outro. A hospitalidade é partilha, em comunhão, de bens, entre pessoas. É um compromisso plesiológico. É plural e é holística, porque é dom e este é totalidade. Dá -se ou oferece-se totalmente. Na verdade, a hospitalidade incondicional ou o “acolhimento do absolutamente outro” é impossível, porque é impossível ter lugar num espaço-tempo determinado. Se o evento é, para Derrida, a vinda do absolutamente Outro, que chega ou acontece, então ele não pode ser senão impossível, o que quer dizer impossível de imaginar. Se a hospitalidade se refere à capacidade de acolher, no próprio lugar, o estranho e vulnerável, então o grande repto consiste em verificar a situação dos vulneráveis: como é o *homo mendicans* (homem pedinte). Assim, o conceito de hospitalidade não é estático, é, de preferência, um conceito dinâmico, que nos obriga a sair de nós próprios e das instituições, para poder estar atento à vulnerabilidade do estrangeiro.

A lei da hospitalidade, como lei incondicional, vive-se ilimitadamente ao dar ao “chegante” toda a “sua casa” (*chez-soi*), sem lhe pedir nem o nome, nem contrapartidas, nem realizar a menor condição, e, por outra parte, tendo direitos e deveres condicionados e condicionantes, tal como foi apanágio das tradições greco-latinas e da judaica. A lei da hospitalidade absoluta ou incondicional comanda a rutura com a hospitalidade de direito. Ela poderá condenar ou opor-se a ela, podendo, ao contrário, colocá-la num movimento de progresso, mas ela ser-lhe-á, também, estranhamente heterogénea, uma vez que a justiça é heterogénea ao direito, onde ela é, portanto, próxima e, na verdade, indissociável. Com efeito, o direito de hospitalidade, segundo o pensamento derridiano, compromete uma casa, uma linguagem, uma família ou uma etnia. Logo se determina a possibilidade de serem chamados pelo seu nome, serem convidados, serem sujeitos de direito e com direitos, responsáveis e dotados de uma identidade denominável, todos aqueles que usufruem da hospitalidade. Esta chama-se hospitalidade condicional ou relativa.

┌ . ┐ A hospitalidade condicional será um compromisso com o Outro, um
└ . ┘ . compromisso pré-determinado, por convite, de tal forma que poderemos denominar esta como sendo uma “responsabilidade poiética”, tal como surge na hospitalidade extrínseca (impura ou condicional), traduzida na parábola do Bom Samaritano. Esta forma de hospitalidade é *per accidens*. Surge como *in vita contingens maxime* (maximamente contingente na vida). Na verdade, a hospitalidade condicional estará ligada a uma hospitalidade “por convite”, tal como a abrahâmica, narrada no livro do *Genesis* (18,1-15). Abraham significou, ao receber os “três visitantes misteriosos”, uma forma de hospitalidade de prefiguração, entre a condicional e a incondicional, sendo a síntese das duas anteriores. Surge, de facto, numa “hospitalidade ética”, para usar a terminologia de Derrida. Segundo Kant, a hospitalidade é « Ueberkunft » (pacto). Trata-se, pois, de um pacto celebrado entre cidadãos e Estados. Derrida, entretanto, oferece à nossa reflexão, ao co-

¹ Cf. Jacques DERRIDA - “De l’Hospitalité - Fragments”, in: *Écarts d’Identité*, 8/854 (1998), 5.

mutar a hospitalidade cosmopolita de Kant, uma oportunidade para pôr em obra uma nova ordem política e jurídica mundial, onde a nova internacional democrática constitui uma promessa, uma promessa traduzível pelo conceito de altermundialização. Será a tradução da « democracia por vir ». A hospitalidade é, também, um « por vir ». Derrida afirma a desconstrução como um repensar da eticidade da ética ou da moralidade da moral, dizendo-se, também, a desconstrução como sendo o repensar da politicidade do político e da justiça do direito. Um repensar que implica a atitude de uma certa reserva em relação ao político – determinado, como ele sempre foi, desde a Grécia Clássica, pela soberania onto-antropo-teológica da *polis* e/ou Estado-nação².

A hospitalidade será, igualmente, « Auskunft » (comunicação), descrevendo-se como comunicação teórica, prática e poética, intersubjetivamente vivida. Na hospitalidade de Betânia, Maria foi o “dom” (a oferta da contemplação) e Marta o “contra -dom” (tarefa). O anfitrião dá prioridade ao *homo mendicans*. Para Levinas, a hospitalidade supõe a “responsabilidade anárquica”, muito embora a sua vivência se situe numa “responsabilidade plesiológica”, dado que se descreve como “desejo do Outro”.

1.2. O exercício da hospitalidade não se funde numa relação simétrica com o Outro – estranho, mas antes numa relação assimétrica, onde o Outro é um sujeito vulnerável (Desvalido no Caminho) ou como hóspede em Betânia, que requer o “acolhimento do Outro”. O acolhimento do Rosto é uma situação ética. Reconhecer o Infinito é ir ao “encontro” daqueles pelos quais Ele me interpela. É que a nudez do Rosto do Desvalido no Caminho (Lc 10, 25-37) abre-nos à humanização, como vulnerabilidade assimétrica. A partir da “responsabilidade poética” surge um paradigma para a humanização em saúde, delineado em três dimensões, a saber: responsabilidade pística, responsabilidade elpídica e responsabilidade agápica, que se encontram presentes na relação médico-doente e como vem descrita pelo apólogo de Betânia. A hospitalidade é uma intersubjetividade plesiológica, simultaneamente construtiva e desconstrutiva. Interpretando o pensamento de Derrida, teremos de salientar que a hospitalidade surge como possibilidade do estar dentro ou no interior da possibilidade. Logo, será a possibilidade da possibilidade. Toda a hospitalidade, como possibilidade do im-possível, será a possibilidade da desconstrução do Outro-estranho, através do anfitrião, cabendo aqui a desconstrução do “host” (dono da casa) no “guest” (convidado, hóspede) e vice-versa. A desconstrução tem um antes na “construção” e um depois na reconstrução, pela síntese da realidade e do texto. A desconstrução é a soberania da Palavra, é o poder da Palavra e, assim, assume-se como “ouvir a palavra”. Assim, a desconstrução está “por vir”. A desconstrução é o caminho do “por vir” da Palavra. Desta feita, a desconstrução é uma “paixão inventiva”, tanto do criador literário quanto do filósofo. Este pensamento inventivo é hipotético. Pela desconstrução, o *venire* do *por-venire* revela-se ao *venire* do *in-venire*. A desconstrução é o *in-venire*. Esta, como “invenção”, só pode ser pensada juntamente com o dom. Naturalmente, a desconstrução é a síntese dialética entre uma construção (tese) e uma reconstrução (antítese). Para além do indício da desconstrução como uma desconstrução

² Cf. BERNARDO, Fernanda. 2009 “A crença de Derrida na justiça: Para além do direito, a justiça”, in: ÁGORA – Papeles de Filosofia: 28/2,60.

do registo onto-teológico da soberania (subjéctiva, política, ou outra), e da axiomática metafísico-antropocêntrica, quer lhe corresponde o indício e do lugar e da irredutibilidade da “crença”. Como sistematiza a Sra. Professora Fernanda Bernardo, a desconstrução derridiana revela-se como uma desconstrução dos fundamentos arqueo- onto- lógicos da ocidentalidade filosófico-cultural.³ A desconstrução é justiça.: uma justiça por-vir (à-venir), sempre intempestiva e prometida como o próprio por-vir, distinta do futuro, e para além do direito. Como experiência do impossível, é uma experiência do Outro-absoluto.⁴ A justiça, segundo Derrida, é pensada em termos de endereçamento dissimetricamente infinito à singularidade de outrem, antes de qualquer condição ou de qualquer contrato. Derrida dirá a “justiça” como o movimento da própria desconstrução a operar no direito e na história do direito, na história da política e na história “tout court”.⁵

1.3. A partir desta triangulação, surge um novo paradigma para a humanização em saúde. A desconstrução é pensamento em movimento. Será um pensamento *in fieri*. Um pensamento do “talvez”, um pensamento contaminado. A desconstrução será o “pensamento por vir”. Trata-se, pois, de um pensamento teórico, prático e poético. Como diz Fernanda Bernardo, acontece que, pensamento da híper-responsabilidade, como híper-responsabilidade, a desconstrução é, por isso, desde sempre um híper-questionamento da origem, dos fundamentos e dos limites do aparelho conceptual, teórico e normativo da nossa cultura.⁶

A hospitalidade incondicional revela-se como o acolhimento do acolhimento. O acolhimento clínico poderá ser incondicional, sem convite. Mas também poderá ser condicional. A hospitalidade é uma recitação elpídica do Outro. O Outro acolhe-se! É recitado pela espera do anfitrião ou do Outro-estranho. A recitação elpídica é a hospitalidade e esta supõe, dialeticamente, a audição (contemplação) e a decisão (acção agápica). Maria traduz a audição ao estar sentada aos pés da Palavra (Jesus Cristo), para alcançar a “decisão”, que será o amor ao próximo. Aqui temos um modelo de humanização em saúde, que se denomina “recitativo elpidofânico”. A hospitalidade faz-se no feminino, como reclama Levinas, e é mais maternal do que paternal. Necessita da presença e da inovação da Mulher, tal como se revela nos relatos neotestamentários. A hospitalidade condicional será um compromisso com o Outro, um compromisso pré-determinado, por convite, de tal forma que poderemos denominar esta como sendo uma “responsabilidade poiética”, tal como surge na hospitalidade extrínseca (impura ou condicional), traduzida na parábola do Desvalido no Caminho (Lc.10,25-37).

A hospitalidade é uma experiência da amizade primeira, o encontro da presença *in actu* (em ato), que descreve a análise da *hexis* (hábito) e de qualquer predisposição, como os outros graus da amizade, que a caracterizam pela dimensão aretológica. A hospitalidade, segundo o pensamento de Derrida, é um “por vir” da amizade e será um “por vir” do acolhimento. A amizade dá forma à hospitalidade, dado que a antítese da hospitalidade será a “quenose” do Outro, como um desejo

3 Cf. *Ibidem*, 70.

4 Cf. *Ibidem*, 83.

5 Cf. *Ibidem*, 90.

6 Cf. *Ibidem*, 57.

de destruição, um certo “impulso fanático”, que mina a hospitalidade e chama-se “hostilidade”. Segundo a nossa perspectiva, a amizade, no domínio da hospitalidade, pertence à “mundividência elpídica”, referindo-se ao mundo da espera e da esperança. Será um convite ao arrependimento, à conversão, à amizade.

A hospitalidade é amizade. Toda a hospitalidade e toda a humanização são uma espera e uma esperança. Esta é uma pergunta do doente na espera da cura (cure) e dos cuidados (care) e uma resposta clínica do médico à esperança do doente. Tudo isto significa que, ao referir-se à terapia e à terapêutica, será uma “narração elpídica”, que se constitui como “responsabilidade elpídfônica”. A esperança é *quia venturus est* (porque há- de vir). Será, com efeito, a resposta ao que há de vir (terapêutica). Segundo este momento da humanização em saúde, como “responsabilidade elpídica”, faz-se a síntese da “responsabilidade diaconal” (terapia e terapêutica), pela procura dos cuidados e da cura, com a “responsabilidade pística”, caracterizada por “ouvir o hóspede” (doente, drogado, miserável, pobre, etc.), pela “audição das palavras”, quer do médico, quer do doente, através da *anamnesis*. Aqui temos um outro modelo de humanização em saúde, manifestado na “responsabilidade poiética”, como “responsabilidade elpidofônica”. A “responsabilidade elpídica” descreve-se, clinicamente, pelo diagnóstico e pelo prognóstico. A esperança induz um certo grau de incerteza, que advém do diagnóstico e do prognóstico. Poderemos, pois, afirmar que, na humanização em saúde, o diagnóstico implicará a “responsabilidade elpídica” do médico. Nunca esqueceremos que a humanização, em saúde, inclui a fórmula inaciana *in actione contemplativus* (contemplativo na ação).

1. 4. A Medicina participa de três graus linguísticos, a saber a linguagem diagnóstica é marcada pelo presente, sendo a anamnética lida no passado e, finalmente, a “linguagem prognóstica” refere a dimensão do futuro. Sem estas três linguagens não haverá Medicina. Seguindo pelo pensamento de Derrida, a Medicina não é uma “double science”, mas antes uma “triple science”. A Medicina, ao viver da desconstrução, que é dada pela “linguagem diagnóstica”, naturalmente, postula uma construção, que tem o seu valor e limite na “linguagem anamnética”, assim determinando a “linguagem prognóstica” no caminho da recuperação do doente. A humanização em saúde, através do acolhimento clínico, no domínio da Medicina Profilática, vive da “hospitalidade de convite”. Aqui temos o exemplo de uma hospitalidade condicional. O médico convida o doente e família para um controlo clínico, permitindo-se uma “prevenção”. A Medicina Profilática é um convite “por vir”, que o doente, aceitando ou não, chega ou não chega à presença do médico. O acolhimento em saúde é o acolhimento da desconstrução da doença, para se atingir a reconstrução da saúde. Toda a hospitalidade é uma *parusia*, tal como se verificou no apotegma de Betânia (Lc.10,38-42). Na verdade, a hospitalidade é o “Zukunft” do anfitrião e do estrangeiro, o Outro-estranho. Finalmente, deveremos dizer que, pelo apólogo de Betânia, entre a contemplação, simbolizada em Maria, e a ação, representada por Marta, surge um novo paradigma para o acolhimento em saúde. Dado que a desconstrução é hospitalidade, deveremos dizer que a relação médico-doente é uma hospitalidade. Mas, segundo Derrida, a desconstrução é justiça, como experiência absoluta do Outro. Toda a relação médico-doente, na humanização em saúde, pelo pensamento de Derrida, será justiça.

É uma nova e original experiência. Uma experiência de “invenção”. A relação médico-doente implica uma experiência absoluta do Outro (drogado, doente, etc.). É uma relação assimétrica e única.

Assim, toda a humanização em saúde é uma desconstrução. Segundo o nosso paradigma “recitativo elpidofânico”, trata-se de uma desconstrução pela mundividência holística da esperança. A desconstrução é uma “esperança” da hospitalidade. Como enlevo aretológico, a humanização é uma desconstrução incondicional e uma alteridade axiológica.

Daqui que a desconstrução, sendo uma ética, determinará a humanização em saúde, como Ética. É uma Ética do “acontecimento clínico”, uma Ética do “talvez”, por causa da indeterminação e da evolução da doença. Segundo a humanização em saúde, a desconstrução reside no diagnóstico. Este determina a desconstrução na relação médico-doente. Por isso, o nosso modelo é uma experiência de alteridades transitivas. Seguindo na linha de Derrida, será uma realidade plural e concreta, para a humanização em saúde, baseada na “elpidofania”. É, assim, uma experiência transitiva de absolutos. A humanização em saúde tem sempre uma “melhor parte”: ouvir o doente.

1.5 A humanização, pela contemplação e pela acção, tem muito da hospitalidade de Betânia. A humanização tem tanto de agápico, quanto de plesiológico na relação médico-doente. A narrativa do Bom Samaritano encontra-se ligada à narrativa de Betânia, porque ambas tratam do “amor de alteridade”, a primeira apelando à Plesilogia agápica e a segunda chamando à Teologia agápica. A parábola do Bom Samaritano salienta a hospitalidade condicional, tal como se narra em Lc10,25-37. O Samaritano foi convidado à “esplancnofania”. Em Betânia, surge o valor e sentido da hospitalidade incondicional (Lc10,38-42). A humanização em saúde constrói-se nesta desconstrução.

Uma das conclusões fundamentais deste estudo prende-se com o sentido da hospitalidade como a humanização, em saúde, uma vez que, segundo a nossa fenomenologia, surge um novo paradigma, para a mesma humanização, a partir do apólogo de Betânia, sendo caracterizado pelos dois momentos fundamentais do apotegma: contemplação (Maria) e acção (Marta), definindo-se como modelo “recitativo elpidofânico”.

Derrida, quando falou da “desconstrução” e disse que não era um método, deveria ter dito que a “desconstrução” é um “metamétodo”, aquilo que está “para além do método”, sendo particularmente visível nas suas aplicações, até porque a “desconstrução” é, simultaneamente, um método analítico e sintético. Dir-se-ia o fundamento fenomenológico dos métodos. Quando Derrida disse que a desconstrução é hospitalidade e a hospitalidade é desconstrução, será necessário ter em atenção, que este pensamento só se refere ao “acolhimento pístico”, que vem de fora, para dentro, segundo a nossa perspectiva. As dimensões agápicas e elpidicas ficaram de fora da “desconstrução”, por causa do logocentrismo e do fonocentrismo da “audição da palavra”.

Uma das características fundamentais da desconstrução é a “focalização”, utilizan-

do a perspectiva crítica de Tolentino de Mendonça, adaptada pelo nosso pensamento crítico. Esta pode descrever-se como a fluência e influência da informação diegética, que é atribuída a um determinado domínio da consciência. A focalização, como propriedade da desconstrução, segundo o nosso ver, e que Derrida não analisou, condiciona não só a quantidade de informação, como também a sua qualidade, sintomatizando, em relação a essa, uma certa posição ideológica e paranética. A desconstrução, como focalização, poderá ser interna e/ou externa.

Desta feita, pela focalização interna, o narrador associa-nos à interioridade do personagem, enquanto que, pela focalização externa, será aquilo que qualquer espectador de uma cena poderá constatar. Mas também existe a “focalização-zero”, que corresponde a uma visão de grande plano, que irá abolir os limites do espaço e do tempo. Na desconstrução, os limites espacio-temporais são excluídos.

A desconstrução participa destes três graus de focalização. A desconstrução é, segundo a nossa perspectiva, uma focalização concreta do texto e da hospitalidade. A hospitalidade é a focalização da desconstrução. Tudo isto faz com que a desconstrução seja “audição da palavra” na hospitalidade. Na verdade, “ouvir o hóspede” é uma desconstrução entre o anfitrião e o estrangeiro, tal como acontece na relação médico-doente.

Também se verificam estas focalizações no âmbito da humanização em saúde. A relação médico-doente vive da focalização interna e externa. O espaço clínico é constituído, num primeiro entendimento, pelos componentes fisiológicos (diagnóstico, prognóstico e terapêutica), que servem de cenário ao desenrolar da história clínica e da materialização dos personagens (técnicos de saúde e doentes), mas em sentido translato, dado que o conceito de “espaço clínico”, que é um “espaço plesiológico”, criado pela desconstrução do médico com o seu doente, abarca as atmosferas psicológicas e sociais, inerentes à anamnese.

Apesar de Derrida ter apresentado uma nova e original tipologia, sobre a hospitalidade (incondicional e condicional), bem fundamentada, sendo indicada como “primeira”, ao dizer que a hospitalidade é “ética”, convém salientar que, quanto aos seus fundamentos, nada mais acrescentou ao pensamento de Levinas, que a descreveu como um “desejo do outro”.

Segundo Derrida, a hospitalidade é “desconstrução”. Esta afirmação não nos parece muito convincente, sendo, provavelmente, mais adequado dizer que, segundo Derrida, a hospitalidade é justiça. A desconstrução poderá ser um caminho para alcançar a hospitalidade. Daqui se conclui, com Derrida, que a hospitalidade será a “experiência absoluta do outro”. Assim, a hospitalidade será, na nossa perspectiva, uma “alteridade da alteridade”, guiados pelo pensamento de Derrida.

O pensador-filósofo, na aplicabilidade que faz das hospitalidades (condicional e incondicional), fixa-se somente nas narrativas veterotestamentárias. Criticamente, será conveniente dizer que esta foi uma lacuna de Derrida, porque as narrativas neotestamentárias são muito ricas, significativas e importantes para serem fenomenologicamente analisadas. “Talvés”, tenha sido uma das maiores lacunas

da aplicabilidade da “desconstrução” de Derrida, não tendo elaborado uma “fenomenologia bíblica”.

Derrida deixa, sobre a hospitalidade neotestamentária, elementos incompletos ao desconstruir o texto de Lucas, relativo à Última Ceia de Jesus no Cenáculo. Isto tem a ver com o facto de não ter analisado filologicamente a instituição da Eucaristia, sob a forma de Pão e de Vinho, que, pela “trans-substanciação”, se realizou como Corpo e Sangue de Cristo.

Assim, Derrida ficou-se pela reflexão da hospitalidade como “memória”. Todavia, a análise desconstrutiva do texto de Lucas, permite-nos ir mais longe e dizer que a hospitalidade é mais do que memória. A hospitalidade é “co-memória”. É uma “memória anamnésica” entre um anfitrião e um *homo mendicans*. Na verdade, Derrida tinha condições para elaborar uma fenomenologia neotestamentária à imagem e semelhança da veterotestamentária de Levinas.

Uma outra crítica ao pensamento de Derrida tem a ver com a tese de que a desconstrução é hospitalidade e esta será aquela. Ora fenomenologicamente não será bem assim, dado que toda a desconstrução seria hospitalidade. Porém, tal não poderá ser, uma vez que existem muitos processos desconstrutivos, que não são hospitalidade. Então veja-se o que se passa no domínio da Química Geral, Química Física e Química Orgânica, onde, primeiramente, a natureza se apresenta de forma construtiva e o cientista, ao tentar criar uma nova lei, irá apresentar uma lei analítica, para depois elaborar uma síntese, tal como se afirma em Filosofia da Física.

Poderemos concluir que nem toda a desconstrução será uma hospitalidade, até porque poderá vir a ser uma hostilidade, que, também, é um processo desconstrutivo. Mas, a hospitalidade do Outro-estranho caracteriza-se por ser uma desconstrução. Um dos aspectos criticáveis, no pensamento de Derrida, sobre a hospitalidade, tem a ver com a sua tipologia.

Segundo a nossa perspectiva, bastaria classificá-la sob duas formas, a saber: hospitalidade condicional e incondicional, dado que ambas apresentam condicionalidades e incondicionalidades. As condições são qualidades que se requerem ou que se desejam segundo a fenomenologia. Toda a hospitalidade está cheia de circunstâncias e desejos devido ao Outro-estranho. Não existe uma hospitalidade absoluta, nem uma forma relativa.

Há, sim, hospitalidades condicionais e incondicionais, dado que a hospitalidade humana nunca é “absoluta”. É e faz-se entre relações de relações subjectivas, inter-subjectivas e trans-subjectivas. A hospitalidade vive de “relações plesiológicas”, que são circunstâncias poiéticas entre um anfitrião e um forasteiro. A hospitalidade vive de maneiras de ser e de condutas. É uma categoria de excelência. É uma “distinção plesiológica”. Por todas estas razões é que não existe uma hospitalidade absoluta e outra relativa.

Todavia, a hospitalidade incondicional não é absoluta, nem a hospitalidade condicional será relativa. A hospitalidade, dita absoluta por Derrida (que ele diz que não existe), teve existência real, segundo a fenomenologia da religião, em Jesus

Cristo, que originou uma “plesiológia teológica”, segundo a narrativa do Desvalido no Caminho. A hospitalidade é uma relação de relações, que vai da “relação elpidofânica” (que espera a vinda do estrangeiro), passando pela “relação plesiológica” (criada pela relação de proximidade, na casa, entre o anfitrião e o hóspede que chegou), até à “relação anamnética” (que se caracteriza como recordação perene, entre os dois, na despedida da casa). A hospitalidade é uma “recordação plural”, nunca sendo uma vivência no singular, apesar de ser uma relação de singularidades plesiológicas.

A hospitalidade vive destas e com estas relações, criando uma “plesiológia holística”. Todavia, na hospitalidade, a perfeição das relações encontra-se, segundo a nossa perspectiva, na “dimensão esplancnofânica”, que dá vida e alma ao “acolhimento pístico” (ouvir o hóspede), ao “acolhimento elpídico” (aguarda-se a chegada do que está para vir) e, finalmente, ao “acolhimento diaconal” (as múltiplas tarefas na casa para bem receber o hóspede). Todas estas variantes “recebem-se” no “acolhimento agápico”. Na hospitalidade, tudo começa e tudo acaba em “ouvir o hóspede”. O fundamento desta audição radica nesta “plesiológia agápica”. Aqui está a razão de ser da hospitalidade. Surge, porém, uma nova forma de ver a hospitalidade como “relação poiética”. A hospitalidade vive destas três dimensões (agápica, pística e elpídica), tornando-se, pela “audição da palavra”, numa “comemória”. É a preposição *cum* que, na hospitalidade, define o carácter *re-ferro/re-latum* (oferecido reduplicativamente) entre um anfitrião e um *homo mendicans*.

O narrador é a voz crítica que conta a história, que põe em actividade os personagens e comenta a cadeia dos acontecimentos. Não transmite simplesmente um objecto a um leitor, implica-se ele mesmo no seu objecto, deixando marcas no discurso narrativo, que supostamente é produzido. Segundo o modo como se coloca, o narrador poderá ser “autodiegético” (quando o narrador da história faz o relato das suas próprias experiências, integrando o conto num personagem principal). Aqui está o lado da “construção” da hospitalidade. Porém, o lado desconstrutivo da mesma situa-se como narração homodiegética (quando veicula informações que recolheu da sua própria experiência concreta e singular).

Daqui se aúfere que a hospitalidade é uma “narração plesiológica”. Difere, assim, do narrador autodiegético por ter participado na história, não como protagonista, mas como figura claramente marginal. Logo, aprofundando o pensamento de Derrida, criticamente, diremos que a hospitalidade é uma narração, simultaneamente, autodiegética e homodiegética. A hospitalidade é simultaneamente uma construção e uma desconstrução do anfitrião no *homo mendicans* e vice-versa.

A hospitalidade, como narrativa plesiológica, implica, naturalmente, o plano da história (porque há narrativas concretas e vivências entre o anfitrião e o “desvalido no caminho”) no plano do discurso (ouvir o hóspede). O hóspede tem e traz discursos. Logo, a hospitalidade será “ouvir a palavra” do Desvalido no Caminho da vulnerabilidade. Isto quer dizer que, na hospitalidade, há o tempo da história (cronológico) e o tempo do discurso (instância selectiva da autoconsciência).

Na hospitalidade, há um tempo para tudo. Um tempo para a construção e outro

para a desconstrução. Tanto a construção quanto a desconstrução descrevem-se como um fluxo de informação diegética, atribuída a um determinado campo da consciência na hospitalidade.

A hospitalidade é um misto desconstrutivo de acções, reacções e desfechos. Este paradigma triádico (construção, desconstrução e reconstrução), que também se encontra presente na humanização em saúde, coloca-nos perante uma narrativa construtiva de Jesus de Nazaré, segundo o texto de Lc7,36-50.

Este texto testifica que a hospitalidade de convite (uma refeição em casa de um fariseu) é, simultaneamente, uma construção e uma desconstrução de Jesus Cristo em casa de Simão.

A acção (vv.36-38) é descrita num ritmo dialéctico: um conhecido fariseu convida Jesus para uma refeição em sua casa e, entretanto, uma pecadora intromete-se na cena do acolhimento condicional, trazendo um perfume, com inesperadas lágrimas e com gestos de reiterada humildade, que sublinham a elevação em que ela coloca Jesus de Nazaré. O narrador entrega, de propósito, ao leitor esta situação indeterminada, ferida pelo escândalo. Aqui está uma desconstrução da hospitalidade.

Todavia, a reacção (vv.39-47) principia com o juízo que o fariseu, no seu íntimo, empresta à acção (a da pecadora), formulando uma interpretação que coloca em causa o estatuto de Jesus. Jesus irá explicitar dramaticamente uma “sincrise” que estava latente, sendo desfavorável a Simão. Além disso, esboça um desfecho (vv.48-50) surpreendente como consequência da hospitalidade que Lhe foi prestada pela mulher. Aqui está a construção de Jesus. O fariseu representa o sistema religioso da pureza legal tutelada pela Lei e pelo Templo de Jerusalém. Porém, Jesus revela um modo novo assente no binómio: perdão/amor. A perícopes mostra-o, de modo narrativo, neste encontro com Jesus, numa radical hospitalidade.

Foi uma hospitalidade condicional (de convite) em casa de Simão, o fariseu. O narrador deixa a solução para o desenlace (vv.48-50). Daqui podemos afirmar que, reflectindo sobre o pensamento de Derrida, a hospitalidade vive do e no binómio construção/desconstrução.

A hospitalidade nunca se deveria referir como entidade absoluta, muito embora Derrida gostasse muito do termo “absoluto”, como refere em *Carte Postal* e, em muitos outros escritos, repetidas vezes. Dado que a hospitalidade é um acolhimento poético, entre sujeitos, referindo-se como uma interacção de “agires”, não se descreve como realidade separada. Naturalmente, a melhor classificação será a que Derrida designou por hospitalidade condicional e incondicional. A hospitalidade vive de condições e impõe condições, como se comprova pelas leis da hospitalidade. Isto quer dizer que a ela são impostas incondições e condições, bem como ela determina condições e incondições. O termo “absoluto” não significa ser incondicional. A hospitalidade é uma singularidade na pluralidade e uma pluralidade na singularidade.

Ontologicamente, os conceitos de “absoluto” e “incondicional” são diferentes, segundo a Lógica Simbólica, sendo muito embora relacionados. A hospitalidade

vive entre estes dois pólos (construção e desconstrução), tal como acontece com a humanização em saúde.

A hospitalidade cria relações, espaços e desejos. Só poderemos encontrar uma “hospitalidade absoluta”, pela leitura da Teologia da Hospitalidade, num Deus Uno e Trino. Este Deus, como *eventum*, criou uma dupla hospitalidade (*ad intra et ad extra*). *Ad intra* é a Sua mundividência trinitária. Com efeito, a vida *ad extra* desta hospitalidade está na Soteriologia (*Verbum caro factum est*) e na Protologia (criação do Homem e do Universo). Esta fenomenologia religiosa não foi elaborada por Derrida. Uma das virtualidades deste nosso estudo consistiu, através da desconstrução, em delinear leituras plurais, sobre textos da Sagrada Escritura, particularmente sobre narrativas de Lucas, relativas às vivências da hospitalidade, dado que a Bíblia é o grande livro da hospitalidade.

A paixão inventiva, característica da desconstrução, segundo Derrida, é pertença tanto do literato, quando do filósofo. Como se verifica, pelas leituras plurais da Bíblia, um e outro inventam coisas com o pensar e repensar da Escritura. Um e outro (filósofo e literato) devem aprender a “caminhar” (metamétodo), pela desconstrução do texto bíblico, debaixo daquilo que está, ou se julga estar, *in solidum* adequadamente estabelecido. Desta feita, a desconstrução não recompõe os sistemas, não os reabilita, mas também não os destrói, não promete soluções para os problemas, que constantemente levanta. Deixa-os em aberto. Assim está num “talvez” a fenomenologia neotestamentária pelo Evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo segundo S. Lucas, tal como se professa na homilética da Litúrgia da Palavra. A hospitalidade é uma “liturgia da palavra”. A hospitalidade é um Outro nós-mesmos. É mais do que identidade, é uma alteridade da amizade. Quando Derrida diz que tenta chegar ao ponto em que, se há perdão, ele dever ser secreto, reservado, improvável e portanto frágil, a fragilidade do perdão faz parte da sua essência como perdão, estará a descrever a hospitalidade como perdão.⁷ Segundo P. Ricoeur talvez o perdão seja impossível, mas existe. Contudo o existir do perdão tem um *topos*, nas tradições abrahamicas, no “dom esplancofônico”. Com efeito, para Derrida, perdoar o imperdoável será condição para que o perdão exista, é simultaneamente o que torna o perdão im-possível. Assim, a im-possibilidade do perdão deverá, na perspectiva de Derrida, ser entendido no sentido de que o perdão arrisca-se a fazer o impossível⁸. O perdão é dom em acréscimo de dívida, uma dívida que não tem preço, um dom incalculável. O perdão diz-se, segundo Valinho Gomes, entre o testemunho e a confissão.⁹ O perdão, segundo Derrida, será “circonfession” (je confesse un autre)¹⁰ Ele é o dom puro, gratuito, sem esperança de retorno, apesar da dor e da violência. Como diz Derrida, o perdão puro deve perdoar aquilo que fica imperdoável. Se eu perdoar aquilo que é perdoável, eu nada

7 Cf. Jacques DERRIDA - Sob Palavras: Instantâneos Filosóficos. Tradução de Miguel Serras Pereira, Lisboa: Fim de Século, 1999, 126-127.

8 Cf. Jacques DERRIDA – Foi et Savoir, suivi de Le Siécle et le Pardon, Paris: Éditions du Seuil, 1996, 108.

9 Cf. Pedro Miguel D. VALINHO GOMES – A Reinvenção do Perdão: uma abordagem a partir da obra de Paul Ricoeur. Tese de Doutoramento policopiada. Braga: Faculdade de Filosofia de Braga, 2010, 58, 57.

10 Cf. Jacques DERRIDA – Saint Augustin – Des Confessions. Essais réunis par John D. Caputo et alii. Traduit de l’anglais par Pierre E. Dauzat, Paris: Stock, 2005, 57.

perdoarei ¹¹. O perdão é o milagre de uma *metanoia*. Na verdade, o perdão busca o reconhecimento. Ele traduz-se num movimento, que procura identificar, aceitar e agraciar o Outro.¹²

Concluindo, a hospitalidade, no seu significado ético-deontológico, coloca-se dentro do que Kant chama “respeito pela lei moral” (*Achtung fuer morallisches Gesetz*). Assim, no seu acento jurídico-político inscreve-se dentro do caminho para uma “paz perpétua”. Segundo Lévinas, a hospitalidade não se reduz simplesmente, embora seja isso também, ao acolhimento do estrangeiro, em si próprio, na própria casa, na própria nação, etc. A partir do momento em que me abro, faço “acolhimento”.¹³ É “dar prioridade ao Outro”, como “desejo do Outro”. A hospitalidade, em Lévinas, não é uma região da Ética. Ela é a eticidade. Para Derrida, pensar a hospitalidade significa pensá-la sem condições, significa o acolhimento incondicional do Outro, que chega. Derrida argumenta que todos somos estrangeiros no próprio país, dado que a residência, neste mundo, está “por vir” e, ainda, “Quem dá hospitalidade deve saber que não é sequer proprietário daquilo que parece poder dar”.¹⁴ Segundo a nossa perspectiva, a hospitalidade é “intersubjetividade, intra-subjetividade e trans-subjetividade esplanocnóficas”, como condição ecoplesiológica, entre um anfitrião e um estrangeiro, e vice-versa, numa “mundividência pística” (escutar as novidades do hóspede), “agápica” (solicitudes e tarefas, como dons) e “elpídica” (espera e conversão ao que é à venir).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1972. *Positions. Entretiens*, Paris: Les Éditions de Minuit.
1977. *De l'hospitalité*, Anne Dufourmantelle invite Derrida à répondre, Paris: Calmann-Lévy.
1991. *L'Autre Cap. suivi de la Démocratie Ajournée*, Paris: Les Éditions de Minuit.
1993. *Passions, Entretiens avec Henri Ronse et al.*, Paris: Éditions Galilée.
1993. *Spectres de Marx. L'État de la dette, le travail du deuil et la nouvelle internationale*, Paris: Éditions Galilée.
1994. *Politiques de l'amitié. suivi de L'oreille de Heidegger*, Paris: Éditions Galilée.
1994. *Force de loi. Le Fondement mystique de l'autorité*, Paris: Éditions Galilée.
1997. *Adieu à Emmanuel Levinas*, Paris: Éditions Galilée.
1998. “De l'Hospitalité - Fragments”, in: *Écarts d'Identité*: 8/854, 5 - 8.
2000. *Foi et Savoir. suivi de Le Siècle et le Pardon*, Paris: Éditions du Seuil.
2001. *De quoi demain ... Dialogue*, Paris: Libraire Arthème Fayard / Éditions Galilée (colab. E.Roudinesco).
2001. *Papier Machine*, Paris: Éditions Galilée.
2001. *L'Université sans condition*, Paris: Éditions Galilée.
2004. *Le souverain Bien*, texto bilingue. Tradução de Fernanda Bernardo, Viseu: Palimage Editores.

11 Cf. Jacques DERRIDA / Elisabeth Roudinesco – *De quoi demain... Dialogue*, Paris: Fayard/Galilée, 2001, 260.

12 Cf. *Ibidem*, 223.

13 Cf. Jacques DERRIDA - *Sob Palavras : Instantâneos Filosóficos*, 61.

14 Cf. Jacques DERRIDA - *O Gosto do Segredo*, 140.



Stanislava Lištiak Mandzáková

Katedra špeciálnej pedagogiky PF PU v Prešove, Slovakia

E-mail: stanislava.mandzakova@unipo.sk

Dagmar Marková

Katedra všeobecnej a aplikovanej etiky FF UKF v Nitre, Slovakia

E-mail: dmarkova@mati.sk

Informovaný súhlas o sexualite u osôb s mentálnym postihnutím v etických kontextoch / *Informed consent of sexuality in people with intellectual disabilities in ethical contexts*

Abstract

This paper focuses on the issue of informed consent to sexual expression of people with intellectual disabilities in different contexts. The aim is to raise the issue of the extent to which a person with an intellectual disability unable to give informed consent to sexual expression (sexual activity). The starting point, in particular, experience from abroad. Specific space is devoted to the ethical context of the evaluation of sexual expression between people with intellectual disabilities.

Key words: *sexuality, sexual expression, informed consent, evaluation, informed consent, ethics, morality, intellectual disability*

ÚVOD

V posledných rokoch bolo napísaných veľa článkov o rôznych aspektoch sexuálneho života ľudí s mentálnym postihnutím, o praktických problémoch, ich sexuálnych túžbach a správani. Takmer vo všetkých článkoch sú sexuálne práva ľudí s mentálnym postihnutím prijaté ako samozrejmosť. Otázky, ktoré je potrebné prediskutovať, je treba zamerať skôr na to, čo tieto práva znamenajú v rôznych kontextoch a ako by mali byť realizované v rôznych prostrediach.

V ďalšom texte sa preto zameriame na otázky informovaného súhlasu so sexuálnym vyjadrením osôb s mentálnym postihnutím v rôznych kontextoch. Naším zámerom je otvoriť otázku, v akej miere je osoba s mentálnym postihnutím schopná dať informovaný súhlas so sexuálnym vyjadrením (sexuálnou aktivitou). Nakoľko na Slovensku sa tento problém nerieši (pozri výsledky výskumu Mandzáková, 2011), východiskom tohto príspevku sú najmä skúsenosti zo zahraničia.

POLITIKA ŠKÔL/ZARIADENÍ V KONTEXTE INFORMOVANÉHO SÚHLASU

K sexuálnemu správaniu osôb s mentálnym postihnutím musí byť daný informovaný súhlas. Súhlas dáva jednak osoba, ktorá je aktívna v požiadavke na sexuálnu aktivitu, ako aj osoba, ktorá je k tejto aktivite vyzvaná. Hodnotenie spôsobilosti k súhlasu je dôležitou poistkou pre osoby s mentálnym postihnutím. Malo by pomôcť jasne identifikovať a prispôbiť sexuálnu výchovu potrebám týchto osôb, aby mohli prijímať rozhodnutia a uplatňovať práva, na ktoré majú spôsobilosť. To by malo taktiež identifikovať potrebu ochrany pred zneužívaním tých, ktorí sa nepovažujú za príslušných uvedenej spôsobilosti. Zariadenie musí vedieť, či je osoba s mentálnym postihnutím schopná dať informovaný súhlas so sexuálnym vyjadrením alebo nie.

Bohužiaľ, ľuďom s mentálnym postihnutím sú tieto práva odopierané. Je to veľmi zložitý problém – na jednej strane majú osoby s mentálnym postihnutím právo sa vyjadriť, na druhej strane sa zamestnanci obávajú zodpovednosti za prípadnú škodu (Hingsburger In: McElhatton, 2010). Zamestnanec sa tak často dostáva do situácie, v ktorej je buď niekým, kto osoby s mentálnym postihnutím pripravuje o ich práva alebo riskuje svoju vlastnú zodpovednosť za nich.

McNelly et al. (In: Sundram, 1992) upozorňujú na nedostatok jasných politických usmernení pre zamestnancov zaoberajúcich sa sexuálnymi aspektmi života osôb s mentálnym postihnutím. Veľa zariadení nemá politiku vôbec, alebo je nejednoznačná, alebo sa skrýva za právne fikcie ako predpokladu spôsobilosti. Niektoré zariadenia majú písanú alebo nepísanú politiku, ktorá zakazuje pohlavné aktivity vôbec.

Ďalším veľmi častým a sporným je vek informovaného súhlasu. Napríklad v Kanade je pre väčšinu jednotlivcov vek súhlasu stanovený na 14 rokov. Zároveň je stanovené, že niektorí ľudia nemôžu dať súhlas k sexuálnej aktivite bez ohľadu na vek, pretože sú mentálne neschopní tak urobiť. To je otázka, ktorá vyvoláva veľkú diskusiu. Po prvé, popiera práva osôb s mentálnym postihnutím k ich sexuálnemu vyjadreniu. Po druhé, môže dať silnú pozíciu osobám, ktoré môžu dať súhlas namiesto osôb s mentálnym postihnutím. Táto záležitosť bola diskutovaná Spieckerom a Steutelom (2002), ktorí tvrdia, že osoby s mentálnym postihnutím nie sú "dospelé" a teda nemôžu dať informovaný súhlas a nemôžu sa tak zapojiť do sexuálnych aktivít.

Gougeon (2009) naopak trvá na tom, že osoby s mentálnym postihnutím sú v mnohých prípadoch skutočne schopné dať súhlas, ktorý môže mať rôzne netradičné formy. Potrebne sú však lepšie právne a praktické podmienky, ktoré by umožnili posúdenie obojstranného súhlasu osôb, kde je rešpektované právo na sexuálne vyjadrenie a zároveň je zabezpečená ochrana pred nežiaducim poškodením. Sme toho názoru, že osoby s mentálnym postihnutím majú rovnako právo na sexuálne zážitky ako zvyšok society. Aj keď ich chceme chrániť pred zbytočným poškodením, musíme si uvedomiť, že by sme ich mali v ich sexualite podporovať. Preto treba nájsť stred medzi expresiou sexuálnych práv a ochranou pred nežiaducim poškodením.

Niektorí autori navrhujú systematizovať problém kapacity pohlavnej dospelosti.

Navrhovaným systémom však chýba zhoda v obsahu i v používaní (Kaeser, 1992; Lyden, 2007; Niederbuhl a Morris, 1993, Stavis, 1991). Kaeser (1992) napríklad navrhuje zmeniť definíciu informovaného súhlasu tak, aby zahŕňala viac ľudí s mentálnym postihnutím. Navrhuje, aby informovaný súhlas bol prebiehajúcim procesom a aby sa našli alternatívne metódy posudzovania pohlavnej dospelosti človeka (reč tela pred a po ukončení činnosti, monitorovanie známok nepohodlia, pokusov o zapojenie alebo vyhnutie, uniknutie činnosti a pod.). Gougeon (2009) upozorňuje, že ak chceme minimalizovať riziko nesprávneho výkladu, hodnotenie informovaného súhlasu by malo byť vykonané prostredníctvom interdisciplinárneho tímu odborníkov, ktorý vedie jedna osoba. Vzhľadom k tomu, že pohlavná dospelosť je relačná, toto posúdenie by sa malo vykonávať pravidelne a mali by sa identifikovať prípadné zmeny, ktoré môžu súhlas ovplyvniť.

Walker-Hirsch (2007) poukazuje na rozdielne práva súvisiace s ľudskou schopnosťou dať súhlas na pohlavný styk. Tieto práva sú podľa autora častejšie súhlasom vyrovnáť ľudské právo na sexualitu s ľudskou potrebou ochrániť sa pred ujmu, ktorá môže byť dôsledkom tejto aktivity. Americká asociácia združujúca mentálne postihnutých (The American Association on Mental Retardation) vydala knihu s názvom Viest k súhlasu (A Guide to Consent), kde v kapitole o informovanom súhlase sú minimálne smernice. Walker-Hirsch (2007) v danom kontexte hovorí, že od tej doby, čo má každý štát rozdielne zákony pre dávanie súhlasu, neexistuje dokument objasňujúci túto spornú otázku.

Aj v zahraničí sú teda názory na to, čo je presne povinnosťou odborníkov v tejto citlivej oblasti značne rozdielne. S informovaným súhlasom sú taktiež spojené rôzne chybné odôvodnenia (McElhatton, 2010):

Sexuálna aktivita je súkromná pre ostatných dospelých, a preto by mala byť pre dospelých s mentálnym postihnutím rovnako aspektom normalizácie. Chyba: Sexuálna aktivita je vecou súkromia dospelých. Ak neexistuje súhlas, alebo ak jedna zo zúčastnených strán nie je schopná dať súhlas, môže to viesť k trestnej činnosti a môže sa preto stať predmetom trestného stíhania, porušením občianskeho práva a stať sa tak záležitosťou vážneho verejného záujmu. Oboje – právo (zákon) a regulácia (usmernenie) vyžadujú informovanie a vyšetrovanie týchto prípadov (incidentov).

Dospelé osoby s mentálnym postihnutím majú rovnaké právo zapojiť sa do sexuálnej aktivity ako ostatní dospelí a majú právo sa úplne spoľahnúť na právne domnienky, že všetci dospelí sú kompetentní, ak nedošlo k súdnemu vyhláseniu o opaku. Chyba: Schopné (kvalifikované) dospelé osoby s mentálnym postihnutím majú tieto práva, ale nie všetci sú kompetentní (schopné dať informovaný súhlas). Spoliehať sa na predpoklad, že sama osoba ustanoví spôsobilosť k sexuálnej aktivite, môže mať neblahé následky jednak pre osoby s mentálnym postihnutím i pre zamestnancov zodpovedných za dané rozhodnutie.

Existujú riziká sexuálnej aktivity, ale dospelým s mentálnym postihnutím by nemali byť odoprené. Chyba: Neexistuje žiadny dôvod vystaviť riziku človeka, ktorý ho nemusí pochopiť a nie je schopný sa proti tomu sám chrániť.

V zahraničí uvádza komisia hodnotiaca informovaný súhlas posúdené prípady

ľudí s mentálnym postihnutím, u ktorých lekári otvorene priznávajú, že nie sú schopní pochopiť povahu a dôsledky svojho konania (McElhatton, 2010). Podľa autora je dôležité si uvedomiť, že je nevyhnutné skutočne čeliť realite, že niektorí ľudia s mentálnym postihnutím sú nekompetentní dať súhlas k sexuálnej aktivite. Programy by mali preto povinne chrániť tieto osoby pred zneužívaním a využívaním inými ľuďmi, ktorí ich do týchto činností zapájajú. Naopak podľa Sundrama (1992) veľa, ak nie väčšina osôb s mentálnym postihnutím je schopných dať príslušný súhlas, alebo sú oprávnení absolvovať vzdelávanie a odbornú prípravu v tejto oblasti. Tiež profesor Denno (1997), odborník na reguláciu sexuálnych vzťahov v rámci inštitúcií pre osoby s mentálnym postihnutím, prichádza k záveru, že väčšina osôb s mentálnym postihnutím je schopná dať súhlas k sexuálnym vzťahom, majú na to právo a zbytočne široké a moralizujúce obmedzenia tak porušujú ich práva.

Nejasností okolo informovaného súhlasu vyvolávajú tieto otázky:

- *Ako zistíme, že ľudia s mentálnym postihnutím súhlasia?*
- *Skutočne tento vzťah chcú obaja účastníci?*
- *Majú dost informácií, aby mali vzťah s opačným pohlavím?*
- *Je mojou/našou úlohou poskytnúť im informácie?*
- *Čo ak žena s mentálnym postihnutím otehotnie?*
- *Čo ak ide o zneužívanie?*
- *Ako podporiť vzťah s osobou rovnakého pohlavia?*
- *Ako sa budú cítiť rodičia či opatrovatelia?*
- *Aká súčinnosť nastane medzi osobami s mentálnym postihnutím v sexuálnom vzťahu?*
- *Čo ak vznikne konflikt kvôli náboženskému presvedčeniu alebo kultúrnym zvykom?*
- *Aké sú moje presvedčenia či názory a hodnoty? Ako ovplyvnia moju poradenskú činnosť?*

Podľa Sundrama (1992) by hodnotenie kompetencií osoby s mentálnym postihnutím k sexuálnej aktivite malo zahŕňať tieto zistenia:

- dotyčná osoba má dostatočné vedomosti o povahe sexuálnej aktivity, o jej očakávaných prínosoch a rizikách (napr. tehotenstvo, pohlavná choroba) a o metódach redukovania alebo odstránenia rizika;
- informácie o jej inteligencii a vedomostiach, schopnosti prijať rozhodnutie v súlade s osobnými hodnotami a presvedčením;
- je schopná voľby, či sa zapojí do sexuálneho správania, je schopná bez obáv povedať „áno” alebo „nie”.

Za dôležitý považujeme najmä posledný bod – kompetentnosť osoby s mentálnym postihnutím dať súhlas k sexuálnej aktivite – vlastnosť, ktorá má veľkú hodnotu a na ktorú musí byť osoba zaradená (umiestnená). Zaradenie môže byť odmietnuté kvôli jej neschopnosti a nechote povedať „nie” na pohlavný styk, aj keď sa na ňom podieľať nechce.

Štěrbová (In: Šulová et al., 2011) pre presnejšie stanovenie úrovne schopností a zručností odporúča použiť Kennedyho The Sexual Consent and Education Assessment (SCEA), ktorý obsahuje dve škály: The Knowledge of Human Sexuality Scale (K-Scale) (vedomosti o ľudskej sexualite) a The Safer Practices Scale (S-Scale) (vedomosti o bezpečí).

Porozumenie masturbácii a pohlavnému styku a všetky položky týkajúce sa bezpečia klienta sa môžu používať ako zákonné kritéria. Základné vedomosti sú v položkách K-škály 1 – 6, pokročilejšie 9 – 12.

Vedomosti o ľudskej sexualite. Osoba s mentálnym postihnutím je dotazovaná, používajú sú obrázky alebo bábky, najmä k určeniu správnych anatomických častí:

- Určí základné časti tela.
- Určí svoje pohlavie.
- Rozlíši, čo patrí k mužovi a čo k žene (rozlíši mužské a ženské).
- Pozná mužské a ženské genitálie (na obrázku).
- Je schopná demonštrovať vedomosti a základné funkcie vzťahujúce sa k mužským a ženským genitáliám.
- Demonštruje porozumenie a vedomosti o masturbácii.
- Demonštruje vedomosti o pohlavnom styku.
- Vie rozpoznať významné dôsledky sexuálnej aktivity.
- Preukazuje vedomosti o regulácii pôrodnosti.
- Preukazuje vedomosti o HIV/AIDS a ďalších sexuálne prenosných chorobách.
- Rozlišuje medzi vhodným a nevhodným miestom pre sexuálnu aktivitu.
- Chápe a má predstavu o nezákonnej sexuálnej aktivite.

Vedomosti o bezpečí. Bývajú vyžadované poskytovateľom služieb. Osoba s mentálnym postihnutím preukazuje schopnosti v nasledujúcich položkách:

- Demonštruje preferenciu niektorých ľudí pred inými.
- Je schopná robiť voľby založené na preferenciách.
- Je schopná efektívnej osobnej bezpečnostnej praxe.
- Efektívne sprostredkuje ďalšej osobe, že sa nechce zúčastniť aktivity.
- Je schopná odmietnuť nechcené návrhy alebo vnucovanie.

Úvaha, že ak nie je osoba schopná dať súhlas s pohlavným stykom, znamená, že ho ani nerealizuje, nepotrebuje žiadnu sexuálnu výchovu, je mylná. To môže viesť aj k predstave, že sexuálni pedagógovia podporujú sexuálnu aktivitu.

ETICKÉ KONTEXTY HODNOTENIA SEXUÁLNEHO VYJADRENIA MEDZI OSOBAMI S MENTÁLNYM POSTIHNUTÍM

Okrem bezprostrednej skúsenosti s vlastným telom ako zdrojom potešenia získava mládež s mentálnym postihnutím väčšinou prvé erotické skúsenosti s opačným

pohlavím v chránenom priestore skupiny rovesníkov. Bohužiaľ, aj v tomto prípade je veľa mladých ľudí s mentálnym postihnutím v nevýhode. Na rozdiel od svojich vrstovníkov je im len zriedka venovaná sexuálna pozornosť a len veľmi zriedka vidia sami seba ako atraktívnych pre ostatných. V dôsledku toho len ťažko zažívajú potvrdenie alebo obdiv k pozitívnemu prijatiu vlastného tela a k budovaniu si stabilného sebedomia. Pre mládež s mentálnym postihnutím je hlavnou nevýhodou nedostatok kontaktu s rovesníkmi bez postihnutia.

Čo osoby s mentálnym postihnutím očakávajú od sexuality a nakoľko chcú, aby ich spolužitie zahŕňalo aj pohlavný styk v ich socio-sexuálnom správaní, sa empiricky skúma zriedkavo. Od rodičov a opatrovníkov však môžeme veľmi často počuť o ich latentných obavách z možného tehotenstva.

Položme si otázku: **Ale čo keď sa ľudia s mentálnym postihnutím chcú mať sex?** Podľa Webba (In: McElhatton, 2010) riaditeľa Texaskej spoločnosti zdravotne postihnutých (Texas Council on Developmental Disabilities) existuje v tomto smere široká škála politiky týkajúca sa mentálneho postihnutia a sexuality. Niektoré politiky zakazujú sex úplne a iné umožňujú kontakt s istými obmedzeniami. Napr. Texas Department of Mental Health and Mental Retardation zakazuje sexuálny vzťah medzi slobodnými ľuďmi s mentálnym postihnutím, ktorí žijú v štátnych zariadeniach (McElhatton, 2010). Politika Mental Health and Mental Retardation uvádza, že sex by mal byť zakázaný, pretože väčšina osôb s ťažším mentálnym postihnutím plne nerozumie jeho rizikám a prípadným dôsledkom. Department of Human Services, ktorý dohliada na súkromné zariadenia hovorí, že manželské páry, musia mať možnosť zdieľať izbu, ak sa tak rozhodnú, ale zariadenie nemôže zakázať mimomanželskú sexuálnu aktivitu (McElhatton, 2010).

Pri odpovedi na otázku, je okrem posúdenia schopnosti osôb s mentálnym postihnutím dať súhlas k sexuálnej aktivite potrebné zhodnotiť, či **je sex medzi dospelými osobami s mentálnym postihnutím morálne prípustný, a ak vôbec, za akých podmienok?** Spiecker a Stutel (2002) tvrdia, že tieto osoby nemožno považovať za "dospelých", pretože nespĺňajú kritéria dospelosti. Niektorí autori konštatujú, že osoby s mentálnym postihnutím sú dospelé v biologickom slova zmysle, zatiaľ čo iní konštatujú, že tieto osoby majú nedostatočne vyvinuté kapacity, resp. majú kapacity detí a ako takí potrebujú osoby, ktoré by rozhodovali a vyjadrovali súhlas v ich mene. Naším zámerom nie je analyzovať argumenty jednotlivých autorov. Môžeme však predpokladať vplyv stále prítomných mýtov na ich názory a postoje. Sme toho názoru, že aj keď osoby s mentálnym postihnutím nemusia mať rozsah praktických úvah "typicky dospelého", neznamená to, že by sme mali odmietnuť ich dospelosť. Oni sú naozaj dospelí so svojimi špecifikami v logickom myslení, praktických úvahách a pod., a nemôžeme ich preto porovnávať k deťom rovnakého IQ a týmto prístupom im odopierať ich právo na sexuálne vyjadrenie (Greenspan, 2012).

Zámerom ďalšieho textu je zistiť, akými morálnymi princípmi by sme sa mali riadiť pri hodnotení sexuálneho správania ľudí s mentálnym postihnutím. Naše etické úvahy budú obmedzené na sexuálnu interakciu medzi dospelými osobami

s mentálnym postihnutím. Zameriavame sa na dospelých iba v biologickom slova zmysle, tzn., na osoby, ktoré majú plne vyvinuté primárne a sekundárne pohlavné znaky.

Počas posledných štyroch desaťročí sa radikálne zmenili morálne názory na sexualitu. V súčasnej dobe je bežnou praxou vyhodnocovať sexuálne aktivity na základe liberálnych zásad – najmä zásady informovaného súhlasu. Prevažujúcim názorom je, že každý druh sexuálnej praxe je morálne prípustný, vrátane sexu pred manželstvom a sexu bez možnosti plodenia, pokiaľ dotknuté osoby dali súhlas a nie je spôsobené žiadne významné poškodenie tretím osobám. Aj keď je princíp informovaného súhlasu v dnešnej dobe široko podporovaný, jeho výklad nie je zďaleka bezproblémový (Archard, 1998).

Prvým problémom je, ako má byť pojem súhlasu interpretovaný. V tomto bode sa rozchádzajú názory aj v liberálnych kruhoch. Zoberme si napr. pojem donucovanie a pojem dobrovoľnosť. Filozofi majú napr. sklon pojem donútenia definovať veľmi reštriktívne na rozdiel napr. od radikálnych feministiek. Týmto chceme poukázať na rôzny výklad pojmu.

Ďalším problémom je, či princíp informovaného súhlasu poskytuje dostatočné podmienky pre morálnu prípustnosť. Môžeme napríklad poukázať na sexuálne praktiky, ktoré sú síce v súlade s princípom informovaného súhlasu, ale napriek tomu sú morálne neprijateľné, alebo aspoň pochybné. Spiecker, Steutel (1997) v danom kontexte zdôrazňujú, že ak vezmeme morálnu zodpovednosť ako kritérium pre testovanie platnosti informovaného súhlasu, musíme si priznať, že platný súhlas nie je dostatočný pre posúdenie morálnej prípustnosti danej formy sexuálnej aktivity. Súhlas dotknutých osôb môže byť platný, pretože sú plne zodpovední za to, čo robia, ale dané sexuálne interakcie môžu byť morálne odsúdeniahodné, pretože jedna osoba využíva inú osobu napríklad tým, že má neprimerané výhody, alebo je daná osoba zraniteľná, má obmedzené možnosti, skromné pomery a pod. Spiecker, Steutel (1997) na pokrytie týchto prípadov odporúčajú druhý morálny princíp, ktorý nazývajú **princípom zákazu zneužitia**.

Tretím problémom je, či je nutné, aby sexuálna aktivita bola morálne prípustná a zároveň v súlade s princípom informovaného súhlasu. Ak sa informovaný súhlas považuje za nevyhnutnú podmienku morálnej prípustnosti, mnoho prípadov sexuálnych interakcií medzi osobami s mentálnym postihnutím by malo byť považovaných za morálne zlých nie preto, že osoby boli nejakým spôsobom donútené alebo oklamané, ale preto, že ich kapacity pre informovaný súhlas nie sú dostatočné (Spiecker, Steutel, 2002). Autori týmto vyvracajú tvrdenie, že princíp informovaného súhlasu zabezpečuje podmienky pre morálne prípustné sexuálne správanie. Archard (1988) tiež spochybňuje tvrdenie, že informovaný súhlas by sa mal považovať za nevyhnutnú podmienku morálnej prípustnej sexuálnej aktivity.

Ako možno vidieť z konceptuálnej analýzy a stručného etického hodnotenia, odborníci, ktorí sa starajú o osoby s mentálnym postihnutím, majú zložitú úlohu a veľkú zodpovednosť pri kompenzovaní obmedzenej kapacity praktického usudzovania týchto osôb. Odborníci majú nielen úlohu "myslieť" a rozhodovať v pro-

spech osôb s mentálnym postihnutím, majú tiež za úlohu určiť, kedy je toto dodatočné myslenie a rozhodovanie potrebné. Je zrejme, že každý, kto sa chce stať profesionálom v starostlivosti o osoby s mentálnym postihnutím, by mal byť na tieto zložité úlohy pripravený. Preto podpora týchto vlastností by mala byť považovaná za neoddeliteľnú súčasť prípravy študentov na ich budúcu prácu. Vzhľadom k tomu je potrebné, aby presadzovanie a uplatňovanie morálneho princípu bolo považované za jeden z cieľov ich mravnej výchovy, ktorá by mala zahŕňať tieto dôležité komponenty (Spiecker, Steutel, 2002):

1. Budúci odborníci v starostlivosti o osoby s mentálnym postihnutím by si mali osvojiť schopnosť určiť, či je princíp informovaného súhlasu použiteľný (či sú tieto osoby schopné dať informovaný súhlas k sexuálnej aktivite, ak sami chcú).
2. Odborníci by mali získať schopnosť testovať požadovanú formu sexuálnej interakcie a prijať zodpovednosť za určenie, či je alebo nie je možné dať svoj substitučný súhlas. Za účelom získania tejto schopnosti, musia študenti byť vyškolení napr. v odhalení možných foriem nátlaku, podvodu alebo zneužitia.
3. Odborníci by si mali osvojiť schopnosť prijať vhodné opatrenia v prípade, že požadovaná forma sexuálnej aktivity je v rozpore s princípom informovaného súhlasu. Mali by sa najmä snažiť presvedčiť osoby s mentálnym postihnutím, aby upustili od požadovanej sexuálnej aktivity (čo je na tom zlé a pod.).

ZÁVER

Sexualita a jej vyjadrenie u osôb s mentálnym postihnutím sú v prípadoch, keď ich nepodporujeme a nemáme o nich správne a presné informácie, komplikované. Odborníci a všetci, ktorí sa podieľajú na starostlivosti o osoby s mentálnym postihnutím, by preto mali poznať a uvedomiť si špecifiká ich sexuality a nájsť pre nich efektívny spôsob učenia sa v tejto oblasti.

Text vznikol vďaka podpore grantov:

VEGA č. 1/0286/14: Behaviorálne a postojoyé atribúty sexuality mládeže s ľahkým mentálnym postihnutím v kontexte rizika a prevencie

VEGA č. 2/0015/12: Životné štýly, normy a ich prekračovanie: cesty k osobnej spokojnosti a spoločenskej prospešnosti.

BIBLIOGRAFIA

1. ARCHARD, D. 1998. Sexual Consent. Boulder: Oxford, Westview Press, 1998.
2. Deborah W. Denno, 1997. Sexuality, Rape, and Mental Retardation, 1997 U. Ill. L. Rev. 315, 1997. [online] [cit. 2010-08-02]. Dostupné na internete: http://ir.lawnet.fordham.edu/faculty_scholarship/121
3. Gougeon, N., A. 2009. Sexuality education for students with intellectual disabilities, a critical pedagogical approach: outing the ignored curriculum. In: Sex Education, 2009, Vol. 9, No. 3, pp. 277-291. ISSN 1468-1811.
4. Greenspan, S. 2002. A sex police for adults with 'mental retardation'? Comment on Spiecker and Steutel. In: Journal of Moral Education, 2002, Vol. 31, No. 2, pp. 171-179.
5. Kaeser, F. 1992. Can people with severe mental retardation consent to mutual sex? In: Sexuality and Disability, Vol. 10, No. 1, pp. 33-42.

6. Lyden, M. 2007. Assessment of sexual consent capacity. In: *Sexuality and Disability*, Vol. 25, No. 1, pp. 3–20.
7. Mandzáková, S. 2011. Zvyšovanie kvality sexuálneho a partnerského života osôb s ťažším mentálnym postihnutím. Prešov: Pedagogická fakulta Prešovskej univerzity v Prešove, 2011. ISBN 978-80-555-0455-1.
8. McElhatton, J. 2010. Facilities have myriad policies on mentally retarded clients having sex. [online] [cit. 2010-08-02]. Dostupné na internete: <http://www.ent-net.com/news/reports/center/center6.htm>
9. Niederbuhl, J. M., Morris, C. D. 1993. Sexual knowledge and the capability of persons with dual diagnoses to consent to sexual contact. In: *Sexuality and Disability*, Vol. 11, No. 4, pp. 295–307.
10. Spiecker B, Steutel J. 2002. Sex between people with “mental retardation: An ethical evaluation. In: *Journal of Moral Education*, Vol., 31, pp. 155–169.
11. Stavis, P. F. 1991. Harmonizing the right to sexual expression and the right to protection from harm for persons with mental disability. In: *Sexuality and Disability*, Vol. 9, No. 2, pp. 131–41.
12. Sundram, C. J. 1992. Plain Talk About Sex and Mental Retardation. In: *Newsletter [online]* 1992, vol. 54. [cit. 2010-03-03]. Dostupné na internete: <http://southern-librarianship.icaap.org/content/v03n03/Hoggan_d01.htm>. ISSN 1525-321X.
13. Šulová, L., Fait, T., Weiss, P. et al. 2011. *Výchova k sexuálně reprodukčnímu zdraví*. Praha: MAXDORF, 2011. ISBN 978-80-7345-238-4.
14. Walker-Hirsch, L. 2007. *The Facts of Life... and More: Sexuality and Intimacy for People with Intellectual Disabilities*. Baltimore: Paul. H. Brookes Publishing, 2007. ISBN-10-1-55766-714-4.



Paweł Czarnecki

ISM Slovakia, Presov, Slovakia

Sociálna disfunkcia a príbuzné pojmy / *Socjalne dysfunkcje i związane z nimi terminy*

Pojem sociálna disfunkcia sa vzťahuje na rozsiahly komplex otázok. Aby bolo možné vysvetliť, čím je disfunkcia, je najprv potrebné špecifikovať význam niekoľkých iných pojmov. Ide tu o také pojmy, ako „spoločenská norma“, „potreba“, „problém“, „konflikt“, „kríza“ a „patológia“. Začnime od opisu tohto posledného pojmu, pretože to môže byť zdrojom nepochopenia. V literatúre predmetu pojmy „sociálna disfunkcia“ („disfunkcionalita“) a pojem „patológia“ vystupujú v podobnom význame a označujú správanie sa človeka, ktoré je v rozpore so spoločensky zaväzujúcimi normami. Termín „patológia“ sa po prvýkrát objavil v americkej literatúre, kde bol definovaný ako „správanie či postoje, ktoré sú v rozpore so všeobecne akceptovanými zásadami správania sa v danej spoločnosti, ako aj správanie sa porušujúce príkazy a zákazy obsiahnuté v predpisoch trestného a civilného práva“¹. Podľa tejto definície je konanie človeka patologickým vtedy, keď porušuje istú spoločenskú alebo právnu normu. Spomedzi „klasických“ poľských definícií je vhodné vymenovať definíciu A. Podgóreckieho, ktorý poukazyval na rozpor správania sa opisovaného ako „patológia“ s prijatými „svetonázorovými hodnotami“ v danej spoločnosti². A. Lipka okrem rozporu patologického správania sa so spoločenskými normami (o ktorých bude reč o chvíľku) zas za výraznú vlastnosť patologického správania považuje odmietnutie „hodnôt, ktoré sú objektívne zhodné so záujmami jednotlivca a celku obyvateľstva“. Rodí sa tu, samozrejme, pochybnosť voči vládnej inštancii, ktorá má rozhodovať, čo v konkrétnom prípade je a čo nie je v súlade s „objektívnymi“ záujmami jednotlivca a spoločnosti³.

V Poľsku je pojem patológia v súčasnosti používaný nie len v prácach z oblasti pedagogiky a sociálnej práce, ale tiež medicíny, kriminológie, práva, sociológie, psychológie a mnohých iných disciplín. Často sa používa aj vo verejnej debata,

1 T. Michalczyk, Wybrane zagadnienia patologii społecznej: studium z zakresu teorii socjologii, Wydawnictwo Uniwersytetu Opolskiego, Opole 1995, s. 9.
2 A. Podgórecki, Patologia życia społecznego, PWN, Warszawa 1969, s. 24n.
3 Porov. M. Lipka, Zjawiska patologii społecznej wśród młodzieży, PWN, Warszawa 1977, s. 15n.

pričom v hovorovom jazyku je charakterizovaný silnými negatívnymi konotáciami. V teórii aj praxi sociálnej práce sa okrem mnohovýznamovosti a negatívneho emocionálneho zafarbenia najväčším nedostatkom tohto pojmu zdá byť jeho príliš úzky významový rozsah. Hovoriac o patológii máme na mysli stav sociálnej „choroby“, teda istý stav, ktorý je potrebné „liečiť“, aby neohrozil život spoločnosti ako celku. K úlohám sociálnych pracovníkov patria také činnosti, ako rozhodovanie o priznávaní materiálnej podpory, starostlivosť o zdravotne postihnuté osoby či pomoc osobám v krízových situáciách, nezamestnaným osobám, teda problémov, ktoré nie sú ani v hovorovom jazyku, ani v literatúre predmetu opísané ako sociálne patológie. V predmetnej práci teda budeme využívať pojem sociálna disfunkcia ako širší pojem, zahŕňajúci tak patologické javy, ako aj iné druhy sociálnych problémov.

Pojem sociálna disfunkcia, podobne ako aj pojem patológia, sa spája s pojmom spoločenská norma. Samotný pojem „spoločenská norma“ poukazuje na to, že máme dočinenia s istou predstavou týkajúcou sa toho, aká by mala byť spoločnosť. A keďže spoločnosť sa zas skladá z jednotlivcov, spoločenská norma reguluje spôsob sociálneho fungovania jednotlivca. Tu je však potrebné si všimnúť, že pojem norma sa vzťahuje nielen na spôsob fungovania jednotlivca v sociálnej skupine, teda na vzťahy medzi jednotlivcami či tiež medzi jednotlivcom a skupinou, ale tiež na rad iných aspektov života jednotlivca. V úzkom slova zmysle by bolo ťažké poukázať na oblasti života jednotlivcov či spoločnosti, vo vzťahu ku ktorým nejestvujú určité predstavy alebo tiež očakávania normatívneho charakteru. Dokonca aj „súkromné“ sféry života, ako výber životného partnera alebo spôsob výchovy detí, nie sú oslobodené od vplyvu spoločenského „zvyku“, teda spoločenskej normy.

V tomto uvažovaní sa sústredíme predovšetkým na normy určujúce fungovanie jednotlivca v skupine. Tie totiž rozhodujú o tom, či sa konkrétne činy a postoje stávajú predmetom sociálnej práce, alebo nie.

Pojmu spoločenská norma sa v literatúre predmetu (a rovnako aj v hovorovom jazyku) prisudzuje veľa rôznych významov, pričom pre sociálneho pracovníka sa najdôležitejšími zdajú byť tri z nich. V širšom význame sa pod spoločenskou normou chápe istý vzorec fungovania jednotlivca v skupine, teda istá zbierka predpisov, ktoré hovoria o tom, ako je potrebné sa správať v kontaktoch s inými ľuďmi. V užšom význame sa spoločenská norma vzťahuje na pozíciu jednotlivca v spoločnosti (respektíve v určitej sociálnej skupine) a týka sa spôsobov konania, ktoré sociálne prostredie očakáva od jednotlivca zastávajúceho práve túto pozíciu. Napokon v treťom význame sa pojem spoločenská norma vzťahuje na isté minimum materiálnych a nemateriálnych prostriedkov, ktoré dovoľujú uspokojiť základné potreby jednotlivca v danej spoločnosti. Spoločenskou normou v spoločnostiach rozvinutých krajín je v tomto zmysle napr. vlastníctvo miesta bydliska alebo schopnosť čítať a písať.

V prvých dvoch významoch sa pojem spoločenská norma používa zvyčajne v množnom čísle, hovorí sa teda nie o norme, ale o spoločenských normách⁴.

⁴ Analogicky sa využíva aj pojem „sociálne patológie“. Porov. *Patologie społeczne* pod red. M. Jędrzejko, Wyższa Szkoła Humanistyczna im. Aleksandra Gieysztora, Pułtusk 2006.

Spoločenskou normou môže byť každý príkaz alebo zákaz akceptovaný v danej spoločnosti, nezávisle od jeho pôvodu či opodstatnenia. Spoločenskými normami sú teda tak morálne zásady (teda všetky zásady, pri opodstatňovaní ktorých sa odvolávame na morálne dobro alebo zlo), ako aj zvykové normy (pri opodstatňovaní ktorých sa odvolávame na dobrú chuť, tradíciu, zvyk a pod.), náboženské alebo právne normy.

Tiež je možné odlišiť spoločenské normy v „regulatívnom“ zmysle, ako aj v „asertívnom“ zmysle. V prvom význame spoločenská norma potvrdzuje, ako by veci mali byť, aj keď niektorí jednotlivci či sociálne skupiny tieto normy neakceptujú⁵. V druhom význame norma vyhlasuje, že jednotlivci sa správajú určitým spôsobom, a že tento spôsob konania je všeobecne akceptovaný.

Tiež je potrebné poznamenať, že hoci všetky vymenované druhy noriem môžu byť spoločenskými normami, nie vždy je to tak, keďže tak morálne, ako aj zvykové normy, a zvlášť náboženské a právne normy, nemusia byť v danej spoločnosti všeobecne akceptované. Spoločenské normy sú niekedy v rozpore s ostatnými druhmi noriem. V tomto význame je možné o istom správaní alebo formulovaní súdov vyhlásiť, že je normou, keďže sa jednoducho stretáva so všeobecným súhlasom, spoločenským súhlasom (v celej spoločnosti alebo v rozsahu nejakej konkrétnej sociálnej skupiny). Keď teda tvrdíme, že parkovanie áut na miestach určených pre invalidov sa v našej spoločnosti stalo normou, máme na mysli práve onú všeobecnú akceptáciu tohto javu. V tomto význame niektoré správanie sa a postoje, spoločnosťou uznávané za neprijateľné, môžu byť v istých uzavretých sociálnych skupinách normou (napr. krádež).

Tiež je vhodné dodať, že jednotlivci si vôbec nemusí uvedomovať jestvovanie sociálnych noriem, nezávisle od toho, či podľa nich postupuje, alebo nie. Preto je tiež občas dobré, aby sociálny pracovník dal jednotlivcovi na vedomie (napr. mládeži ohrozenej patológiami) jestvovanie istých noriem a očakávaní zo strany sociálneho prostredia. Takéto vedomie nemusí byť dostatočným predpokladom konania podľa noriem, avšak zverenec, ktorý si uvedomí, v akých situáciách koná v rozpore s očakávaniami spoločnosti, v sebe ľahšie nájde motív pre prácu na sebe ako niekto, kto tento rozpor nevníma.

Jestvujú tiež spoločenské normy, určujúce vzťah spoločnosti k najslabším jednotlivcom a skupinám, ako aj rozsah a spôsob poskytovania im pomoci. Tieto normy zahŕňajú aj inštitúcie sociálnej pomoci, voči ktorým má spoločnosť určité očakávania. Samotné jestvovanie sociálnej práce je, ako som už spomenul, prejavom jestvovania takej normy v spoločnosti, ktorá prikazuje pomáhať osobám nachádzajúcim sa v zvlášť ťažkej situácii.

Spoločenské normy sú nemenné, ale vyvíjajú sa spolu s celou spoločnosťou. Menia sa tak predstavy na tému toho, čo je správne, chvályhodné, akceptovateľné, ako aj toho, čo je restuhodné a „asociálne“. Ešte pred pár rokmi bolo pitie alkoholu mladými ženami považované za prejav demoralizácie, v súčasnosti to už nikoho

⁵ Porov. napr. E. Popiór, Akceptacja norm społecznych Badania podłużne młodzieży slubickiej. Badania podłużne młodzieży slubickiej, Uniwersytet Zielonogórski, Zielona Góra 2004.

neprekvapuje; tetovanie kedysi svedčilo o príslušnosti k istej subkultúre, dnes je už len výrazom estetického cítenia a podobne.

Rovnako aj sociálny pracovník akceptuje isté spoločenské normy, ktoré určujú jeho konanie tak v súkromnom, ako aj pracovnom živote vo vzťahu k zverencom. Tieto normy síce nemusia tvoriť ucelený, kompletný systém. Dosiachnutie takejto ucelenej podoby by ani nebolo reálne. Je však dôležité, aby normy, ktoré regulujú vzťahy pracovníka so zverencami, boli prijaté vedomým spôsobom a aby najdôležitejšie z týchto noriem neboli vo vzájomnom rozpore, teda neboli príčinou konfliktov vo vzťahoch so zverencami, medzi pracovníkom a jeho spolupracovníkmi či tiež medzi pracovníkom a inštitúciou, ktorá ho zamestnáva⁶. Príkladom takéhoto rozporu je vzťah k interrupciám. Sociálny pracovník, ktorý považuje potrat za vraždu nenarodeného človeka a zároveň pracuje pre inštitúciu, ktorá ľudský plod v prvej etape života nepovažuje za človeka, by sa vystavil konfliktom vyplývajúcim práve z nutnosti realizovania dvoch rozporuplných noriem v praxi.

So sociálnou disfunkciou máme teda dočinenia vtedy, keď je fungovanie jednotlivca v spoločnosti v rozpore s normami zaväzujúcimi v tejto spoločnosti či sociálnej skupine. V tomto význame sa pojem disfunkcia nevzťahuje na spoločnosť ako takú (nehovoríme teda o disfunkčných spoločnostiach), hoci sa môže vzťahovať na malé sociálne skupiny, predovšetkým na rodinu (tzv. disfunkčná rodina)⁷.

Je potrebné dodať, že pojem disfunkcia sa vzťahuje nielen na sociálny rozmer života jednotlivca, ale na všetky sféry jeho aktivity, na ktoré sa vzťahuje pojem norma. Takouto sférou je predovšetkým fyzický stav človeka. „Normálny“ stav sa v medicíne definuje ako zdravie, „abnormálny“ stav ako choroba, ak však choroba sťažuje každodenné fungovanie, hovoríme o disfunkcii (napr. o disfunkcii sluchového aparátu) alebo o postihnutí. Pojem disfunkcia sa tiež môže vzťahovať na intelektuálnu aj emocionálnu sféru človeka a rovnako aj na sexuálnu sféru. Disfunkcie, ktoré nie sú priamo spojené s oblasťou sociálnych vzťahov, však môžu viesť k vzniku sociálnej disfunkcie a opačne, sociálna disfunkcia môže byť príčinou porúch v iných sférach života. Rôzne druhy disfunkcií totiž často vystupujú spoločne.

Pozornosť je tiež potrebné obrátiť na niekoľko iných pojmov, viac alebo menej významovo spojených s pojmom spoločenskej normy. Pojem norma sa spája predovšetkým s pojmom potreba. Spoločenské normy regulujú v danej spoločnosti akceptovateľné spôsoby uspokojovania potrieb, určujú úroveň uspokojenia základných potrieb, na ktoré má každý člen danej skupiny právo (teda zabezpečenie možnosti uspokojenia týchto potrieb je povinnosťou spoločnosti). Niekedy tiež určujú, aké potreby sú v spoločnosti prípustné. Príkladom noriem tohto posledného druhu sú zvykové, morálne a právne zákazy vzťahujúce sa na homosexualitu: ešte v šesťdesiatych rokoch boli homosexuálne akty v niektorých krajinách považované za kriminálne, v súčasnosti sa v mnohých rozvinutých krajinách homosexuálnym párom uznáva právo na uzatváranie manželstiev, dokonca aj na adopciu

6 Porov. W. Mikołajewicz, *Praca socjalna jako działanie wychowawcze...*, s. 117.

7 Pojmu disfunkcia sa trochu iný význam prisudzuje v sociológii, podľa Roberta Mertona. Autor pod pojmom disfunkcia chápal činitele sťažujúce stabilitu sociálnych systémov. Porov. R. Merton, *On Social Structure and Science*, ed. by P. Sztompka, University of Chicago Press, Chicago 1996.

detí.

Tiež je potrebné si uvedomiť, že okrem objektívnych potrieb, ktoré sú spoločné všetkým ľuďom, jestvujú spoločensky alebo kultúrne podmienené potreby. Do tejto druhej skupiny patrí potreba vlastníctva vonkajších, materiálnych atribútov spoločenského statusu, napr. drahého auta, domu, trávenia dovolenky na určitých miestach a pod. Ako tretí druh potrieb je možné odlíšiť potreby vyplývajúce zo závislostí (alkoholizmus, narkománia, obžerstvo, závislosť od hazardu, nikotínu a pod.).

Hoci potreby druhého typu môžu ostávať neuspokojené bez väčšej ujmy na spoločenskom fungovaní jednotlivca, objektívne potreby si vyžadujú byť uspokojené absolútne. „Potreby – píše K. Obuchowski – sú objektívnymi vlastnosťami ľudského jednotlivca, ktoré jestvujú nezávisle od toho, čo si človek uvedomuje a čo chce,“ avšak takéto chápanie tohto pojmu sa zdá byť nezhodné tak s jeho používaním v hovorovom jazyku, ako aj vo vede.

Zvláštnym druhom potrieb sú sociálne potreby, teda potreba žiť v skupine a nadväzovať vzťahy s inými ľuďmi. Preto je tiež jedným z hlavných cieľov sociálnej práce obnovenie základných vzťahov zverenia s jeho sociálnym prostredím. Ide tu buď o vytváranie sociálnych vzťahov úplne od začiatku, alebo o modifikovanie už jestvujúcich vzťahov. Tam, kde obnova vzťahov nie je možná, sociálny pracovník „musí prerušovať dovtedajšie zväzky, napr. odobrať mladého človeka z kriminálneho prostredia a presťahovať tam, kam nesiahla zlá povest rodičov“⁸.

Pojmom príbuzným pojmu sociálny vzťah je pojem „prostredie“, pričom tento pojem býva využívaný aj v inom, oveľa širšom význame. Napr. A. Kaminský definoval pojem „prostredie“ ako „tie prvky okolitej prírodnej, sociálnej, kultúrnej štruktúry, ktoré pôsobia na jednotlivca neustále alebo počas dlhšieho obdobia, alebo krátko, ale so značnou silou, ako samostatný alebo zorganizovaný systém formujúcich ju podnetov“⁹. Sociálne vzťahy sú z tohto pohľadu jedným z prvkov prostredia, avšak nie vždy najdôležitejším prvkom. Pojem sociálne prostredie však označuje celok viac alebo menej trvalých sociálnych vzťahov, vďaka ktorým je jednotlivec členom určitej spoločnosti. Ak teda hovoríme o vzťahoch jednotlivca s prostredím, o požiadavkách prostredia voči jednotlivcovi a pod., tak máme na mysli prostredie práve v tom druhom užšom význame.

Podľa H. Radlinskej je možné odlíšiť tri typy postojov voči sociálnemu prostrediu (v skutočnosti zriedkavo vystupujú v čistej podobe): pasívny postoj, obranný postoj a tvorivý postoj. Pasívny postoj sa charakterizuje podliehaním všetkým vplyvom sociálneho prostredia, tak dobrým, ako aj zlým. Tento postoj vystupuje niekedy u osôb s obmedzenou psychosomatickou funkčnosťou, u detí aj mládeže, zvlášť v rodinách dotknutých patológiami. Obranný postoj vystupuje najčastejšie v období dozrievania a spája sa s odporom voči akýmkoľvek vplyvom sociálneho prostredia, rovnako tak aj priaznivým. Správnym postojom je tvorivý postoj. Jed-

8 H. Radlińska, *Pedagogika społeczna*, Zakład Wydawniczy im. Ossolińskich, Wrocław 1961, s. 329.

9 A. Kamiński, *Funkcje pedagogiki społecznej...* s. 40.

notlivec prejavujúci tento postoj spolupracuje so sociálnym prostredím na realizovaní hodnôt, vďaka čomu je možný rozvoj tak u jednotlivca, ako aj v spoločnosti¹⁰.

Príčinou sociálnych disfunkcií sú nielen nesprávne vzťahy s prostredím, ale aj vlastnosti jednotlivca. V praxi to však vo všeobecnosti býva tak, že neschopnosť nadväzovania priateľských vzťahov s okolím sprevádzajú určité vlastnosti jednotlivca, takže niekedy je ťažké určiť, či sú tieto vlastnosti príčinou nesprávnych vzťahov alebo opačne, odmietnutie okolia a osamelosť spôsobili dané zmeny v osobnosti¹¹. Osoby, ktoré prejavujú negatívne emócie voči iným ľuďom a samé sa vyhýbajú bližším kontaktom, môžu hľadať vysvetlenie tohto stavu mimo seba a obviňovať z toho práve svoje okolie. Je teda chybou, keď sociálni pracovníci formulujú príliš unáhlené hodnotenia. Tie totiž môžu viesť k príliš jednosmernému, a tým aj neúčinnému konaniu. Optimálnym riešením je hľadanie alternatívnych riešení, teda pokus obnovenia sociálnych vzťahov a zároveň posilňovanie pocitu vlastnej hodnoty a motivácií k prekonávaniu vlastných slabostí. Sociálna práca, cieľom ktorej je obnova sociálnych vzťahov, spočíva predovšetkým v mediácii. Preto by mal sociálny pracovník poznať techniky mediácie.

Pojem potreba je nutné odlišiť od pojmu problém, ktorý je v sociálnej práci zvlášť dôležitým, pretože táto práca spočíva *de facto* v riešení problémov. Podľa niektorých teoretikov, problém „je jednoducho rozdielom medzi tým, čo niekto má, a tým, čo chce“¹². Takéto ponímanie sa však nezdá byť dostatočným, pretože nedovoľuje odlišiť problém od potreby (problémy sa stávajú druhom potrieb). Podobným spôsobom pojem problém definuje J. Kozielecki. Tento autor vníma problém ako úlohu, ktorú jednotlivec nedokáže vyriešiť na základe svojich informácií. „Jeho vyriešenie je možné vďaka činnosti produktívneho myslenia, ktoré vedie k obohateniu poznatkov podmetu.“¹³ Táto definícia zdôrazňuje subjektívny rozmer ťažkej situácie, poukazujúc na poznatky podmetu ako dištinkatívny prvok problému.

Takéto dominantné definície pochádzajú z psychológie. Priamo v sociálnej práci sa však nedajú využiť z niekoľkých príčin. Po prvé, cieľom sociálnej práce je riešenie problémov jestvujúcich na strane zverenca a úloha sociálneho pracovníka má spočívať v „posilňovaní“ vlastného úsilia zverenca. Často tiež situácie, ktoré sociálny pracovník vníma ako problém, nie sú za také považované zverencom alebo tiež nevyplývajú z nedostatku poznatkov (závislosti, invalidita). Začiatkom práce so zverencami je často uvedenie si ňho podstaty problému a predstavenie jeho situácie v správnom svetle. Nemôže sa teda uznať, že problémom je napätie medzi tým, čo tento zverenec chce, a tým, čo má.

Z pohľadu sociálneho pracovníka nie je skutočným „predmetom“ sociálnej práce zverenec, ale práve jeho problémy. Zverenec niekedy vníma svoj problém a dokáže ho správne definovať, inokedy však je vnímanie problému prvým krokom k jeho

10 H. Radlińska, *Pedagogika społeczna...*, s. 41.

11 Príčinou sociálnych disfunkcií býva psychopatia, čiže stav v istom zmysle prostredný medzi psychickým zdravím a chorobou. Nie je považovaná za chorobu, pretože sa nepodriada terapii, charakterizuje sa však vystupovaním správania v rozpore so spoločenskými normami. Porov. K. Pospiszyl, *Psychopatia: istota, przyczyny i sposoby resocjalizacji antysocjalności*, Warszawa, PWN, 1992

12 E. Bono, *Lateral Thinking. A textbook of Creativity*, Penguin Books, Middlesex 1977, s. 243.

13 Z. Kozielecki, *Rozwiązywanie problemów*, PZWS, Warszawa 1969, s. 16.

vyriešení a prebieha hlavne vďaka intervencii sociálneho pracovníka. V sociálnej práci teda pojem problém vystupuje v dvoch významoch: v zmysle problému zverenca a teda ťažkostí, ktoré by mal zverenc prekonať pomocou sociálneho pracovníka, a problém pracovníka, čiže riešenia, aké by mal pracovník vykonať, aby bola pomoc účinná.

Okrem toho môžeme hovoriť o problémoch v spoločenskom rozmere, teda o istých objektívnych stavoch vecí, ktoré nie sú závislé od pocitov kohokoľvek. Niektorí autori stotožňujú pojem sociálny problém s pojmom sociálna patológia. Takýto prístup sa však nezdá byť opodstatneným. Jestvuje totiž veľa sociálnych problémov, ktoré sa nedefinujú ako patológie (v zmysle rozporu so všeobecne prijatými spoločenskými normami). Riešenie sociálnych problémov pomocou sociálnej práce prebieha v dvoch rozmeroch: v rozmere jednotlivca, teda cez riešenie konkrétnych problémov jednotlivcov a skupín, ako aj na celospoločenskej úrovni. Je potrebné zdôrazniť, že táto druhá úroveň je rovnako dôležitá ako tá prvá, a to z dôvodu neustálych zmien vystupujúcich v spoločnosti a nevyhnutnosti neustáleho prispôsobovania sa sociálnej práce novým problémom.

Prvou etapou riešenia každého problému je jeho definovanie, prebiehajúce na základe analýzy problémovej situácie. Táto etapa si vyžaduje prekonanie niekoľkých typických ťažkostí, ako rutina (návyk na neustále, opakované situácie a spôsoby reagovania), nedostatok skúmovateľného vzťahu voči skutočnosti, naladenie sa na zachovanie *status quo*, neschopnosť odtrhnúť sa od vlastného pohľadu a pohľadu na situáciu z inej perspektívy, obava pred porážkou, verejným výsmechom, nepochopenie okolia, pripisovanie vlastných názorov iným, nadmerná podriadenosť autoritám alebo skupine, tendencia vnímať skutočnosť v kategóriách konfliktu a boja a iné.

Tieto ťažkosti je možné prekonať, oddeľujúc to, čo je nám v danej situácii známe, od toho, čo nevieme, a tiež určujúc, aké nevyhnutné možnosti sú nám vzhľadom na riešenie problému k dispozícii, a aké nám chýbajú. Vhodným je tiež určenie príčin problému, určenie podmetov, ktorých sa problém dotýka, ako aj určenie rozsahu problému. Etapa riešenia problému sa začína od tvorivej práce, ktorá spočíva vo vymýšľaní alternatívnych spôsobov východiska z ťažkej situácie, ako aj v hodnotení jednotlivých návrhov z hľadiska vhodnosti a napokon vo výbere najúčinnnejšej metódy¹⁴.

Podmienkou riešenia problému je jeho správne pochopenie tak u pracovníka, ako aj u zverenca, čo v praxi znamená dosiahnutie zhody čo do jestvovania problému, jeho podstaty a príčin, stavu považovaného za požadovaný, ako aj procedúr a činností, začatie ktorých má viesť k dosiahnutiu tohto stavu. Vyriešenie problému spočíva v spolupráci zverenca a sociálneho pracovníka. Zverenc pritom musí vynaložiť isté úsilie. Medzi úlohy sociálneho pracovníka teda patrí zhodnotenie motívácií zverenca čo do zahájenia tohto úsilia. Ak sa však tento motív ukáže ako nedostatočný, je potrebné motivovať ho pre začatie práce na riešení problému.

Nápomocným je tiež využívanie istých techník, v dôsledku ktorých klienti sociál-

¹⁴ Porov. A. W. Nocuń, J. Szmagałski, *Podstawowe umiejętności...*, s. 82n.

nej práce ľahšie prekonávajú vyššie vymenované prekážky a nachádzajú motív pre konanie. Jednou z takýchto techník je parcializácia problému, teda opis záležitostí, ktorými je potrebné sa zaoberať v prvom rade, čo zverencovi dovoľuje vyhnúť sa pocitu tlaku z kopicach sa ťažkostí. Vo vzťahu k zverencom, ktorí sú presvedčení, že ich problémy sú výnimočné a týkajú sa iba ich samých, môže byť nápomocnou technika univerzalizácie problému, čiže vysvetlenie zverencovi, že podobné problémy stretávajú mnohých ľudí. Technika konfrontácie spočíva v predstavení zverencovi rozdielov medzi jeho vyhláseniami a faktickým konaním. V prípade typických problémov, takých ako nezamestnanosť alebo závislosti, je účinným učením zverencov, ako tieto problémy riešiť¹⁵.

Aj sociálni pracovníci robia chyby pri riešení problémov. K najčastejším chybám patrí riadenie sa negatívnymi emóciami voči klientovi kvôli neúčinnosti doterajšieho úsilia, sústreďovanie sa na minulosť, teda na neaktuálne informácie, koncentrovanie sa na všetkých problémy zverenca naraz, namiesto sústredenosti na jeden alebo na niekoľko postupne, vnímanie problému v kategóriách morálnej viny a zodpovednosti, preferovanie vlastných očakávaní a nie očakávaní klienta a pod.¹⁶

Zvláštnym druhom problémov sú konflikty. Pod konfliktom tu rozumieme rozpor záujmov, teda neschopnosť súčasného uspokojenia potrieb dvoch alebo viacerých podmetov zaangažovaných do konfliktu. Niektorí autori konflikt definujú ako rozpor záujmov. „Rozpor“ sa však môže vzťahovať tak na ciele, ako aj na prostriedky alebo tiež možnosti, preto jestvovanie rozporu záujmov vôbec nemusí viesť ku konfliktu. Ku konfliktu dochádza vtedy, keď potreby zaangažovaných podmetov nemôžu ostať uspokojené súčasne z dôvodu obmedzených možností (rozpor záujmov vzhľadom na ciele konania) alebo ak medzi podmetmi smerujúcimi k tomu istému cieľu jestvuje rozpor čo do výberu prostriedkov konania (rozpor záujmov vzhľadom na prostriedky konania). Niekedy sa pomenovaním konfliktu opisuje každá situácia, v ktorej je podmet prinútený rozhodnúť sa (napr. vybrať si medzi rôznymi hodnotami, vybrať si v nepríjemných situáciách, z ktorých prinajmenšom jednej je možné sa vyhnúť, výber životných plánov, výber priorít konania vzhľadom na plnené spoločenské roly a pod.). Tento druh konfliktov je nerozlučne spojený so životom ako takým a sociálni pracovníci sa stretávajú s nevyhnutnosťou rozhodovania sa a vyberania si rovnako často ako aj zvyšok spoločnosti. To, samozrejme, neznamená, že sociálni pracovníci by si ich nemali všimáť, hoci to nerozhoduje o špecifiku ich práce.

Najdôležitejšími druhmi konfliktov v sociálnej práci sú konflikty medzi jednotlivcami, konflikty medzi jednotlivcom a skupinou, ako aj konflikty medzi skupinami. Konflikt medzi jednotlivcami sa dotýka podstaty sociálnej práce, pretože spravidla vždy jestvuje istý rozpor záujmov medzi pracovníkom a jeho zverencom¹⁷. Pokiaľ však ide o sociálnu patológiu, konflikt vystupuje medzi jednotlivcom a sociálnou skupinou, pričom jeho príčinou je sociálne správanie sa jednotlivca (sociálna disfunkcia). Jestvovanie konfliktov tohto druhu môže na jednotlivca pôsobiť deštruk-

15 Tamtiež, s. 101n.

16 Tamtiež, s. 103.

17 Porov. K. Balawajder, *Konflikty interpersonalne: analiza psychologiczna*, Wydawnictwo Uniwersytetu Śląskiego, Katowice 1992.

tívne, pričom však môže priaznivo pôsobiť na skupinu. Skupinu totiž vedie k jej integrácii a jej členov k uvedomeniu si správnych zásad a hodnôt tejto skupiny¹⁸. Sociálni pracovníci však majú len relatívne zriedkavo dočinenia s konfliktami medzi skupinami, ktoré sa vyskytujú predovšetkým vo vnútri organizácií¹⁹.

Hovorovo sa pod konfliktom často myslí každý druh nepriateľstva, nezávisle od toho, či jestvuje racionálne vysvetliteľný dôvod konfliktu, alebo nie. Občas sa tiež stáva, že dôvod konfliktu je dosť banálny, avšak nepriateľstvo, ktoré z tohto dôvodu postupne narastá, sa stáva tak vážnym, že prvotná príčina prestáva zohrávať akúkoľvek úlohu. V sociálnej práci je preto zvlášť dôležité oddeliť emócie vyvolané konfliktom od reálnych záujmov strán tohto konfliktu.

Jestvuje veľa činiteľov psychologického a sociálneho charakteru, ktoré môžu pôsobiť konfliktne (vyvolávať konflikty alebo posilňovať už jestvujúce konflikty). Príkladom je tendencia zjednodušovania konfliktov, teda vnímania ich ako hry s nulovou hodnotou („ja som víťaz – ty si porazený“), nárast aspirácií, nedostatok informácií čo do možností a aspirácií druhej strany a pod. Rovnako aj nedostatok jasných spoločenských noriem, ich plynulosť, môže byť zdrojom konfliktov, keďže nejasné normy bývajú interpretované odlišným spôsobom.

Pod pojmom disfunkcia máme zvyčajne na mysli trvalý stav, chronický, teda taký, ktorý si vyžaduje zásah z vonku. Pojem disfunkcia je preto potrebné odlišiť od pojmu kríza, ktorá je prechodným stavom, vyvolaným pôsobením istého krátkodobého činiteľa (nehodou, náhlym úmrtím člena rodiny, násilným aktom a pod.). Fakt, že kríza je prechodným stavom, však neopravňuje urobiť záver, že poskytnutie pomoci nie je nutné. Bez pomoci z vonku sa totiž tento prechodný stav môže ľahko zmeniť na stav trvalej disfunkcie.

V teórii sociálnej práce má pojem kríza trochu užší význam než v psychológii, kde sa pod pojmom kríza opisuje každá udalosť narúšajúca rytmus každodenného života, teda tiež udalosti spojené s „normálnym“ fungovaním, ako napr. narodenie dieťaťa či odchod do dôchodku. V sociálnej práci sa však pojem kríza obmedzuje len na situácie, v dôsledku ktorých jednotlivec nie je schopný uspokojiť svoje základné potreby. Pre sociálneho pracovníka nie každá situácia definovaná ako kríza je podnetom pre začatie konania, iba také situácie, pri ktorých ide o ohrozenie možnosti uspokojenia základných životných potrieb.

Človek, ktorý sa nachádza v krízovej situácii, má k dispozícii tri druhy stratégií. Môže sa snažiť ovládať vlastné emócie, postupne sa „osvojiť“ s novou situáciou, môže vyhľadávať informácie, vďaka ktorým bude schopný poradiť si s danou situáciou, napokon môže využiť dostupné zdroje. Pomoc zo strany sociálneho pracovníka sa môže týkať každej z týchto troch stratégií a môže spočívať vo zvýšení

18 J. Sztumski, Konflikty społeczne i negocjacje jako sposoby ich przezwycięzania, Wydziału Zarządzania Politechniki Częstochowskiej, Częstochowa 2000.

19 Toto tvrdenie sa vzťahuje na sociálnu prácu v Poľsku, pretože v hospodársky viac rozvinutých krajinách, v ktorých jestvuje veľká skupina imigrantov, sú typickým druhom konfliktov medzi skupinami konflikty medzi skupinami imigrantov (napr. národnými, etnickými, náboženskými) a miestnymi komunitami. S konfliktami medzi skupinami je možné stretnúť sa aj pri práci s vybranými sociálnymi skupinami, napr. mládežou. Porov. M. Pliszak, Opór i konflikty w zespołach ludzkich. „Kwartalnik Edukacyjny“ 2000, č. 2, s. 30n.

účinnosti každej z nich. Táto pomoc je podstatná, pretože ľudia pôsobiaci v situácii krízy prejavujú tendenciu dopúšťania sa niekoľkých typických chýb. Takto sa snaha o ovládanie emócií a postupného zvládnutia ťažkej situácie v bežnom dni môže premeniť na odmietanie informácií o podstate krízy, čo v praxi vedie k nezahájeniu žiadneho konania smerujúceho k náprave vlastnej situácie. Pri hľadani nových informácií osoba dotknutá krízou koná pod vplyvom stresu, takže môže chybné interpretovať podstatné informácie alebo ich vôbec nemusí vnímať, čo vedie k neúčinnému, alebo priam deštruktívnemu konaniu. Aj zdroje môžu byť nedostatočné a v niektorých situáciách, takých ako živelné pohromy alebo nehody, je neschopnosť využitia zdrojov samotnou podstatou krízy.

Jestvujú tiež situácie, ktoré je možné klasifikovať ako sociálnu disfunkciu, a tiež ako krízu. Príkladom takejto situácie je násilie v rodine. Jednotlivý násilný akt, v dôsledku ktorého dochádza k intervencii zo strany štátnych orgánov, je možné definovať ako prechodný stav, teda ako krízu²⁰. Ak však v rodine dochádza k násilnostiam počas dlhšieho obdobia, vtedy máme dočinenie so stavom disfunkcie. Ťažkosti s jednoznačnou klasifikáciou javu násilia vyplývajú z faktu, že domáce násilie vystupuje nie len vo vedeckom jazyku (v sociológii, pedagogike a pod.), ale tiež v hovorovom jazyku, často sa tiež objavuje v mediálnych a politických debátach.

Problém násilia páchaného v rodine je tvorený dvoma problémami, ktoré je tu tiež vhodné spomenúť: objektivizovanie a zánik vzťahov. Často je možné stretnúť sa s názorom, že násilie sa spája s objektivizovaním druhého človeka (slabšej stránky tou silnejšou), avšak samotné vnímanie iných ľudí ako objektov nie je, samozrejme, totožné s násilím, nie je príčinou násilia, nie je ani sociálnou disfunkciou. Objektivizovanie, spočívajúce v tom, že iný človek je vnímaný výlučne na základe jeho funkcií, je nezadržateľne zapísané do podstaty každodenných kontaktov medzi ľuďmi, ktorí sú si cudzí.

Nakoľko však v typických každodenných vzťahoch za sociálnu disfunkciu určite nebudeme považovať objektivizované vnímanie iných ľudí, zdá sa, že pokiaľ ide o rodinu, je naopak potrebné považovať ho za práve takúto disfunkciu. Označuje totiž zánik emocionálnych pút konštituujuúcich rodinu. Objektivizujú svoju obeť, násilník v nej nielen že nevníma rovnocenného partnera, ale predovšetkým ju nevníma ako človeka, pričom emocionálne je možné byť spätým iba s druhým človekom. Obeť často ostáva veľmi silno pripútaná k násilníkovi, avšak v prípade násilníka máme nanajvýš dočinenie s chuťou ovládania „predmetu“, v ktorom už nevníma ľudskú bytosť. Príčinou tohto stavu býva často alkoholické opojenie, hoci to nie je jedinou príčinou násilia²¹. Pri hodnotení rodín s problémom domáceho násilia by si sociálni pracovníci mali uvedomovať, že násilník, týrajúci partnerku alebo deti, vo chvíli násilia nie je schopný prežívať emócie typické pre medziludské vzťahy, ako sú súcic, empatia, hanba, ľútosť a pod.

20 Porov. W. Badura-Madej, A. Dobrzyńska-Mesterhazy, *Przemoc w rodzinie: interwencja kryzysowa i psychoterapia*, Uniwersytet Jagielloński, Kraków 2000.

21 I. Jundziłł, *Dziecko - ofiara przemocy*, Wydawnictwa Szkolne i Pedagogiczne, Warszawa 1993.

Každý sociálny pracovník sa skôr či neskôr stretne s problémom domáceho násilia, preto poznatky o týraní a schopnosť poskytovania pomoci jeho obetiam patria k základným zručnostiam v sociálnej práci. Násilie je možné definovať ako „všetky nenáhodné skutky, zasahujúce do osobnej slobody jednotlivca alebo spôsobujúce fyzickú alebo psychickú ujmu osobe, ktoré sa vymykajú spoločenským zásadám vzájomných vzťahov“²². Táto definícia však nie je presná, pretože predpokladá, že „spoločenské zásady vzájomných vzťahov“ (teda spoločenské normy) sú určené. Tieto zásady sú však odlišné v rôznych sociálnych skupinách a okrem toho sa menia aj postupom času. Iní autori poukazujú na úmysel ublíženia druhej osobe, ktorý je charakteristický pre násilné konanie²³. Definície odvolávajúce sa na úmysel násilníka sa však zdajú byť príliš široké, pretože z nich vyplýva, že formou násilia sú aj také skutky, ako napr. upovedomovanie daňových úradov o neplatení daní susedmi, ak je úmyslom udania ublíženie oným susedom.

Je možné odlíšiť tri formy násilia: fyzické násilie, psychické a sexuálne násilie. Násilie voči osobám závislým na iných (deti, choré osoby, zdravotne postihnuté) môže spočívať v úmyselnom neuspokojovaní ich základných potrieb. Vo všeobecnosti sa rôzne formy násilia vyskytujú spolu (zvlášť fyzické a psychické týranie). Násilné akty je možné rozdeliť v závislosti od kritéria cieľa, odlišujúc inštrumentálne násilie, ktoré je prostriedkom pre dosiahnutie iných cieľov, a násilie, ktoré je cieľom samo v sebe.

Príčinou domáceho násilia je vo väčšine prípadov (okolo 80%) alkohol, avšak ten nie je jedinou príčinou. K násiliu tiež dochádza často v rodinách, v ktorých vládne emocionálny chlad, niekedy aj v rodinách nachádzajúcich sa v ťažkej ekonomickej situácii. Násilie voči deťom býva často výsledkom opakovania u rodičov ich vlastných skúseností z detstva. Osoby, ktoré boli v detstve bité, nevidia nič odsúdenia hodné na využívaní násilia ako výchovného prostriedku. Niekedy deti, ktoré boli v detstve svedkami násilia (zvlášť synovia), nevedome vytvárajú predstavu, v ktorej je násilie nevyhnutným prvkom určitej roly (manžela, otca, muža a pod.). K psychologickým príčinám násilia patrí nízke sebahodnotenie, neschopnosť empatie, nedostatok sebakontroly, nesprávny obraz obeť násilia, neschopnosť nadväzovania správnych sociálnych vzťahov, pocit osamelosti, depresia atď. Násilie negatívne vplyva na emocionálny rozvoj detí. Dieťa, ktoré je obeťou násilia, si vytvára obraz seba samého, v ktorom sa cíti byť vinné, čo zas vedie k zníženiu pocitu vlastnej hodnoty, ktorý bude v jeho dospelosti podporovať množenie sa vzorov pochádzajúcich z domu.

Úlohu sociálnych pracovníkov pri poskytovaní pomoci obetiam domáceho násilia je ťažké oceniť. Násilie sa dotýka všetkých členov rodiny (a v prípade detí vplyva aj na ich život v dospelosti²⁴) a narúša fungovanie rodiny ako celku. Pomoc by preto mala byť nasmerovaná na rodinu ako celok. Cieľom poskytovania pomoci je v prvom rade zabezpečenie bezpečnosti obetiam násilia, uspokojenie ich základ-

22 I. Pospiszyl, Razem przeciw przemocy, „Żak“, Warszawa 1999, s. 16.

23 W. Badura-Madej, A. Dobrzyńska-Mesterhazy, Przemoc w rodzinie..., s. 12.

24 T.L. Cermak, J. Rutzky, Czas uzdrowić swoje życie: przewodnik do pracy nad sobą : kroki w stronę zdrowienia dorosłych dzieci Alkoholików, preklad J. Pasternak-Winiarska, Państwowa Agencja Rozwiązywania Problemów Alkoholowych, Warszawa 1998.

ných životných potrieb, v ďalšej perspektíve zas obnova schopnosti samostatného riešenia problémov. Pri diagnostike problému by mal sociálny pracovník využívať informácie od obete násilia, ako aj od iných členov rodiny. Rovnako však aj, nakoľko je to možné, od susedov, rodinných priateľov, náhodných svedkov, a tiež polície, účastnej pri predchádzajúcich zásahoch.

Násilie v rodine je často dlhoročnou záležitosťou a pomoc je obetiam poskytnutá až vtedy, keď dôjde k vážnym zraneniam a je nevyhnutná zdravotnícka pomoc. Je to tak preto, že obeť násilia si vytvárajú rad psychologických obranných mechanizmov, ktoré im dovoľujú zachovať psychickú rovnováhu v dlhšom časovom období. Obete prosia o pomoc v situácii psychologickej krízy, kedy sú spomínané mechanizmy nedostatočné a zrútia sa. Preto je zvlášť dôležité vytváranie možností ľahkého kontaktu s podpornými inštitúciami (príkladom je celopolská pohotovosť v situácii násilia „Modrá linka“, ako aj nadácia „Deti nikoho“²⁵).

Vyššie som spomenul, že hlavnou príčinou domáceho násilia je alkohol. Závislosť od alkoholu vedie k sociálnym disfunkciám, pričom ona samotná je druhom disfunkcie, keďže znemožňuje normálne fungovanie v spoločnosti. Alkoholizmus, ako je zrejmé, je chorobou spočívajúcou v závislom, nutkavom pití alkoholu. Alkoholizmus sa diagnostikuje na základe určitých kritérií, pretože okrem subjektívneho nutkania pitia je sprevádzaný radom symptómov fyzického, psychického a sociálneho rozmeru²⁶. Pre alkoholizmus je charakteristickou napr. tendencia popierania, t.j. nepripúšťanie si straty kontroly nad pitím, dokonca aj v situácii, kedy sú už negatívne dôsledky závislosti zrejmé celému okoliu²⁷.

V spoločenskom rozmere sa dôsledky pitia dotýkajú v prvom rade rodín závislých osôb („spoluzávislosť“). Alkoholizmus jednej osoby škodlivo vplýva tak na vzťahy medzi závislým a ostatnými členmi rodiny, ako aj na vzájomné vzťahy ostatných členov rodiny. Z tohto dôvodu sa rodina stáva neschopnou plniť svoje základné funkcie, ako zabezpečovanie harmonického rozvoja všetkých svojich členov, vytváranie pocitu bezpečia, dôvery, nadväzovanie správnych vzťahov so sociálnym prostredím a pod. K zániku týchto funkcií dochádza postupne, ale prechádza určitými fázami súčasne s rozvojom alkoholizmu. Dochádza tiež k adaptácii rodiny s novou situáciou a sformovaniu sa typických reakcií alebo tiež rol zohrávaných jednotlivými členmi rodiny (partnerom a deťmi), čo v dôsledku vplýva na podporovanie závislosti u osoby, ktorá pije, a jej odkladanie rozhodnutia o začatí liečenia²⁸.

Čoraz viac znepokojujúcim javom je požívanie alkoholu deťmi. Príčinou, kvôli ktorej deti siahajú po alkohole, je na jednej strane chuť nasledovať dospelých, a na strane druhej tichý súhlas spoločnosti a všeobecné požívanie alkoholu.

25 Skúsenosti sociálnych pracovníkov v práci s obeťami domáceho násilia boli zozbierané v práci W. Badury-Madej Wybrane zagadnienia interwencji kryzysowej, Wydawnictwo Naukowe „Śląsk“, Katowice 1999.

26 Porov. L. Cierpiałkowska, Alkoholizm. Przyczyny – leczenie – profilaktyka, Wydawnictwo Naukowe AUM, Poznań 2000, s. 47n.

27 Porov. W. Sztander, Poza kontrolą, Państwowa Agencja Rozwiązywania Problemów Alkoholowych, Warszawa 1993, s. 21n.

28 Porov. A. Margasiński, Myślenie systemowe a choroba alkoholowa, „Terapia uzależnienia i spóluzależnienia“ 1998, č. 1.

Opodstatnenou sa zdá byť téza, že v Poľsku úrady nevynakladajú dostatočné úsilie s cieľom obmedzenia požívania alkoholu. Zaväzuje síce zákon o výchove k striezlivosti a pôsobeniu proti alkoholizmu z roku 1982, to však nemení fakt, že v Poľsku je alkohol všeobecne dostupný celých 24 hodín denne (je možné kúpiť si ho aj na benzínových staniaciach). Spomedzi niekoľkých zákazov predaja alkoholu sa všeobecne dodržiava len zákaz predaja alkoholu maloletým, hoci tento zákaz nemá vplyv na množstvo alkoholu požívaného dospelými osobami. Môžeme riskovať tézu, že v Poľsku pomoc zo strany inštitúcií sociálnej pomoci a sociálnych pracovníkov spočíva hlavne v boji s dôsledkami alkoholizmu. Len v malom stupni sa týka jeho príčin.

Ďalšou príčinou sociálnych disfunkcií je drogová závislosť. Pod narkomániou je potrebné chápať závislosť od užívania psychotropných látok, ktoré silne pôsobia na psychiku, napr. amfetamín, kokaín, heroín a podobne. Jav užívania drog sa v rôznych spoločnostiach vyskytoval už oddávna, v súčasnosti sa však vyostruje, čo je nepochybne spojené s civilizačným rozvojom²⁹. Narkománia je o to viac nebezpečnou, že sa dotýka prevažne mladých ľudí, ktorí ešte len vstupujú do života. Z výskumov sociológov vyplýva, že drogy je možné kúpiť vo väčšine stredných škôl a gymnázií, a že po nich siaha mládež pochádzajúca zo všetkých sociálnych vrstiev. Bez preháňania je preto možné povedať, že závislosťou je v súčasnosti ohrozená takmer všetka mládež³⁰.

Tiež je potrebné pamätať na to, že napriek vysokej cene drog sa narkománia netýka len rozvinutých krajín. V chudobných krajinách je rovnako rozšíreným javom, pričom práve v týchto krajinách sa produkujú veľké množstvá drog, ktoré sú následne pašované do rozvinutých krajín. Preto si pôsobenie proti narkománii na systémovej úrovni vyžaduje zaangažovanie a spoluprácu mnohých štátnych inštitúcií a prekračuje aj možnosti najlepšie fungujúceho systému sociálnej práce. Inštitúcie sociálnej pomoci môžu zahájiť maximálne tak jednorazové aktivity, smerujúce k presvedčeniu spoločnosti o škodlivosti užívania drog. Aktivity vzdelávacieho charakteru síce nie sú schopné eliminovať jav drogovej závislosti, môžu však obmedziť vplyv niektorých činiteľov, pričínajúcich sa o zvýšenie užívania psychotropných látok, takých ako mediálna osвета cez časopisy, televíziu či internet, ktorý vytvára svojskú módu užívania drog. S cieľom pôsobenia proti závislostiam sú zahájené rôzne preventívne akcie, napr. školami vypracované tzv. Školské programy prevencie.

Alkoholizmus a narkománia môžu viesť k iným vážnym patológiám ako napr. kriminalita a prostitúcia. Pojmom kriminalita sa opisujú rôzne činnosti, ktorých spoločnou charakteristikou je to, že sú porušovaním zákona. Činy považované za kriminálne tvoria istú kontinuitu, počínajúc od ľahších priestupkov, takých ako napr. vreckové krádeže, až po najťažšie zločiny. Priestupkov sa dopúšťajú tak dospelé osoby, ako aj mládež, ba dokonca aj deti, pričom zo štatistík vyplýva, že jav kriminality medzi maloletými sa v posledných rokoch veľmi vyostruje. Je to

29 Porov. Dewiacyjne aspekty współczesnego świata: przejawy, zapobieganie, terapia, pod. red. M. Prokosz, Wydawnictwo Adam Marszałek, Toruń 2004.

30 Vzťah mládeže z lýceí k drogám opisuje H. Świda-Ziemia w pracy Młodzi w nowym świecie, Wydawnictwo Literackie, Kraków 2005.

spôsobené celkovou chudobou mnohých rodín a ich neschopnosťou uspokojovať základné materiálne potreby detí a mládeže, často však aj inými činiteľmi, napr. nedostatkom času zo strany rodičov kvôli ich zamestnaniu.

Je potrebné pamätať na to, že nie každému porušeniu zákona zaväzujúcemu v danom štáte zodpovedá porušenie spoločenských noriem, v tom zvlášť morálnych noriem. Sú totiž situácie, v ktorých porušenie zákona nielen nenaruša žiadnu morálnu normu, ale je priam morálnou povinnosťou. Príkladom takýchto skutkov sú rôzne formy spoločenského protestu proti konaniu autoritatívnych vlád, podstatu ktorých tvorí práve to, že porušujú aktuálne zaväzujúce zákony (napr. zákaz zhromažďovania sa v PLDR). Avšak, aj v demokratických štátoch sa vyskytujú právne predpisy, ktoré sú zdrojom nespravodlivosti. Sociálny pracovník teda stojí pred dilemou, či má v takýchto prípadoch konať v súlade so zákonom, alebo sa snažiť obísť zákon pre dobro svojho zverenca. V takýchto prípadoch by však sociálni pracovníci mali vynaložiť úsilie s cieľom zmeny nevhodných predpisov.

Tiež je potrebné zdôrazniť, že z hľadiska zverenca sociálnej práce sa porušenie právnej normy nemusí spájať s porušením spoločenskej normy. Niekedy je zas konanie v rozpore so zákonom dôsledkom jestvovania určitej spoločenskej normy v danej skupine. Príkladom takejto normy je v kriminálnych subkultúrach záväzný zákaz „donášania“ orgánom činným v trestnom konaní o kriminálnych činoch členov skupiny. Menej drastickým príkladom sú pokusy materiálneho vydierania od inštitúcií kriminálnej prevencie, ktoré sa v istých prostrediach stretávajú s plnou akceptáciou.

Ďalším druhom sociálnej patológie je prostitúcia. Zvlášť často sa vyskytuje v spoločnostiach zmáhajúcich sa so sociálnymi problémami, hoci prostituujúce osoby niekedy pochádzajú z „normálnych“ prostredí. K príčinám prostitúcie okrem chudoby patrí nedostatok zdravých emocionálnych vzťahov v rodine, nedostatok morálnych vzorov, považovanie peňazí za najvyššiu hodnotu, občas aj násilie³¹. Prostitúcia je často sprevádzaná inými patologickými javmi, ako alkoholizmus, narkománia, rôzne formy kriminality, obchod so ženami atď. Prostitúcia okrem toho vedie k radu negatívnych dôsledkov v emocionálnej sfére (neschopnosť pracovať, neschopnosť udržať si prácu, zmeny v osobnosti, neschopnosť nadväzovania blízkych vzťahov založených na dôvere), ktoré prostituujúcim osobám sťažujú návrat do normálneho zaradenia sa do spoločnosti.

Napokon je potrebné spomenúť javy, ktoré v literatúre nie sú označované ako patológie, avšak predsa len sťažujú, alebo priam znemožňujú nadväzovanie normálnych sociálnych vzťahov. Ide tu napr. o nezamestnanosť, a tiež o problém zdravotne postihnutých osôb.

Môžeme rozlíšiť tri základné druhy nezamestnanosti. Najprirodzenejšou je frakčná nezamestnanosť spojená so špecifikom hospodárstva voľného trhu, kde vždy jestvuje isté množstvo nezamestnaných osôb a osôb meniacich prácu alebo ešte len vstupujúcich na pracovný trh. Frakčná nezamestnanosť vyplýva z oneskorenia

31 Porov. napr. J. Kurzępa, *Młodzież pogranicza - „świnki”, czyli o prostytucji nieletnich*, Oficyna Wydawnicza Impuls, Kraków 2010.

medzi vytváraním nových pracovných miest a ich obsadením nezamestnanými osobami. Tento druh nezamestnanosti nie je sám o sebe príčinou sociálnych disfunkcií a kratšie alebo dlhšie trvajúci stav nedostatku práce sa v priebehu pracovného života dotýka väčšiny z nás. Aktívne osoby hľadajúce zamestnanie sa síce nachádzajú v ťažkej situácii a môžu si vyžadovať istú podporu, jej poskytovanie však nepatrí k úlohám sociálnych pracovníkov.

S mechanizmami riadiacimi voľné trhové hospodárstvo sa spája konjunkturálna (cyklická) nezamestnanosť. Jej príčinou sú raz za istý čas sa objavujúce obdobia hospodárskych kríz, počas ktorých zamestnávateľa obmedzujú počet zamestnancov, v snahe znížiť náklady, v dôsledku čoho je prepúšťaných viac ako zamestnávateľských. Táto situácia sa mení spolu s nápravou konjunktúry v hospodárstve.

Vážnejšie sociálne problémy spôsobuje štrukturálna nezamestnanosť. Jej príčinou je nesúlad medzi požiadavkami pracovného trhu a štruktúrou skupiny nezamestnaných. Pod „štruktúrou“ je tu potrebné chápať tak nedostatočné alebo nezodpovedajúce kvalifikácie, ako aj miesto bydliska. V Poľsku sa štrukturálna nezamestnanosť objavila v období transformácie zriadenia a spájala sa s reštrukturalizáciou hlavných vetiev priemyslu. Jeho príčinou môžu byť aj technologické zmeny, v dôsledku ktorých sa znižuje potreba slabo kvalifikovaných zamestnancov. Táto nezamestnanosť je tým nižšia, čím vyššia je mobilita skupiny nezamestnaných osôb (tak v zmysle pozdvihovania či tiež menenia kvalifikácií, ako aj v zmysle zmeny bydliska)³².

Nezamestnanosť sa stáva problémom až vtedy, keď trvá dlhý čas a spôsobuje zmeny v spôsobe reagovania jednotlivca. S takouto situáciou máme dočinenia predovšetkým v prípade štrukturálnej a konjunkturálnej nezamestnanosti.

Zdravotné postihnutie, podobne ako nezamestnanosť, nie je samo o sebe sociálnou disfunkciou, môže sa však stať príčinou takýchto disfunkcií. Spôsobuje totiž problémy emocionálnej povahy, vytvára tiež rad fyzických bariér sťažujúcich sociálne kontakty. V Poľsku ešte donedávna postihnuté osoby žili v izolácii od zvyšku spoločnosti, v uzavretých enklávach. Proces integrácie so zdravými osobami bol sťažený architektonickými, právnymi a spoločenskými bariérami³³. Zmena vzťahu spoločnosti voči postihnutým osobám, akej sme v súčasnosti svedkami, prebieha práve s pomocou sociálnych pracovníkov a podporných inštitúcií³⁴. Tu je však potrebné si všimnúť, že proces takýchto zmien sa v našich krajinách ešte vždy dotýka predovšetkým telesne postihnutých osôb, kým obraz mentálne postihnutých sa zmenil len vo veľmi malom stupni.

Sociálna práca so zdravotne postihnutými osobami vytvára veľa samostatných problémov, preto bude opísaná v samostatnej kapitole. Je však vhodné spomenúť, že kontakt s psychicky chorými osobami je v sociálnej práci veľmi častý. Deje sa tak preto, že ťažká situácia, v akej sa často zverenci sociálnych pracovníkov nachádzajú, sa často nepriaznivo odzrkadľuje na ich psychickom zdraví. Častým javom

32 Porov. E. Kwiatkowski. *Bezrobocie. Podstawy teoretyczne*, PWN, Warszawa 2002.

33 Porov. Z. Kawczyńska-Butrym, *Niepełnosprawność – specyfika pomocy społecznej*, Wydawnictwo Śląsk, Katowice 1998, s. 38.

34 O. Speck, *Niepełnosprawni w społeczeństwie. Podstawy ortopedagogiki*, Gdańsk 2005.

je vystupovanie subdepresívnych stavov či dokonca depresí, stavov strachu a porúch spojených s procesmi starnutia³⁵. V takýchto prípadoch je dôležité určiť, či tieto poruchy sú príčinou, alebo tiež dôsledkom sociálnych disfunkcií.

Sociálnu prácu je možné definovať ako poskytovanie pomoci jednotlivcom a skupinám pri prekonávaní sociálnych disfunkcií. Otázka, aké správanie a postoje sú v súlade so sociálnymi normami, a aké nie, v mnohých prípadoch nevzbudzuje pochybnosti. Niekedy sa stáva, že sám pracovník musí rozhodnúť, či v danom prípade boli, alebo neboli porušené spoločenské normy. Deje sa to po prvé v „hraničných“ prípadoch, kedy je ťažké určiť, či dané správanie prejavuje zmeny patológie alebo inej disfunkcie, a v súvislosti s tým je pomoc sociálneho pracovníka potrebná a môže byť účinnou. Po druhé zas v situáciách, na ktoré sa nevzťahujú žiadne jasne definované normy. V postkomunistických krajinách bola príčinou nedostatku jednoznačných sociálnych noriem určujúcich isté oblasti života (napr. ekonomického života) transformácia zriadenia.

Je však potrebné zdôrazniť, že boj so sociálnymi disfunkciami rôzneho druhu (v tom tiež pôsobenie proti vzniku disfunkcií, teda sociálna prevencia³⁶) nevyčerpáva rozsah sociálnej práce. Inými slovami, cieľom sociálnej práce nemôže byť výlučne odstraňovanie negatívnych javov. Sociálna práca by sa mala pričiňovať o rozvoj spoločnosti, o pozdvihovanie všeobecnej úrovne života jednotlivcov a sociálnych skupín, teda mala by tiež plniť pozitívnu funkciu. Jednou z takýchto funkcií je práve menenie spoločenských noriem fungujúcich v spoločnosti, kvôli ktorým isté skupiny ostávajú neopodstatnene stigmatizované a odseparované od zvyšku spoločnosti.

35 Porov. A. Pietrzyk, *Praca socjalna z osobami z zaburzeniami psychicznymi*, v: *Praca socjalna wobec współczesnych problemów...*, s. 151n.

36 Porov. M. Szpringer, *Profilaktyka społeczna: rodzina, szkoła, środowisko lokalne*, Akademia Świętokrzyska, Kielce 2004.

Informacja dla Autorów

Redakcja „Humanum” zaprasza do współpracy Autorów, którzy chcieliby publikować swoje teksty na łamach naszego pisma. Uprzejmie informujemy, że przyjmujemy do publikacji artykuły nie dłuższe niż 20 stron znormalizowanego maszynopisu (1800 znaków ze spacjami na stronę), a w przypadku recenzji – niż 8 stron. Do artykułów prosimy dołączyć streszczenie w języku polskim i angielskim (wraz z angielskim tytułem artykułu) o objętości do 200 słów. Prosimy o niewprowadzanie do manuskryptów zbędnego formatowania (np. nie należy wyrównywać tekstu spacjami czy stosować zróżnicowanych uwypukleń, wycień itp.). Sugerowany format: czcionka Arial, 12 pkt., interlinia 1,5. Piśmiennictwo zawarte w artykule należy sformatować zgodnie z tzw. zapisem harwardzkim, zgodnie z którym lista publikacji istotnych dla artykułu ma być zamieszczona na jego końcu i ułożona w porządku alfabetyczny. Publikacje książkowe należy zapisywać:

Fijałkowska B., Madziarski E., van Tocken T.L. jr., Kamilska T. (2014). Tamizdat i jego rola w kulturze radzieckiej. Warszawa: Wydawnictwo WSM.

Rozdziały w publikacjach zwartych należy zapisywać:

Bojan A., Figurski S. (2014). Nienowoczesność – plewić czy grabić. W.S. Białokozowicz (red.), Nasze czasy – próba syntezy. Warszawa: Wydawnictwo WSM.

Artykuły w czasopismach należy zapisywać:

Bobrzyński T.A. (2009). Depression, stress and immunological activation. British Medical Journal 34 (4): 345-356.

Materiały elektroniczne należy zapisywać:

Zientkiewicz K. Analiza porównawcza egocentryka i hipochondryka. Żart czy parodia wiedzy? Portal Naukowy “Endo”. www.endo.polska-nauka.pl (data dostępu: 2014.07.31).

W tekście artykułu cytowaną publikację należy zaznaczyć wprowadzając odnośnik (nazwisko data publikacji: strony) lub – gdy przywołane jest nazwisko autora/nazwiska autorów w tekście – (data publikacji: strony), np.: Radzieckie władze „[...] podjęły walkę z tamizdaten na dwóch płaszczyznach: ideologicznej i materialnej” (Fijałkowski i wsp. 2014: 23). lub: Radziecka prasa, jak stwierdzają Fijałkowski i współnicy, „złyła autorów druków bezdebitowych” (2014: 45). W przypadku przywoływanych tekstów, gdy nie ma bezpośredniego cytowania, należy jedynie podać nazwisko i rok publikacji (bądź sam rok, jeśli nazwisko autora pada w tekście głównym). W odnośnikach w tekście głównym należy w przypadku więcej niż dwóch autorów wprowadzić „i wsp.”, np. (Fijałkowski i wsp. 2014). W tekście piśmiennictwa (tj. alfabetycznie ułożonej literaturze) prosimy wymienić wszystkich autorów danej publikacji. Więcej o zasadach stylu harwardzkiego m.in. na Wikipedii (http://pl.wikipedia.org/wiki/Przypisy_harwardzkie). Uwaga, przypisy krytyczne, inaczej tzw. aparat krytyczny, prosimy w miarę możliwości zredukować do minimum i wprowadzać do głównego tekstu manuskryptu.

Zaznaczamy, że Redakcja nie płaci honorariów, nie zwraca tekstów niezamówionych oraz rezerwuje sobie prawo do skracania tekstów.

Texty prosimy przysyłać drogą elektroniczną za pomocą formularza na stronie WWW: <http://humanum.org.pl/czasopisma/humanum/o-czasopismie> lub na adres e-mailowy: biuro@humanum.org.pl

Do tekstu należy dołączyć informację o aktualnym miejscu zamieszkania, nazwie i adresie zakładu pracy, tytule naukowym, stanowisku i pełnionych funkcjach. Każdy tekst przesłany pod adres Redakcji z prośbą o druk na łamach czasopisma podlega ocenie. Proces recenzji przebiega zgodnie z założeniami „double blind” peer review (tzw. podwójnie ślepej recenzji). Do oceny tekstu powołuje się co najmniej dwóch niezależnych recenzentów (tzn. recenzent i autor tekstu nie są ze sobą spokrewni, nie występują pomiędzy nimi związki prawne, konflikty, relacje podległości służbowej, czy bezpośrednia współpraca naukowa w ciągu ostatnich 5 lat). Recenzja ma formę pisemną i kończy się stwierdzeniem o dopuszczeniu lub niedopuszczeniu tekstu do druku.

W związku z przypadkami łamania prawa autorskiego oraz dobrego obyczaju w nauce, mając na celu dobro Czytelników, uprasza się, aby Autorzy publikacji w sposób przejrzysty, rzetelny i uczciwy prezentowali rezultaty swojej pracy, niezależnie od tego, czy są jej bezpośrednimi autorami, czy też korzystali z pomocy wyspecjalizowanego podmiotu (osoby fizycznej lub prawnej).

Wszystkie przejawy nierzetelności naukowej będą demaskowane, włącznie z powiadomieniem odpowiednich podmiotów (instytucje zatrudniające Autorów, towarzystwa naukowe itp.).

Do przedłożonych tekstów z prośbą o druk, Autor tekstu jest zobowiązany dołączyć:

1. Informację mówiącą o wkładzie poszczególnych Autorów w powstanie publikacji (z podaniem ich afiliacji oraz kontyribucji, tj. informacji, kto jest autorem koncepcji, założeń, metod, protokołu itp. wykorzystywanych przy przygotowaniu publikacji), przy czym główną odpowiedzialność ponosi Autor zgłaszający manuskrypt.
2. Informację o źródłach finansowania publikacji, wkładzie instytucji naukowo-badawczych, stowarzyszeń i innych podmiotów.